

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM -ÇÃO E -MENTO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM COGNITIVA

Janderson Luiz Lemos de Souza

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM -ÇÃO E -MENTO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM COGNITIVA

Janderson Luiz Lemos de Souza

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Letras
Vernáculas (Língua Portuguesa) da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Doutor em Letras
Vernáculas (Língua Portuguesa)

Orientadora: Maria Lucia Leitão de
Almeida

Co-orientador: Carlos Alexandre Victorio
Gonçalves

Rio de Janeiro

Maio de 2010

Janderson Luiz Lemos de Souza

Orientadora: Maria Lucia Leitão de Almeida

Co-orientador: Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Aprovada por:

Presidente, Prof^a. Maria Lucia Leitão de Almeida (orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Letras Vernáculas

Prof. Carlos Alexandre Victorio Gonçalves (co-orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Letras Vernáculas

Prof^a. Margarida Maria de Paula Basilio (titular)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^a. Helena Franco Martins (titular)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^a. Lilian Vieira Ferrari (titular)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Linguística

Prof. Mauro José Rocha do Nascimento (titular)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Letras Vernáculas

Prof^a Regina Souza Gomes (suplente interna)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Letras Vernáculas

Prof^a Sandra Pereira Bernardo (suplente externa)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
Maio de 2010

Lemos de Souza, Janderson Luiz.

A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil: uma abordagem cognitiva/ Janderson Luiz Lemos de Souza. – Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2010.

xi, 156f.

Orientadora: Maria Lucia Leitão de Almeida

Co-orientador: Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Tese (Doutorado) – UFRJ/ Faculdade de Letras/ Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), 2010.

Bibliografia: f. 140-146.

Apresentação. 1. A nominalização de verbos como fenômeno morfológico. 2. Contraste teórico. 3. A nominalização de verbos como fenômeno semântico. 4. Semântica Cognitiva: interface Linguística/Filosofia. I. ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). III. Título.

RESUMO

A DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM -ÇÃO E -MENTO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM COGNITIVA

Nesta tese, tratamos da formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo no português do Brasil, como *requerimento* e *requisição* a partir de *requerer*, *monitoração* e *monitoramento* a partir de *monitorar*, *recepção* e *recebimento* a partir de *receber*, entre outros. O compromisso com a Linguística Cognitiva nos leva a tratar a nominalização de verbos, não como um fenômeno morfológico sensível ao fator semântico, e sim como um fenômeno semântico com repercussão morfológica, dedicado a suprir lacunas de significado no léxico com a conversão de escaneamento dinâmico em escaneamento estático. Com isso, este trabalho contribui para uma descrição do léxico com primazia da polissemia sobre a homonímia.

Palavras-chave: Semântica
 Morfologia
 Linguística Cognitiva
 nominalização

ABSTRACT

THE SEMANTIC DISTRIBUTION OF VERBAL NOUNS ENDING IN -ÇÃO AND -MENTO IN BRAZILIAN PORTUGUESE: A COGNITIVE APPROACH

In this dissertation, we address the formation of more than one noun from the same verb in Brazilian Portuguese, such as requerimento and requisição from requerer, monitoração and monitoramento from monitorar, recepção and recebimento from receber, and the like. The theoretical commitment with Cognitive Linguistics leads us to conceive of verbal nominalization, not as a semantic-sensitive morphological process, but rather as a semantic process with a morphological by-product, designed to fill in meaning gaps in the lexicon through the conversion of sequential scanning into summary scanning. By doing so, this work contributes to a lexical description where polysemy prevails over homonymy.

Key-words: Semantics

Morphology

Cognitive Linguistics

nominalization

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	1
1. A NOMINALIZAÇÃO DE VERBOS COMO FENÔMENO MORFOLÓGICO.....	4
1.1. [X] _v → [[X] _v ÇÃO] _s	5
1.2. [X] _{iv} → [[X] _{iv} MENTO] _s	6
1.3. [X] _v → [[X] _v AGEM] _s	6
1.4. [X] _v → [[X] _v NC(I)A] _s	7
1.5. [X] _{iv} → [[X] _{iv} DA] _s	10
1.6. [X] _{iv} → [[X] _{iv} (D/T)URA] _s	11
1.7. Derivação regressiva.....	12
1.8. Recursividade entre -ção e -mento.....	13
1.9. Delimitação da questão.....	16
2. CONTRASTE TEÓRICO.....	22
2.1. À moda gerativa.....	22
2.1.1. Nominalização e lexicalização.....	29
2.1.2. Especialização semântica.....	32
2.2. À moda cognitiva.....	38
2.2.1. Proposta conceitual.....	46
2.3. Conclusão do capítulo.....	52
3. A NOMINALIZAÇÃO DE VERBOS COMO FENÔMENO SEMÂNTICO.....	53
3.1. Duas análises possíveis.....	64
3.1.1. -ção e -mento como sufixos não-especializados.....	66
3.1.2. -ção e -mento como sufixos especializados.....	69
3.1.2.1. A oposição de aspecto.....	69

3.1.2.2.	A oposição de gênero.....	75
3.1.2.3.	A alternância da listagem.....	82
3.1.2.4.	A questão da analogia.....	86
3.1.2.5.	Relacionamento por recursividade.....	89
3.2.	Retorno às hipóteses.....	98
3.3.	Conclusão do capítulo.....	99
4.	SEMÂNTICA COGNITIVA: INTERFACE LINGUÍSTICA/FILOSOFIA.....	101
4.1.	Reflexividade e metonímia.....	102
4.2.	Significado linguístico vs significado enciclopédico.....	114
4.3.	Contraproposta não-representacionista.....	127
4.4.	Conclusão do capítulo.....	135
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	BIBLIOGRAFIA.....	140-146
	ANEXO I.....	147-153
	ANEXO II.....	154-156

Sou filho de Mario e Maria. Sou filho da simetria.

A ele, que se retirou do debate sem aviso, deixando tanta saudade.

A ela, investidora sem limite na minha formação, a quem amo mais do que pode suportar.

Mas é assim mesmo. Quem é amado jamais está certo de que o seja ou sobre se o é. É assim que me sinto em relação ao terceiro a quem dedico este trabalho: o cúmplice que, tantas vezes insurreto, teve de mim tão menos disponibilidade do que queria ter-me oferecido.

Estes agradecimentos estão condenados a ser injustos por não incluírem todos os que me beneficiaram intelectualmente para realizar este trabalho. Agradeço especialmente:

- a MARIA LUCIA LEITÃO DE ALMEIDA o estímulo a ideias e realizações, o enorme investimento na minha carreira acadêmica com providências concretas de inclusão em sua agenda mais nobre, além da amizade nascida da constatação de tantas afinidades;
- a CARLOS ALEXANDRE GONÇALVES a participação ativa no desenvolvimento deste trabalho, com extrema atenção ao detalhe, incessante busca pela qualidade e, sobretudo, harmonia com a orientadora;
- a MARGARIDA BASILIO o aceite ao convite para avaliar este trabalho tanto na qualificação quanto na defesa, além dos anos em que me orientou, da iniciação científica ao mestrado, até ser capaz de empreendê-lo;
- a HELENA MARTINS, primeira professora de Linguística e provocadora do encontro com a Filosofia desde a graduação, o aceite ao convite para avaliar este trabalho, além da paciência com o neófito xiita e a loquacidade fascinante com que, em diferentes disciplinas, me levou a querer ser linguista;
- a LILIAN FERRARI a atenção a este trabalho desde o primeiro momento, quando escreveu um incentivante “Mãos à obra!” num brevíssimo resumo que servia como carta de intenções, além do aceite ao convite para avaliar o trabalho na qualificação e na defesa;
- a MAURO NASCIMENTO o diálogo privilegiado sobre sua tese de doutorado e o aceite ao convite para avaliar a minha;
- a SANDRA BERNARDO a receptividade, no I Seminário do NEMP, em 2008, ao que viria a ser este trabalho, além do aceite ao convite para avaliá-lo;
- ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ e ao NEMP o acolhimento e a viabilização deste trabalho;
- à PUC-Rio (notadamente os departamentos de Letras e Filosofia) ter me inventado;
- ao CNPq a concessão de bolsa de março de 2009 a fevereiro de 2010, período em que pude ser exclusivamente doutorando.

Se o conhecimento é radicalmente relativo e incerto, o conhecimento do conhecimento não pode escapar a essa relatividade e a essa incerteza. Mas a dúvida e a relatividade não são somente corrosão; podem tornar-se também estímulo. A necessidade de relacionar, relativizar e historicizar o conhecimento não acarreta somente restrições e limites; impõe também exigências cognitivas fecundas.

De toda maneira, saber que o conhecimento não possui um fundamento não é ter adquirido um primeiro conhecimento fundamental? Isso não nos incitaria a trocar a metáfora arquitetônica, em que a palavra “fundamento” toma um sentido indispensável, por uma metáfora musical de construção em movimento, que transformaria no seu próprio movimento os elementos que a formam? Não seria também como construção em movimento que poderíamos considerar o conhecimento do conhecimento?

(MORIN: 2008: 23-24)

APRESENTAÇÃO

A nominalização é um tema clássico em Linguística. Em português...

*Damos o nome geral de ‘nominalização’ ao conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos. A nominalização é um dos casos mais complexos de formação de palavras no que respeita à determinação da função, no sentido de que vários processos de nominalização parecem apresentar funções múltiplas simultâneas.*¹ (BASILIO: 1987: 73)

As funções a que a autora se refere são aquelas que, no mesmo livro, atribui aos processos de formação de palavras: a função sintática, ou de mudança de classe; a função semântica, ou de denominação; e a função discursiva, ou de adequação ao enunciado². “A essas funções, devemos acrescentar a função expressiva de avaliação” (BASILIO: 1993: 29), a que, segundo nossa análise no capítulo 3, corresponderá a marcação de gênero em -ção. Às três funções iniciais, a autora se refere neste trecho:

O caso mais nítido de função mista é o da nominalização. Vimos em seções anteriores que os processos de nominalização apresentam um aspecto sintático nítido e exercem funções textuais. Podemos acrescentar a isso a função semântica da nominalização, derivada da função básica do léxico, a função de denominação. Nesse sentido, a nominalização permite a referência a um processo verbal como a um tipo de evento, ação, estado, etc., independentemente de circunstâncias particulares.

Por exemplo, na frase (...) Detesto guerras, odeio destruição., fica claro que a forma nominalizada destruição é construída apenas para fins de referência ao complexo semântico destruir de uma maneira nominal, ou seja, como a uma entidade em si, independente de instâncias particulares do evento, e suas associações de tempo, sujeito e objeto verbal, etc. (BASILIO: 1987: 78-79)

¹ Outra definição pode ser encontrada na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, proposta por Antoine Culioli, como em REZENDE (2009).

² Em sua função discursiva, a nominalização é objeto de estudo de BARRETO (1984). Em sua função textual, é objeto de estudo de BASILIO (2003).

Este trabalho nasce da indagação sobre o porquê de se formar mais de um substantivo a partir do mesmo verbo, como *rendição* e *rendimento* a partir de *render*, *fala* e *falação* a partir de *falar*, *conferência* e *conferimento* a partir de *conferir*, e tantos outros. Considerando que esse fenômeno tem muito a revelar sobre a natureza da nominalização, pretendemos mapear, à luz da Linguística Cognitiva (LANGACKER: 1987, 1991, 2008), a distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento. Nosso foco se dirige tanto à formação de tais substantivos quanto à especialização semântica de cada um, o que filia este trabalho ao programa de estudos sobre a interface entre a morfologia e a semântica proposto pelo NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português)³.

O trabalho está organizado em quatro capítulos:

- No primeiro, apresentamos a nominalização como um processo de formação de palavras, como tal responsável pela expansão do léxico, e as regras por meio das quais se realiza segundo estudos descritivos do português; e delimitamos a questão sobre a qual nos debruçamos.
- No segundo, cotejamos os fundamentos da Linguística Gerativa, de um lado, com os fundamentos da Linguística Cognitiva, de outro, tendo em vista sua relação com a nominalização; formulamos as hipóteses e explicitamos a orientação teórica que norteia(m) este trabalho; bem como propomos uma redefinição para o conceito *nominalização*.

³ Grupo de pesquisa criado em 2003, dedicado ao estudo da interface morfologia/semântica, liderado pelos professores Carlos Alexandre Gonçalves e Maria Lucia Leitão de Almeida, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro: www.nemp.com.br.

- No terceiro, apresentamos duas análises possíveis para os substantivos deverbais em -ção e -mento a partir da oposição entre interpretação verbal e interpretação nominal; oferecemos razões para se considerar a segunda superior à primeira por permitir a descrição de uma diversidade maior de características semânticas dos substantivos deverbais em -ção e -mento; e retornamos às hipóteses formuladas no capítulo anterior, de modo a avaliá-las à luz dos dados.
- No quarto, retomamos algumas questões clássicas em Linguística e Filosofia da Linguagem para embasar escolhas e procedimentos para além da adesão à Linguística Cognitiva, bem como demonstrar a relação entre tais questões e nosso objeto de estudo.

Para facilitar a leitura do trabalho, concluímos os capítulos 2, 3 e 4 com um resumo em que ressaltamos sua contribuição ao tratamento do tema. Por fim, recuperamos alguns pontos do trabalho para tecer as últimas considerações.

1. A NOMINALIZAÇÃO DE VERBOS COMO FENÔMENO MORFOLÓGICO

Podemos inicialmente definir a produtividade de uma Regra de Formação de Palavras (RFP) como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da Língua.

O conceito de produtividade lexical é problemático sobretudo porque o produto de uma RFP se incorpora ao léxico, o que permite a contagem de produtos de regras enquanto reflexo de frequência de aplicação. Assim, o termo 'produtividade' se refere também à frequência de aplicação. O uso do mesmo termo confunde a RFP enquanto especificação de construções morfológicas possíveis com o teor de utilização de RFPs em variadas circunstâncias.

(...)

Assim, o conceito de produtividade deve ser entendido tão somente como o conjunto de condições estruturais de uma regra na definição de construções morfológicas possíveis. A produtividade de uma regra deve ser distinta das Condições de Produção, que são condições não estruturais de operação e dependem de fatores de ordem paradigmática, discursiva e sócio-cultural.

Há vários tipos de condições de produção, tais como condições paradigmáticas, determinadas pelas regras em competição; o tipo de discurso, que permite ou estimula certos tipos de formação, enquanto dificulta ou interdita outros; as condições culturais, que criam referentes a serem rotulados; e assim por diante.

(BASILIO: 55: 1999)

Concebida como um processo de formação de palavras e, por conseguinte, de expansão do léxico, a nominalização se dá por diferentes regras de formação de palavras (RFPs). Conforme BASILIO (1999), não devemos confundir a produtividade das regras de formação de substantivos a partir de verbos com a produção de tais substantivos. Enunciar tais regras com o devido rigor formal exigiria a transcrição dos afixos que delas participam em alfabeto fonético, visto que a realização ortográfica deles varia (além de ser irrelevante como fenômeno linguístico), como se pode ver em exemplos como *produção / suspensão / supressão, dependência / perseverança*. No entanto, usamos aqui a forma -ção como representante genérica do sufixo nas suas três diferentes formas ortográficas, ao lado de -mento, que não apresenta variedade ortográfica.

1.1. $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ ÇÃO}]_s$

São produtos desta RFP substantivos como...

<i>colocar</i> → <i>colocação</i>	<i>suprimir</i> → <i>supressão</i>
<i>argumentar</i> → <i>argumentação</i>	<i>ceder</i> → <i>cessão</i>
<i>pretender</i> → <i>pretensão</i>	<i>ver</i> → <i>visão</i>
<i>estender</i> → <i>extensão</i>	<i>fundir</i> → <i>fusão</i>

(exemplificação 1)

... e verbos terminados em -izar nominalizam-se exclusivamente por ela. Também derivam desta regra substantivos de uso privativo nos registros informal e coloquial, tais como...

<i>bater</i> → <i>bateção</i>	<i>pegar</i> → <i>pegação</i>
<i>encher</i> → <i>encheção</i>	<i>sacar</i> → <i>sacação</i>

(exemplificação 2)

BASILIO (1987: 87) trata esses substantivos como exemplos da pejoratividade na nominalização, pejoratividade esta que corresponde ao que, como vimos, a autora denomina função expressiva de avaliação, retomada em BASILIO (1993):

O sufixo -ção, um dos sufixos nominalizadores mais produtivos, é também um caso típico de pejoratividade. Além do uso formal neutro de função exclusivamente nominalizadora, temos também o uso de -ção para referência a uma ação como exagerada em sua habitualidade: bateção, encheção, torração, etc.

1.2. $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ MENTO}]_s$

Os produtos desta RFP geralmente são marcados pelo aspecto durativo, como:

convencer → *convencimento*

envelhecer → *envelhecimento*

credenciar → *credenciamento*

rejuvenescer → *rejuvenescimento*

(exemplificação 3)

Como decorrência da seleção semântica desta regra por verbos com aspecto durativo, tem-se a recorrente presença do sufixo -e(s)cer na base.

1.3. $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ AGEM}]_s$

Os produtos desta RFP geralmente ressaltam o aspecto mecânico ou químico da semântica do verbo-base, como:

armazenar → *armazenagem*

embalar → *embalagem*

frear → *frenagem*

(exemplificação 4)

Se o verbo-base for de uso privativo nos registros informal e coloquial, o substantivo-
-produto também será, e o aspecto mecânico ou químico estará ausente:

dedurar → *deduragem* *gatunar* → *gatunagem* *tungar* → *tungagem*
(exemplificação 5)

BASILIO (1987) trata esses substantivos também como exemplos da pejoratividade na nominalização.

1.4. $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ NC(I)A}]_s$

Os produtos desta RFP geralmente têm semântica relativa a uma capacidade cognitiva ou emocional:

esperar → *esperança* *recalcitrar* → *recalcitrância*
perseverar → *perseverança* *relutar* → *relutância*
(exemplificação 6)

O fato de nem sempre ser possível estabelecer relação entre um verbo e uma nominalização em -nc(i)a aponta para a ocorrência de outra regra, $[X]_{Adj} \rightarrow [[X]_{Adj} \text{ NC(I)A}]_s$, como em:

consciente → *consciência* *paciente* → *paciência*
inteligente → *inteligência* *relutante* → *relutância*
(exemplificação 7)

E a ausência de bases livres para todos os adjetivos em -nte demonstra que a nominalização de adjetivos em -nc(i)a não depende da existência dessas bases livres, como se vê em *consciência, inteligência, paciência* e tantos outros exemplos. Esse fato ratifica que a nominalização é do adjetivo em -nte, e não de verbo.

Um caso interessante de formação de substantivos em -nc(i)a a partir de adjetivos derivados de base presa é *contingência*. Este substantivo é cognato de *atingir* e se relaciona com ele de uma forma que poderíamos chamar “distribuição complementar morfossemântica”. Vejamos:

VERBO	ADJETIVO
<i>atingir</i>	* <i>atingente</i>
* <i>contingir</i>	<i>contingente</i>

(quadro 1)

Se a formação de *contingência* dependesse da existência de **contingir*, não se daria. Por outro lado, a existência de *atingir* garantiria a formação de **atingência*, o que não acontece. O que se verifica é a formação de *atingimento*:

VERBO	ADJETIVO	SUBSTANTIVO
<i>atingir</i>	-	<i>atingimento</i>
-	<i>contingente</i>	<i>contingência</i>

(quadro 2)

RIO-TORTO (1998: 19), entendendo que “(...) é possível salvaguardar a concepção tradicional de morfema como signo mínimo”, conclui que “(...) carece de sólida fundamentação aceitar que *-ncia* e *-aria* ilustrem a descoincidência entre estrutura morfológica e estrutura morfemática (*-nt+-ia* e *-eir+-ia*), uma vez que não há evidências sincrônicas de que se trate de sufixos bimorfemáticos”. Ainda que não tendo os mesmos pressupostos teóricos que a autora, concordamos com sua análise do sufixo *-ncia* como monomorfêmico, ressalvada a alomorfia em *-nça*.

VILLALVA (2000: 7), por sua vez, em “(...) trabalho de descrição e análise de estruturas morfológicas do Português, desenvolvido com base nos pressupostos e programa da Teoria Generativa (...)”, indica um caminho para explicar a aparente irregularidade na nominalização de verbos.

Vejamos os verbos *crer*, *ver*, *ler*, *pôr* e *ter*. Os quatro primeiros apresentam como contrapartes nominais, respectivamente, *crença*, *visão*, *leitura* e *posição*. No entanto, *visão* e *posição* são nominalizações a partir do particípio, e não do infinitivo, enquanto *crença* e *leitura* não são formados por *-ção*. O quinto verbo, por sua vez, não corresponde a **tenção* embora seus derivados (*reter*, *ater*, *deter*, *conter...*) apresentem contrapartes nominais em *-ção* (*retenção*, *atenção*, *detenção*, *contenção...*).

Se, conforme propõe VILLALVA (2000: 9), entendermos que “(...) todas as palavras têm uma estrutura básica formada por um radical, um constituinte temático e um constituinte flexional (...)”, concluiremos que a relação [[base]afixo] depende de que a

base seja temática (radical + constituinte temático) e seremos capazes de explicar por que verbos atemáticos ora geram nominalizações a partir do particípio (*ver, pôr*), ora geram nominalizações em outro sufixo que preserve a identidade da base (*ler, crer*), ora não geram nominalizações como verbos básicos (*ter*), e sim somente como verbos derivados, já que, como derivados, são temáticos e o acréscimo de *-ção* preserva a identidade da base (*ater, conter, deter, reter...*).

Convém ressaltar que a proposta de RIO-TORTO (1998) difere da de VILLALVA (2000), sobretudo porque aquela sugere uma morfologia baseada em morfemas enquanto esta uma morfologia baseada em palavras. Ao nos apropriarmos de descrições de ambas, estamos reconhecendo afinidades descritivas, e não afinidades teóricas.

1.5. $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ DA}]_s$

Esta RFP incide exclusivamente sobre verbos de movimento, como:

chegar → *chegada*

entrar → *entrada*

correr → *corrida*

sair → *saída*

(exemplificação 8)

Graças à construção lexical DAR UMA X-DA, cuja semântica corresponde a uma versão atenuada da semântica do verbo nominalizado – *dar uma lida* é menos que *ler, dar uma estudada* é menos que *estudar* etc. – qualquer verbo pode dar origem a um

substantivo em -da (BASILIO: 2000)¹. No entanto, entendemos este fenômeno como atributo da construção, e não como a extensão da regra 1.5 a todos os verbos da língua, como se pode ver na comparação semântica entre a construção lexicalizada *dar uma passada* e a construção sintática *dar [uma] passagem*.

Também entendemos que a forma X-DA que participa da construção nada tem a ver com o particípio passado (Cf. Vivas: 2009); afinal, verbos irregulares nessa forma nominal não participam da construção com o particípio irregular, como se vê em *dar uma abrida*, e não **dar uma aberta*. Aliás, este exemplo reforça as duas teses – nem ocorrência de nominalização (Cf. *dar [uma] abertura*), nem ocorrência de particípio passado (Cf. **dar uma aberta*).

1.6. [X]_v → [[X]_v (T/D)URA]_s

Providencial, o exemplo *dar uma abertura* exemplifica outra RFP, da qual resultam *investidura, lavratura, atadura, propositura, escritura*, entre tantos outros itens lexicais do português. Diferentemente de alguns autores, não temos certeza sobre a improdutividade dessa RFP, mas discutir tal questão nos afastaria de nosso foco. O que convém apontar aqui é que a base dessa RFP é participial, o que nos parece explicar a alomorfia do sufixo, e que esse dado deve ser considerado como especificidade morfológica e semântica, dada a relação entre forma participial e aspecto conclusivo.

¹ A discussão sobre se substantivos X-DA formados a partir de verbos que não de movimento existem somente como integrantes da construção lexical DAR UMA X-DA ou também independentemente dela está fora do escopo deste trabalho, onde estamos considerando somente os substantivos X-DA produzidos pela RFP 1.5.

1.7. Derivação regressiva

Além da formação de substantivos a partir de verbos por derivação sufixal, como nas seis RFPs acima, há formação de substantivos por derivação regressiva:

Observem, por exemplo, os pares apertar/aperto, ameaçar/ameaça e cortar/corte. Nesses pares, vemos que a vogal pela qual termina o nome pode ser -a, -e ou -o. Assim, se considerarmos que esses verbos são de derivação regressiva, pelo menos teremos que considerar que se trata de um caso misto, pois também ocorre o acréscimo das vogais. (BASILIO: 1987: 39)

NASCIMENTO (2006: 159), por sua vez, entende que “não é pertinente a descrição chamada tradicionalmente de ‘derivação regressiva’: o processo no qual um substantivo é formado a partir de um verbo sem que se usem afixos é na verdade um caso de reenquadre morfológico”.

No que diz respeito à distribuição semântica entre os substantivos deverbais, a derivação regressiva completa o quadro em que substantivos deverbais sufixais convivem com substantivos regressivos no léxico, como em:

esperar → espera x esperar → esperança [x dar uma esperada]

melhorar → melhora x melhorar → melhoramento [x dar uma melhorada]

estiar → estio x estiar → estiagem [x dar uma estiada]

(exemplificação 9)

1.8. Recursividade entre -ção e -mento

A noção de recursividade foi introduzida na Linguística pela Teoria Gerativa para explicar todos os tipos de encaixamento sintático e destacar a ausência de limite para encaixamentos numa sentença. Em Morfologia, a noção passou a se aplicar a partir da abordagem lexical para a derivação, entendida como uma relação [[base] afixo].

Visto que, em português, um verbo pode derivar um nome, assim como um nome pode derivar um verbo, temos o protótipo da recursividade: num processo de formação de palavras, a base pertence à categoria verbo, e o produto, à categoria substantivo; noutro processo de formação de palavras, a base pertence à categoria substantivo, e o produto, à categoria verbo; e ambos os processos, em suas várias instâncias (as RFPs), se tornam retroalimentares.

No que tange à recursividade de -ção, a alomorfia facilita o acréscimo de outro sufixo.

Já -mento é menos receptivo ao acréscimo de outro sufixo:

agir → ação → acionar

transar → transação → transacionar

*convencer → convencimento → *convencimentar*

*casar → casamento → *casamentar*

*nascer → nascimento → *nascimentar*

(exemplificação 10)

No entanto, há casos em que -mento admite o acréscimo de outro sufixo, especialmente -ar, formador de verbos a partir de substantivos, o que produz outro verbo no léxico, para o qual poderá haver outro substantivo, e assim sucessivamente:

fundar → fundamento → fundamentar

regular → regulamento → regulamentar

(exemplificação 11)

Nesse processo, o que parece haver é a saturação de camadas de afixos, até que -ção se torna menos receptivo a outro sufixo, como -mento:

*internalizar → internalização → *internalizacionar*

*realizar → realização → *realizacionar*

(exemplificação 12)

E o fato de a próxima nominalização ser em -mento contribui para a saturação e aumenta a resistência à formação de um novo verbo denominal:

*ação → acionar → acionamento → *acionamentar*

*relação → relacionar → relacionamento → *relacionamentar*

(exemplificação 13)

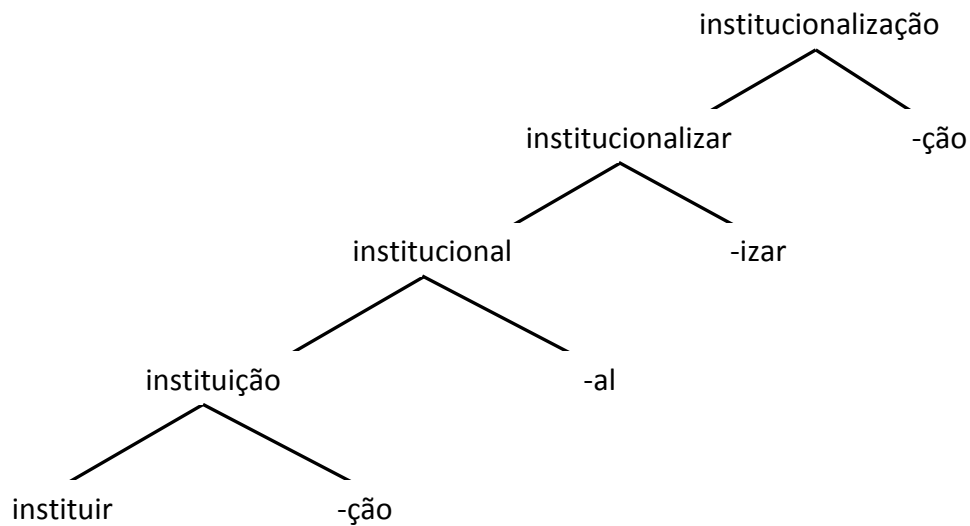
Podemos, por outro lado, encarar todos os exemplos de resistência (seja de -ção, seja de -mento) a novos acréscimos como uma limitação do léxico real, inexistente no léxico potencial, o que, numa abordagem gerativa, faz todo o sentido. Nesta perspectiva, podem-se estabelecer séries infinitas de acréscimos:

real → *realizar* → *realização* → *realizacionar* → *realizacionamento* → ...

agir → *ação* → *acionar* → *acionamento* → *acionamentar* → *acionamentação* → ...

(exemplificação 14)

Um exemplo de formação autorizada pela recursividade é *institucionalização*, como em GONÇALVES (2005: 85):



O tratamento das bases e dos afixos como constituintes imediatos, analogamente aos sintagmas de uma sentença, evoca o tratamento dos itens lexicais como sintagmas segundo o Estruturalismo, o dos itens lexicais como produtos de regras de formação de palavras segundo a Linguística Gerativa e o dos itens lexicais como instanciações de construções gramaticais segundo a Gramática das Construções. Retornaremos a esse ponto no final do próximo capítulo.

1.9. Delimitação da questão

A justificativa para enfocarmos os substantivos deverbais é a existência de “(...) uma associação paradigmática entre verbos e nomes, derivada de um padrão lexical geral (...)” (BASILIO: 1980: 74), que não se esgota na formação de nomes a partir de verbos, e sim a inclui. Ressalte-se que BASILIO (1980) usa o termo “nominalização” em referência à associação paradigmática entre verbos e nomes, e não ao processo de formação de nomes a partir de verbos, como neste trabalho e em BASILIO (1987).

Portanto, em tese, seria de nosso interesse discutir a distribuição semântica entre substantivos formados a partir das seis RFPs apresentadas acima. No entanto, nosso recorte é ainda mais restrito. Entendamos por quê.

Quando apresentamos a regra 1.2, mencionamos o aspecto durativo das bases, que podemos considerar uma especificidade semântica dessa regra e o fator de seleção do sufixo -mento. Ao apresentarmos a regra 1.3, mencionamos a semântica relativa a ato ou processo mecânico ou químico, que podemos considerar uma especificidade

semântica dessa regra e o fator de seleção do sufixo -agem. Já ao apresentarmos a regra 1.4, mencionamos a semântica relativa a capacidade cognitiva ou emocional, o que podemos considerar uma especificidade semântica dessa regra e o fator de seleção do sufixo -nc(i)a. Ao apresentarmos a regra 1.5, identificamos que só opera sobre verbos de movimento, o que é uma especificidade semântica dessa regra e o fator de seleção do sufixo -da.

Paralelamente a especificidades semânticas, podem-se identificar especificidades morfológicas. Por exemplo, como contraparte morfológica à especificidade semântica na regra 1.2, está a presença do sufixo -e(s)cer. Podemos, então, prever que todo verbo terminado nesse sufixo derive um substantivo em -mento, exclusivamente:

emagrecer → *emagrecimento*

**emagreção* **emagreçagem* **emagrecência* **emagrecida*²

(exemplificação 15)

Outro exemplo de especificidade morfológica é a seleção de verbos em -izar pela regra 1.1. Podemos, então, prever que todo verbo terminado nesse sufixo derive um substantivo em -ção, exclusivamente:

realizar → *realização*

**realizamento* **realizagem* **realizância* **realizada*³

² Não estamos nos referindo ao particípio passado de “emagrecer” no feminino, e sim à forma “emagrecida” como nominalização de “emagrecer”.

(exemplificação 16)

Por fim, a regra 1.6 incidir sobre base participial constitui uma especificidade morfológica.

Portanto, em tese, se um verbo não apresentar as restrições semânticas nem as restrições morfológicas previstas nas RFPs acima, tal verbo poderá derivar um substantivo em -ção, -mento, -agem ou -nc(i)a. Contudo, duvidamos de que ausência de restrições seja suficiente para explicar a formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo, como:

<i>pertencimento / pertinência / pertença</i>	<i>peneiramento / peneiração / peneiragem</i>
<i>permanecimento / permanência</i>	<i>cometimento / comissão</i>
<i>renascimento / renascença</i>	<i>insurreição / insurgência</i>
<i>internamento / internação</i>	<i>ressurgimento / ressurreição / ressurgência</i>
<i>salvamento / salvação</i>	<i>ressuscitamento / ressurreição</i>

(exemplificação 17)

Dados de introspecção e outros fornecidos por amostragem (v. ANEXO I) indicam tanto a produtividade quanto a produção dos sufixos -ção e -mento. O fato de serem tão produtivos – conceito que, segundo BASILIO (1993), não admite gradação – quanto os demais sufixos nominalizadores, mas muito mais producentes, nos leva a uma conclusão convergente com a de BASILIO (1993: 29), tendo em vista...

³ Da mesma forma, não estamos nos referindo ao particípio passado de “realizar” no feminino, e sim à forma “realizada” como nominalização de “realizar”.

(...) o caso dos sufixos -ção e -mento, aparentemente em competição na formação de substantivos a partir de verbos em português. Alguns ambientes são exclusivos de uma ou outra das regras (cf. X-ece(r)-mento, X-iza(r)-ção), devendo, portanto, a regra oposta apresentar a restrição correspondente em sua descrição estrutural. Quanto às bases para as quais não temos restrições determinadas, tanto pode ocorrer um sufixo quanto o outro, e, muitas vezes, ambos concretamente ocorrem, como em internação / internamento. Este é um caso em que ambas as regras são produtivas, cada uma apresentando suas condições de produtividade. Todas as construções compatíveis com as condições de produtividade são lingüisticamente possíveis e não há razão, portanto, para falarmos em diferentes graus de produtividade nesse caso.

A única situação em que poderíamos pensar em graus de produtividade seria a situação em que operações de mesma função apresentam para suas bases condições parcialmente semelhantes de aplicação. Considere-se, por exemplo, a situação do sufixo substantivador deverbal -agem, em comparação com -ção e -mento. Na medida em que -agem apresenta uma forte restrição semântica, podendo operar apenas com bases verbais correspondentes a verbos de ação, enquanto -ção e -mento não apresentam tal restrição, poderíamos dizer que o grau de produtividade determinado pela própria descrição estrutural da regra é maior para -ção e -mento do que para -agem. Nesse caso, temos uma situação em que uma regra é mais geral do que outra, ou seja, a maior ou menor produtividade de uma regra em relação à outra corresponderia ao seu teor de generalidade.

No entanto, consideramos insuficiente abordar a formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo como decorrente da função semântica de um processo morfológico, visto que a de mudança de classe já estaria suprida com a formação do primeiro substantivo, sem necessidade do segundo ou terceiro. Além disso, a perspectiva teórica parte do morfológico para o semântico, e a função semântica atribuída aos processos de formação de palavras dá conta da maior ou menor generalidade semântica entre regras correspondentes ao mesmo processo, e não da condição polissêmica do verbo-base, da qual nos parece resultar a dupla ou tripla nominalização.

Tendo apresentado a concepção de nominalização estabelecida na descrição do português, passemos, no capítulo 2, à explicitação dos pressupostos teóricos que a embasam e ao contraste entre esses e os que usaremos como base para propormos

outra concepção de nominalização. Antes, porém, façamos duas observações metodológicas:

- a) o uso de verbetes de dicionários neste trabalho atende exclusivamente à necessidade de demonstrar a polissemia dos itens analisados com base em significados atestados, e não a qualquer compromisso lexicográfico ou intuito teórico de considerar os itens lexicais fora de contexto;
- b) o uso de informação diacrônica se explica pela suspensão do princípio da sincronia no quadro teórico com que estamos trabalhando, no qual também se suspende a suposição de fronteira rígida entre sincronia e diacronia, como se pode ver em SWEETSER (1990):

*A teoria gerativa separou rigidamente a estrutura semântica sincrônica e a mudança histórica: por isso, a maioria das análises semântico-formais até hoje tratou a mudança de significado como irrelevante, por princípio, à análise do sistema sincrônico (este sendo o objeto de estudo relevante). (...) Além disso, mesmo num contexto sincrônico, tem havido, até onde sei, pouca ou nenhuma tentativa na gramática gerativa de propor uma explicação baseada em princípios para a estrutura da polissemia.*⁴

(SWEETSER: 1990: 2)

Como pretendemos esclarecer ao longo deste trabalho, tanto o apagamento da fronteira rígida quanto o foco na polissemia são de especial interesse ao tratamento que temos a propor para nosso objeto de estudo. Informação diacrônica será apresentada quando da análise etimológica dos sufixos -ção e -mento, enquanto o foco na polissemia será proposto em detrimento do foco na homonímia.

⁴ *Generative grammar has rigidly separated synchronic semantic structure from historical change: most formal-semantic analyses to date have thus treated meaning change as inherently irrelevant to analysis of the synchronic system (the latter being the relevant object of study). (...) Further, even in a synchronic context, there has, to my knowledge, been little or no attempt to give a principled explanation of polysemy structure.*

O pano de fundo compartilhado com SWEETSER (1990) é que, se a polissemia se deve, em grande parte, a extensões metafóricas, a agregação de novos a velhos significados é cognitivamente estruturada. Sendo assim, os significados anteriores não podem ser considerados como parte da história da língua e, por isso, excluídos da análise sincrônica da polissemia. Os significados anteriores convivem com os significados posteriores, a relação entre eles é o que caracteriza a polissemia, e não seria possível distinguir entre significados anteriores e posteriores sem examinar todos até entender quais são as bases e quais são os produtos da extensão metafórica. Dessa forma, a etimologia passa a ser considerada como fonte da informação sobre quais são os significados anteriores a que se agregaram os que o falante de hoje conhece e usa.

2. CONTRASTE TEÓRICO

Neste capítulo, pretendemos destacar alguns pontos de oposição entre a Linguística Gerativa e a Linguística Cognitiva e retomar algumas afirmações que vimos até aqui, para então justificar por que a abordagem cognitiva nos parece superar a abordagem gerativa no tratamento da distribuição semântica entre substantivos deverbiais. Também pretendemos propor uma concepção de nominalização condizente com os pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva.

2.1. À moda gerativa

*No meu livro de 1965 Aspectos da Teoria da Sintaxe, (...) não há ocorrência do termo “língua” no índice, mas muitas ocorrências do termo “gramática”, geralmente em referência à língua-l. Teria sido preferível usar o termo “língua” (...) como um termo técnico no lugar de “gramática (gerativa)” (no sentido de língua-l) e adotar outro termo técnico (talvez “língua-E”) para o que foi chamado “língua”. O termo “gramática (gerativa)” teria então sido naturalmente usado para designar a teoria que o linguista constrói para a língua(-l) (...)*¹ (CHOMSKY: 1986: 29)

Podemos dizer que, desde a apresentação das regras de formação de substantivos a partir de verbos, estamos falando em termos gerativos. A própria notação usada pressupõe o compromisso da Linguística Gerativa com o modelo Elemento e Processo e remete a razões intrateóricas que tem *Remarks on Nominalization* como divisor de águas. No entanto, mais que retomar o ponto em que a Linguística Gerativa estava até CHOMSKY (1970)² ou atualizar o diálogo que esse texto estabelece com o cenário

¹ *In my 1965 book Aspects of the Theory of Syntax, (...) there is no entry for “language” in the index, but many entries under “grammar”, generally referring to l-language. It would have been preferable to use the term “language” (...) as a technical term in place of “(generative) grammar” (in the sense of l-language) while adopting some technical term (perhaps “E-language”) for what was called “language”. The term “(generative) grammar” would then have naturally been used for the linguist’s theory of the (l-) language (...)*

² No mesmo periódico em que se encontra CHOMSKY (1970), lê-se em FRASER (1970) uma descrição da nominalização de ação em inglês, que, na tradição descritiva brasileira, corresponde ao que chamamos

anterior, interessa-nos esclarecer que estamos assumindo a direcionalidade do processo $V \rightarrow N$, como em BASILIO (1980, 1987).

Estabelecida por CHOMSKY (1970) a proposta de tratar nominalizações não mais como resultantes de transformações no nível da sintaxe, e sim como unidades lexicais, JACKENDOFF (1975) propõe que a relação semântica entre verbos e suas nominalizações seja tratada em termos de **regras de redundância**. Associa tais regras à adoção da TEORIA DA ENTRADA PLENA (*full-entry theory*) – em oposição à TEORIA DA ENTRADA REDUZIDA (*impoverished-entry theory*) e à ABORDAGEM TRANSFORMACIONAL superada em CHOMSKY (1970) –, que se baseia na noção de **entradas lexicais separadas mas relacionadas**. As regras de redundância são usadas para medir o custo de inserção de um item no léxico nos seguintes termos: dado um item lexical como *decidir*, o custo de inserção de *decisão* corresponderia à soma do custo de saber que *decisão* é uma palavra + o custo da informação independente (a semântica que *decisão* tem e não pode ser prevista a partir da semântica de nenhum outro item lexical) + o custo da regra de redundância (que aponta para a semântica compartilhada entre *decidir* e *decisão* e reduz o custo da inserção de *decisão*).

O poder descritivo das regras de redundância propostas por JACKENDOFF (1975) se aplica tanto às nominalizações com base livre (*decisão, dedução, perdição*) quanto às nominalizações com base presa (*moção, noção, compleição*). Estas são consideradas como portadoras de mais informação redundante que aquelas e menos informação

interpretação verbal da nominalização. Em inglês, a especificidade da realização morfológica em *-ing* justifica que a nominalização de ação seja tratada à parte das demais nominalizações sufixais. Em português, faz mais sentido falar de diferença entre interpretação verbal e interpretação nominal, já que ambas podem ocorrer no mesmo substantivo deverbal.

redundante que itens semanticamente não relacionáveis a qualquer base, livre ou presa.

O autor identifica, ainda, que nominalizações com diferentes sufixos compartilham a mesma interpretação, assim como o mesmo sufixo nominalizador apresenta interpretações diferentes, o que, como veremos adiante, é retomado por BASILIO (1987) para propor a análise dos sufixos nominalizadores como semanticamente não-especializados. Com isso, justifica a dissociação entre regularidades morfológicas e regularidades semânticas:

A imagem que emerge é a de uma família de sufixos nominalizadores e uma família associada de relações semânticas nome-verbo. Até certo ponto, os membros particulares de cada família que são realmente utilizados na formação de nominalizações de um verbo são escolhidos aleatoriamente. Porque a escolha é aleatória, a medida de informação tem de medir independentemente o custo de referência a regras de redundância morfológica e o custo de referência a regras de redundância semântica.³

(JACKENDOFF: 1975: 651)

Assim, as regras de redundância morfológica servem para relacionar nominalizações que compartilham o mesmo sufixo sem compartilharem a mesma interpretação, enquanto as regras de redundância semântica servem para relacionar nominalizações que compartilham a mesma interpretação sem compartilharem o mesmo sufixo. A influência do pensamento de JACKENDOFF (1975) se fará sentir ao longo deste trabalho. Por ora, temos, como pano de fundo gerativo, a concorrência e a recursividade entre RFPs. Resta introduzir outro conceito importante no desenvolvimento da morfologia

³ *The picture that emerges is of a family of nominalizing affixes and an associated family of noun-verb semantic relationships. To a certain extent, the particular members of each family that are actually utilized in forming nominalizations from a verb are chosen randomly. Insofar as the choice is random, the information measure must measure independently the cost of referring to morphological and semantic redundancy rules.*

gerativa, o conceito de **bloqueio**, definido como “a não-ocorrência de uma forma pela simples existência de outra”⁴ (ARONOFF: 1976: 43).

De fato, a noção de bloqueio explica casos como *divulgação* / **divulgamento* e tantos outros de não-formação de uma palavra por já existir outra que lhe seria sinônima. No entanto, o léxico oferece vários exemplos de desafio ao bloqueio, como na fala de Maria Bethânia, no CD *Maricotinha Ao Vivo*. No bem-humorado *Texto: Boites Sampa*, a cantora se dirige ao público:

Vocês me desculpem se eu não respondo tudo. É porque eu estou com, eh, monitor no ouvido, e eu não ouço quase nada de vocês. Aí eu pergunto: cantaram comigo? bateram palma? e às vezes é horrível, eu não ouço nada, é triste, e é uma isolamento, um isolamento, uma tristeza, uma solidão.

Bethânia parece retratar-se de ter dito *isolação* quando o que lhe parece correto é *isolamento*, como na ocorrência de bloqueio – neste caso, de *isolação* por *isolamento*. É como se “*isolação*” fosse perfeitamente possível – e não somente é possível, como real e dicionarizado – mas a presença de *isolamento* no léxico mental indica que *isolação* não tem lugar.

Entretanto, a noção de bloqueio não dá conta exatamente dos casos em que mais de uma regra incide e insere no léxico mais de uma nominalização para o mesmo verbo, como os exemplos apresentados no capítulo anterior. Outros indícios apontam, não para o bloqueio de uma forma por outra, e sim para a distinção semântica entre as formas, para a “(...) especialização no significado da forma concorrente, passando

⁴ “the nonoccurrence of one form due to the simple existence of another”

ambas a co-ocorrer. É o que acontece com os deverbais *recebimento* e *recepção*, ou com os deadjetivais *claridade* e *clareza*” (NASCIMENTO: 2006: 107). “Assim, nos casos em que, para a mesma base se encontram derivados de forma distinta, isso significa que esses derivados são semanticamente diferentes, dado que, por um lado, seleccionam das suas bases porções distintas de significado e, por outro, dão a ver a qualidade denominada de formas diferentes” (CORREIA: 2004: 25).⁵

Está entre tais indícios a fala de Irene Ravache, colhida da coluna *Gente Boa* publicada em 17/8/2007. Ao pronunciar-se sobre a nova coreografia de Ivaldo Bertazzo, a atriz diz: “*O trabalho de Ivaldo não é nem de salvação, é de salvamento.*”

A atriz demonstra distinguir claramente entre *salvação* e *salvamento* e parece atribuir sentido laudatório à segunda formação. Esse dado aponta, na linguagem ordinária, para a especialização semântica.

Já numa variedade profissional a distribuição semântica identificada é ora de meronímia ora de hiponímia, conforme MINEIRO *et alii* (2004: 13) identificam na terminologia náutica: “Comparando-se as definições de *salvação* e *salvamento*, nota-se uma diferença entre os dois corpora. No *TermiNáutica*, *salvação* é o conjunto de medidas para se fazer um *salvamento*, enquanto que nos dois dicionários, *salvação* é sinónimo de *salvamento*”.

⁵ Ressalte-se que CORREIA (2004) trabalha com o modelo SILEX (Syntaxe, Interprétation et LEXique), de base gerativista, proposto por Danielle Corbin, enquanto NASCIMENTO (2006) trabalha com a Gramática das Construções, de base cognitivista, proposta por Adele Goldberg. Novamente, temos afinidades descritivas, e não teóricas. A aproximação entre os dois modelos nos parece dever-se ao fato de que “Na sua versão mais recente (...) o modelo SILEX assume-se definitivamente como um modelo de ‘morfologia construcional’ (e não apenas derivacional), que permite o tratamento da semântica e da referência das palavras construídas morfológica e não-morfológicamente” (CORREIA: 2004: 29).

Portanto, uma proposta de explicação para a não-incidência do bloqueio é a especialização semântica entre as formas, com sensibilidade à eterna condição de variação e mudança que caracteriza as línguas naturais. Outra, compatível com a primeira, vem dos estudos estilísticos. Assim, a especialização semântica “pode levar à anulação do bloqueio de formas com outro sufixo de função igual: *salvar* → *salvação* e *salvamento*, *ressurgir* → *ressurreição* e *ressurgimento* (...)” (SANDMANN: 1991: 78), bem como “o desrespeito a determinados bloqueios de regras de formação de palavras pode assumir caráter estilístico, isto é, contribuir para que a mensagem que se queira transmitir o seja com mais eficiência, isto é, chegue mais vivamente ao receptor ou destinatário” (SANDMANN: 1991: 80).

Os significados especificados para cada formação, por sua vez, podem ser regulares ou idiossincráticos:

(...) toda e qualquer forma nominalizada é semanticamente relacionada ao verbo correspondente, já que nome e verbo partilham, ao menos parcialmente, um significado lexical. Formas nominalizadas podem, é verdade, desenvolver significados posteriores; estes podem ser adições e/ou modificações do significado lexical básico, comum ao verbo e ao nome, ou então podem não ter relação alguma com o significado primário da forma básica. Um exemplo do primeiro caso seria declaração, no sentido especificado de “documento oficial escrito em que se declara alguma coisa”; um exemplo do segundo caso seria impressão, no sentido de “noção vaga”. Casos em que formas nominalizadas, ou quaisquer outras formas, apresentam um significado diferente, mas relacionado ao sentido básico do radical, são normalmente conhecidos como “extensões de sentido”. Algumas extensões de sentido são parcialmente generalizadas, enquanto outras são totalmente idiossincráticas. Assim, por exemplo, o significado “coletivo” em formas nominalizadas, tais como administração, direção, etc., constitui uma extensão generalizada, enquanto em casos como declaração, no sentido de “declaração de amor”, temos uma extensão idiossincrática. (BASILIO: 1980: 74-75)

Além disso:

Nomes deverbais, da mesma maneira que nomes morfológicamente básicos, podem ter uma interpretação nominal ou uma interpretação verbal, dependendo do contexto, conforme podemos observar nos seguintes exemplos:

- (16) a. *A ferida inflamou.*
b. *A inflamação da ferida preocupou o médico. (sentido verbal)*
c. *A inflamação está doendo. (sentido nominal)*
- (17) a. *O presidente encerrará o simpósio às 9 horas.*
b. *O encerramento do simpósio provocará acúmulo de serviço na secretaria. (sentido verbal)*
c. *Eu só chegarei no simpósio para o encerramento. (sentido nominal)*

(BASILIO: 1980: 80-81)

O que permite ao falante distinguir entre a interpretação verbal e a nominal não se limita ao âmbito lexical, depende da arquitetura sintática da sentença (em abordagens mais atentas ao algoritmo) ou do enunciado (em abordagens mais atentas ao contexto). O papel da sintaxe na atribuição de uma ou outra interpretação aos substantivos deverbais é especialmente ressaltado na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a que nos referimos logo na abertura deste trabalho:

A nominalização participa, ao mesmo tempo, da natureza do nome e do verbo. Ela tem um valor nominal em “Olha que bela construção!”, quando nos referimos a uma bela casa construída, mas ela tem um valor verbal ou predicativo em “A construção está dando trabalho aos engenheiros”. Para este último valor, nós nos referimos ao ato mesmo de trabalho ou de construção.

(...)

A asserção ou o contexto encaixante que contém uma nominalização é fundamental para a atribuição de valor à nominalização. No exemplo já mencionado “A construção está dando trabalho aos engenheiros”, são as marcas aspecto-modais “está-ndo” que permitem atribuir o valor predicativo à “construção”. (REZENDE: 2009: 3715)

Portanto, uma análise profunda da distinção entre uma e outra interpretação nos parece depender do acréscimo de considerações sintáticas a considerações morfológicas, o que não faremos neste trabalho, sob pena de perdermos o foco na interface semântica/morfologia.

Quanto à convivência entre significados regulares e significados idiossincráticos, fazemos uma breve ponderação conceitual.

2.1.1. Nominalização e lexicalização

Em LEMOS DE SOUZA (2001), adotamos o conceito de **lexicalização** que BRINTON & TRAUOGOTT (2005: 32) apresentam como relativo a “processos de fusão que resultam na redução em composicionalidade”⁶. Ao tratarmos de formações tradicionalmente descritas como locuções adverbiais, tais como *a pé*, *de repente* e *em breve*, nosso objetivo era, do ponto de vista gerativo, demonstrar a situação dessas formações a meio caminho entre a sintaxe e o léxico. Daí a preocupação em discutir o status morfológico das formas “a”, “de” e “em” e o desconforto ante a impossibilidade de tratá-las como prefixos, sob pena de atribuir à “prefixação” a capacidade de promover mudança de classe em português.

O compromisso com a Linguística Gerativa impunha o foco na mudança como produto, não como processo, e uma descrição dos constituintes das formações nos termos da morfologia derivacional. A concepção sincrônica de “lexicalização” – estabelecimento de relações entre representações conceituais e a sintaxe – não se aplicava aos dados em análise, enquanto a concepção diacrônica – evolução de construções sintáticas a itens lexicais – colocava como custo da adequação descritiva o tratamento das formações como não-composicionais.

⁶ “(b) processes of fusion resulting in a decrease in compositionality”

Tal custo também se apresenta na concepção de lexicalização que LEHMANN (2002) propõe. Conceber a lexicalização como o processo pelo qual uma forma deixa de ser analítica e passa a ser tomada como um todo faz o conceito “cair como uma luva” sobre as supostas locuções adverbiais e outras formações da língua. No entanto, estabelecer como decorrência da lexicalização o apagamento das fronteiras morfológicas restringe a aplicação do conceito a formas como *fidalgo* (< filho de algo) e *embora* (< em boa hora).

Ante a evidente isolabilidade dos constituintes em formações como *a pé*, *de repente* e *em breve*, é impossível ignorar que a lexicalização pode tanto promover o apagamento das fronteiras morfológicas – como nos casos previstos por LEHMANN (2002) – quanto a conversão de juntura interna em juntura externa sem apagamento de fronteiras morfológicas – como nas formações que descrevemos em LEMOS DE SOUZA (2001). Por força da adequação descritiva, tratamos as ex-preposições que integram as formações como tais, e não como prefixos.

Era preciso, ainda, preservar a perspectiva de que predomina a regularidade no léxico, em oposição à definição de léxico hegemônica na própria Linguística Gerativa (DI SCIULLO & WILLIAMS: 1987), herdada do Estruturalismo (BLOOMFIELD: 1933), o que nos levava a enfocar não somente o predomínio da regularidade no léxico como também a regularidade da lexicalização como processo de formação de palavras em português. Portanto, nossa perspectiva sobre a lexicalização era a de inserção de formações num léxico caracterizado, não pela idiosincrasia ou pela listagem, mas sim como “(...) um depósito de signos, uma lista de entradas lexicais, além de um conjunto de regras que

definem a classe das palavras possíveis na língua (...)” (BASILIO: 1987: 25), e não apenas como a prisão dos fora-da-lei (DI SCIULLO & WILLIAMS: 1987).

Nesse cenário, o conceito “lexicalização” que identificamos em BRINTON & TRAUGOTT (2005) e em LEHMANN (2002) vai ao encontro de nossas convicções em sua dimensão morfológica, no que tange, se não à redução na composicionalidade, à mudança de *status* dos constituintes, mas vai de encontro a elas em sua dimensão semântica, ao manter a concepção hegemônica de léxico, em que prevalece a ideia de que a idiosincrasia no significado é o que caracteriza um item como lexical. Daí não fazer sentido para nós a referência a formas cujo significado não é previsível a partir de sua constituição morfológica como lexicalizadas. Tal como em LEMOS DE SOUZA (2001), reservamos o termo “lexicalização” para nos referirmos a formas que migraram da sintaxe para o léxico e que, por isso mesmo, apresentam uma constituição morfológica que não pode ser descrita nem nos termos da sintaxe nem nos termos da morfologia derivacional.

Ao deslocarmos nossa atenção de um processo de formação de palavras para a distribuição semântica entre as nominalizações deverbais em *-ção* e *-mento*, reencontramos o conceito “lexicalização” como aquele que definiria a situação semântica de formações como *apartamento*, *ligamento* e *recepção*, por exemplo. Poderíamos abster-nos de tratar formações como essas em favor da descrição de formações semanticamente previsíveis, porém prestar alguma atenção às formações malcomportadas nos dá ensejo a afinar o rol de conceitos com que estamos trabalhando.

2.1.2. Especialização semântica

Até aqui, temos, do ponto de vista semântico sobre as nominalizações, a distinção entre extensões de sentido generalizadas, que geram significados regulares, e extensões de sentido idiossincráticas, que geram significados imprevisíveis, bem como a oposição entre interpretações verbais e interpretações nominais. Relendo BASILIO (1980: 74-75) e BASILIO (1980: 80-81) neste trabalho, será possível perceber que uma e outra extensão de sentido incidem tanto em nominalizações com interpretação nominal quanto em nominalizações com interpretação verbal.

Vejamos, por exemplo, o caso de recebimento / recepção. Temos duas formas nominalizadas do verbo receber, sendo que uma é de formação mais antiga – provavelmente latina –, como se pode observar pela alteração do radical (...), e a outra formada de acordo com padrões gerais vigentes em português. Estas duas formas exemplificam a questão do uso. Ou seja, teoricamente poderíamos ter apenas uma forma nominalizada para o verbo receber; ou qualquer uma das formas poderia apresentar qualquer um dos significados gerais possíveis com este verbo. No entanto, verificamos que certos significados são expressos com uma das formas, outros com a outra. Assim, por exemplo, o sentido de receber como “ter convidados” pode ser nominalizado pela forma recepção, que passa a indicar o evento: podemos falar numa recepção com muitos convidados. Neste contexto, naturalmente, não caberia recebimento. Já recebimento vai ser utilizado em larga escala como nominalização de receber em referência a dinheiro e mercadoria em geral, caso em que recepção, por sua vez, não cabe. Esse é um exemplo típico de diferença de uso, pois a diferença de significado não pode ser atribuída ao sufixo nominalizador. Isso é fácil de verificar pela existência de formas como casamento, onde, com o sufixo -mento, há o sentido de “evento social”, que havíamos encontrado em recepção; e como reposição, onde, com o sufixo -ção, podemos ter o significado referente a dinheiro ou mercadorias em geral. (BASILIO: 1987: 22-23)

Nessa passagem, temos:

- um exemplo de co-ocorrência entre -ção e -mento no par *recepção/recebimento*;

- *recebimento*, uma nominalização com interpretação verbal, e *recepção*, uma nominalização com interpretação nominal, como exemplos de nominalizações que passaram por uma extensão de sentido generalizada;
- a identificação do compartilhamento de interpretação entre diferentes sufixos nominalizadores, como em JACKENDOFF (1975) – regularidade semântica entre *casamento* e *recepção*;
- a extensão de sentido como decorrência do uso, e não dos sufixos nominalizadores;
- a extensão de sentido gerando especialização semântica nas nominalizações.

Ainda à moda gerativa, OLIVEIRA (2007: 87) “(...) discute, à luz do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, as peculiaridades dos sufixos nominalizadores -ção e -mento (...)” segundo “(...) a hipótese de que nas formações derivadas há restrições de cunho aspectual impostas pela raiz, que vão permitir ora a adjunção da base verbal ao sufixo nominalizador -ção, ora ao sufixo nominalizador -mento”. Essa proposta dialoga com a de BASILIO (1987: 22-23) de uma maneira interessante:

- Enquanto BASILIO (1987: 22-23) inclui a história interna da língua na análise da formação de nominalizações concorrentes, OLIVEIRA (2007: 87) pressupõe a concorrência sincrônica entre sufixos e pretende explicar a adjunção de um ou outro sufixo nominalizador a partir de restrições aspectuais impostas pelas bases, no que, segundo a Morfologia Distribuída, entende que a adjunção deste sufixo exclui a adjunção daquele.

- Enquanto BASILIO (1987: 22-23) recusa aos sufixos as diferenças de significado e situa a especialização semântica na esfera do desempenho (uso), OLIVEIRA (2007: 87) situa a seleção dos sufixos na esfera da competência (propriedades aspectuais das bases).
- Ambas as autoras incluem a história interna da língua na análise da especialização semântica, porém OLIVEIRA (2007: 87) só tem certeza sobre a especialização semântica entre nominalizações mais antigas na língua:

*Observou-se que há algumas formações duplas na língua, como ligação e ligamento; internação e internamento; salvação e salvamento. Os vocábulos ligação (“ato ou efeito de ligar”) e ligamento (“tecido fibroso que constitui meio de união de articulações ou de partes ósseas”) não são palavras derivadas, mas são formas primitivas, provenientes do latim *ligatione* e *ligamentu*, respectivamente (Dicionário Aurélio, 1999, p. 1212). O mesmo acontece com os vocábulos salvação (“ato ou efeito de salvar”) e salvamento (“operação ou efeito de salvar”), que provêm, respectivamente, do latim *salvatione* e *salvamentu* (Dicionário Aurélio, 1999, p. 1805). Supõe-se que, provavelmente, deveria haver, em latim, uma diferença de sentido entre essas formas.*

*Já internação e internamento são formas derivadas formadas a partir da adjunção de -ção e -mento ao verbo *internar*, constituindo, assim, uma rara exceção. Ambas as formas são sinônimas e exprimem “ato ou efeito de *internar(-se)*” (Dicionário Aurélio, 1999, p. 1126). Será que há algum tipo de diferença semântica na interpretação dessas palavras por parte dos falantes? Aqui está um dado para ser investigado em pesquisas futuras.* (OLIVEIRA: 2007: 95)

A relação que OLIVEIRA (2007) indica entre -ção e -tione e entre -mento e -mentu é confirmada por OITICICA (1926):

*ÇÃO – do latim *tione*, composto de *ion* e do *t* característico de participio passado; designa a acção; exs.: condição, acção de fundar, fundamento; flexão = flecsão, acção de dobrar; confirmação, acção de confirmar; função = fungção (radical *fung*, de *fungi*, exercer) acção de trabalhar. Esse sufixo toma a forma *são* quando o radical termina em *r*, *s*, *n*, ou vogal; exs.: aversão, percussão (*cus* = *cut*), extensão, prisão, visão, fusão. Tem a forma *sião* em ocasião.* (OITICICA: 1926: 129)

*MENTO – do latim *mentum* onde formava substantivos neutros de acção, instrumento, serventia, etc.; exs.: casamento, acção de casar; tormento, acção de torcer, atormentar; detrimento, o facto de estragar, prejudicar. A forma plural *menta* gerou alguns substantivos colectivos em português: ferramenta, ferros necessários ao artífice; vestimenta, as roupas especiais de uma personagem;*

tormenta, turbilhões de pó, folhas, chuva, produzidos pelo vento.

(OITICICA: 1926: 155)

As observações de OITICICA (1926) geram indagações em quem busca uma “(...) razão para postular uma estreita relação semântica e cognitiva entre dois sentidos se um for regularmente a fonte histórica do outro”⁷ (SWEETSER: 1990: 3). Passemos a explorá-las.

A primeira é se uma possível distinção semântica entre as primeiras formações em -ção e as primeiras formações em -mento – aquelas a que OLIVEIRA (2007) se refere como primitivas – é que formações em -ção têm por base o participio passado (um radical de *perfectum*, de semântica passiva e aspecto conclusivo) e, portanto, indicam ações **perfeitas**, enquanto as formações em -mento têm por base o tema do infinitivo (um radical de *infectum*, de semântica neutra e não marcado quanto ao aspecto) e, por isso, se prestam a indicar ações **neutras** (-mento) ou **coletivos** (-menta, como em *vestimenta, ferramenta e tormenta*, formações morfológicamente não-transparentes no português contemporâneo). A co-ocorrência entre -ção e -mento em formações mais antigas seria, então, um caso de distribuição aspectual.

A partir dessa indagação, formulemos duas hipóteses:

A primeira é a de que formações em -mento se relacionam não estritamente com formações em -ção, mas com formações participiais. Segundo essa hipótese, haveria um paradigma em que formações em -mento constituiriam o polo de aspecto inconclusivo ao lado de formações que constituiriam o polo de aspecto conclusivo, sejam

⁷ *We would then argue that there is reason to posit a close semantic and cognitive link between two senses if one is regularly a historical source for the other.*

elas em -ção (*ordenamento/ordenação, provimento/provisão, internamento/internação*), sejam elas os próprios participios passados do verbo (*doutoramento/doutorado, chamamento/chamado*). Ainda segundo essa hipótese, seria possível explicar também a co-ocorrência entre -mento e -nc(i)a (*permanecimento / permanência, pertencimento / pertinência*), já que existe uma relação paradigmática entre -nc(i)a e -nte, sufixo este que é hoje derivacional, formador de agentivos, mas era flexional, marcador de participio presente, em português (v. 1.4). Assim, a relação paradigmática não seria estritamente entre formações em -mento, de um lado, e nominalizações em -ção ou participios passados, de outro, e sim entre formações em -mento e nominalizações ou formas nominais – participios presentes (de semântica ativa) ou participios passados (de semântica passiva).

No entanto, é preciso relativizar a hipótese diante do fato de que tanto -ção quanto -mento, quando nominalizam adjetivos, podem nominalizar adjetivos participiais:

(1) *O tom adequado com que ele se dirigiu ao diretor foi decisivo.*

A adequação do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisiva.

*O *adequamento do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisivo.*

(2) *A conduta correta impressionou todos.*

A correção da conduta impressionou todos.

*O *corregimento da conduta impressionou todos.*

(3) *Era visível que ele estava abatido.*

Era visível seu abatimento.

*Era visível sua *abatição.*

(4) *O objetivo deste espaço é deixar os clientes relaxados.*

O objetivo deste espaço é gerar relaxamento.

*O objetivo deste espaço é gerar *relaxação.*

A segunda hipótese parte da informação de que -ção “designa a acção” (OITICICA: 1926: 129), enquanto -mento “formava substantivos neutros de acção, instrumento, serventia” (OITICICA: 1926: 155), o que, numa leitura cognitivista, pode ser formulado como uma oposição entre um sufixo indicador de ação com enfoque no agir e um sufixo indicador de ação com enfoque em qualquer outro aspecto da cena agentiva que não o agir. Essa hipótese está diretamente associada à distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal que já apresentamos neste capítulo e retomaremos no próximo.

A segunda indagação é se, dada a situação menos marcada de -mento em relação a -ção, as formações em -mento contribuiriam mais para o objetivo comunicativo de desverbalizar o verbo nos termos em que BASILIO (1987: 78-79) trata da nominalização. Em outras palavras, a função semântica da nominalização – aquela que “permite a referência a um processo verbal como a um tipo de evento, ação, estado, etc., independentemente de circunstâncias particulares” – seria mais bem realizada por -mento que por -ção.

A terceira indagação é sobre a situação de alomorfia de -ção, somada à incidência de bases presas (*prisão, visão, fusão, condição, flexão, ocasião*). Vê-se que a alomorfia do sufixo está ligada ao fato de a base não ser infinitiva, e sim supina ou participial, o que reforça a afinidade entre -ção e o aspecto perfeito. A primeira e a terceira indagações abrem espaço para a análise que proporemos no capítulo 3 sob o título “A oposição de aspecto”.

2.2. À moda cognitiva

A gramática cognitiva vai fundamentalmente de encontro às correntes dominantes na teoria linguística corrente. Ela fala de imagem num tempo em que o significado é geralmente perseguido com aparato derivado da lógica formal. Ela afirma a inseparabilidade entre a sintaxe e a semântica num tempo em que o status da sintaxe como um sistema formal autônomo é aceito pela maioria dos teóricos como fato estabelecido. Ela busca uma abordagem integrada das várias facetas da estrutura linguística num tempo em que a orientação herdada exige teorias especializadas que lidem com vários domínios separados. Finalmente, num tempo em que formalização e rigorosa argumentação são cada vez mais consideradas como a condição sine qua non para uma investigação linguística viável, ela sugere que essas preocupações têm de ser menos prioritárias que uma necessidade muito mais básica: o esclarecimento conceitual de questões fundamentais.⁸

(LANGACKER: 1987: 1)

São muitos os pontos em que a Linguística Gerativa e a Linguística Cognitiva se distinguem. Um primeiro ponto de oposição é a concepção gerativa de que a linguagem constitui um domínio cognitivo independente dos demais. Da faculdade de linguagem que o Estruturalismo europeu concebia como semiológica, orientada para o entendimento do signo, não somente do signo linguístico, à faculdade de linguagem

⁸ *Cognitive Grammar is fundamentally at odds with the dominant trends in current linguistic theory. It speaks of imagery at a time when meaning is generally pursued with apparatus derived from formal logic. It claims the inseparability of syntax and semantics at a time when the status of syntax as an autonomous formal system is regarded by most theorists as established fact. It seeks an integrated account of the various facets of linguistic structure at a time when received wisdom calls for specialized theories dealing with numerous separate domains. Finally, at a time when formalization and rigorous argumentation are increasingly regarded as the sine qua non of viable linguistic inquiry, it suggests that these concerns must cede priority to a far more basic need: the conceptual clarification of fundamental issues.*

que o gerativismo vincula à evolução natural da espécie humana, há como decorrência epistemológica a ideia de que a linguagem é não somente inata, como também autônoma em relação a outras habilidades cognitivas. O dado empírico que sustenta essa concepção da linguagem é que a espécie humana e outras espécies compartilham habilidades cognitivas e o mesmo mundo real, mas somente a humana desenvolveu a linguagem.

Um segundo ponto é a concepção gerativa dos níveis do conhecimento linguístico como delimitados. Por isso, em alguns momentos, referimo-nos à migração de itens da sintaxe para o léxico como um salto entre degraus. Em termos cognitivos, os níveis do conhecimento linguístico se organizam num contínuo, e as formas linguísticas se distribuem gradativamente nesse contínuo:

*A Linguística Cognitiva, por contraste, afirma que o léxico, a morfologia e a sintaxe formam um continuum de unidades simbólicas que servem para estruturar o conteúdo conceitual para fins expressivos. É incoerente nesta visão falar de gramática em oposição a significado, e a segmentação da estrutura gramatical em componentes discretos é rejeitada.*⁹
(LANGACKER: 1987: 35)

Um terceiro ponto está no número de níveis concebido. Se, a partir da dicotomia entre competência e desempenho, a Linguística Gerativa concebe os níveis fonético, fonológico, morfológico, sintático e semântico, sem lugar para um nível pragmático, por estar na esfera do desempenho, a Linguística Cognitiva, ao opor-se a dicotomias consagradas (competência / desempenho, língua / discurso, sincronia / diacronia, falante real / falante ideal), não somente concebe o nível pragmático como também se

⁹ *Cognitive grammar, by contrast, claims that lexicon, morphology, and syntax form a continuum of symbolic units serving to structure conceptual content for expressive purposes. It is incoherent in this view to speak of grammar in isolation from meaning, and the segmentation of grammatical structure into discrete components is rejected.*

insurge contra a dicotomia semântica/pragmática: “Eu não acredito que tanto a distinção entre gramática e léxico quanto aquela entre semântica e pragmática possam ser mantidas até o fim”¹⁰ (LANGACKER: 1987: 449).

Como veremos detalhadamente no capítulo 4, a distinção entre semântica e pragmática é compartilhada entre a Linguística e a tradição filosófica e remete à distinção entre propriedades essenciais e propriedades contingentes, mantida na Linguística Gerativa e relativizada na Linguística Cognitiva.

Um quarto ponto de oposição está no lugar reservado à metáfora e à metonímia. Na Linguística Gerativa, a metáfora e a metonímia estão no terreno da figuratividade da linguagem, que, assim como em toda a tradição realista e essencialista desde a Filosofia Antiga, é considerado marginal em relação ao suposto centro literal e declarativo da linguagem e, portanto, não é relevante para a Teoria Linguística. Já na Linguística Cognitiva, a metáfora e a metonímia são concebidas como princípios estruturantes da cognição humana, organizada em termos de projeções inter- e intradominiais (LAKOFF & JOHNSON: 1980). A figuratividade é, portanto, o motor das projeções a partir da experiência corpórea e está presente até onde menos se percebe, dado o alto grau de entrincheiramento.

Tão relevante quanto a Hipótese Inatista para a Linguística Gerativa é a Hipótese da Corporificação (*Embodiment Hypothesis*) para a Linguística Cognitiva. A Hipótese da Corporificação traduz o compromisso da Linguística Cognitiva com o modelo

¹⁰ *I do not believe that either the distinction between grammar and lexicon or that between semantics and pragmatics can ultimately be maintained.*

conexionista – que, em oposição ao modelo modular, “(...) postula globalmente que as atividades cognitivas do homem provêm de operações fundamentais que não são, como acreditou a primeira geração de pesquisadores, do domínio exclusivo da lógica simbólica, quer dizer, das capacidades estritamente calculatórias dos seres humanos” (AUROUX: 1998: 310-311) – e é descrita em termos de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) – que “(...) estruturam o pensamento e são usados na formação de categorias e no raciocínio”¹¹ – e de Esquemas Imagéticos (EIs) – que “(...) são padrões imaginativos, não-proposicionais e dinâmicos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interações perceptivas. Eles apresentam uma estrutura interna, ligam-se entre si através de *transformações* e podem ser metaforicamente elaborados para a conceptualização de conceitos abstractos” (SOARES DA SILVA: 2006: 185).

Segundo a Hipótese da Corporificação, a metáfora consiste na extensão de um esquema imagético situado num domínio cognitivo (domínio fonte) a outro (domínio alvo) e, assim, produz a mesclagem (*blending*) entre os domínios e entre os MCIs que habilitam o entendimento da extensão. É à luz dessa Hipótese que se deve ler “experiência” nesta passagem:

A Lingüística Cognitiva, em seu ângulo filosófico e epistemológico, tem como característica o experiencialismo, que entende ser a cognição determinada pela nossa própria experiência corporal e também a participação das experiências individual e coletiva.
(MACHADO: 2005: 39)

¹¹ *Cognitive models structure thought and are used in forming categories and in reasoning* (Lakoff: 1987:13). Chamamos a atenção para a variação terminológica observada por LANGACKER (1987: 150) em nota de rodapé, *in verbis*: *An abstract domain is essentially equivalent to what Lakoff terms as ICM (for idealized cognitive model) and what others have variously called a frame, scene, schema, or even script (at least in some uses). I have referred to it as a functional assembly in previous works, but being both opaque and dispensable, that term should be allowed to die.*

O desenvolvimento da Linguística Cognitiva como desdobramento do Funcionalismo, que se estabelece em oposição a fundamentos e procedimentos da Linguística Gerativa, se insere no histórico de [des]continuidades entre escolas do pensamento linguístico e desafia o linguista contemporâneo a conhecer o passado da ciência que abraçou tão bem quanto dele se alimentam os autores que ajudam a desenvolvê-la e a, assim, discernir entre o que há de realmente novo e o que há de releitura na teoria a que se inclina. Leia-se atentamente o seguinte trecho da obra de um doutorando em Letras no século XIX [com intervenções nossas] e atente-se para o fato de, trocada a lente de então pela que orienta este trabalho, ser possível manter sua formulação para explicar a concepção de metáfora proposta pela Linguística Cognitiva:

Dizem que as metáforas de um povo deixam adivinhar-lhe o gênio. Isso é verdade para algumas [a dimensão cultural, específica], mas é preciso confessar que a maior parte apenas ensina o que já sabemos [a dimensão cognitiva da espécie, geral]; elas nos dão o espírito de todo o mundo, que não varia muito de uma nação para outra. Vamos citar alguns exemplos, pedindo antes ao leitor que desculpe sua simplicidade. Trata-se, para nós, mais de mostrar o quanto a língua está cheia delas [a ubiquidade da metáfora nas línguas humanas].

Como é preciso limitar, nós as colheremos todas da mesma língua: o latim. Vejamos, por exemplo, como o povo romano nomeia o que é bom e o que é mau [a rede construcional dessa valoração]. O que é bom: é o que está direito e de acordo (recte aque ordine), o que está cheio e tem peso (inter, gravis). Mas a leveza é um mau sinal (levis, vanus, nullius momenti). O que está às avessas torna-se o símbolo de toda perversidade (pravus). A inteligência é como uma ponta que penetra (acumen), mas a loucura assemelha-se a uma faca cega (hebes) ou a um prato sem sal (insulus). Um caráter simples é comparado a uma roupa que não tem uma ruga sequer (simples): os motivos tidos como falsos são bordas que dissimulam o defeito do tecido (praetextum). A miscelânea (vafer, varius) não está longe do engano.

Até aqui as metáforas da linguagem não apresentam nada de irrepreensível; vamos agora ver aparecer alguns traços de caráter, que procedem sobretudo da moral utilitária [as metáforas ontológicas]. Pensar é calcular (putare, reputare). A avaliação ou o peso da moeda empresta seu nome a todas as espécies de estima (aestimare, existimare, pendere). Deliberar é ainda pesar (deliberare). O que se pode comprar barato é desprezível (vilis); da raridade vem o preço que atribuímos aos objetos (carus, caritas). (BRÉAL: 1897: 91-92)

Quando a lingüística voltar ao sentido das palavras uma parte da atenção que ela coloca exclusivamente sobre a letra, ela poderá criar para as diversas línguas um curioso e instrutivo levantamento, mostrando o contingente de metáforas

oferecidas por cada ocupação humana, por cada grupo profissional.

(BRÉAL: 1897: 93)

Retomemos, então, a noção de bloqueio, segundo a qual o conhecimento de uma forma inibe a criação de outra que desempenhe a mesma função. Vimos que o bloqueio não impede a formação de nominalizações por diferentes sufixos a partir da mesma base. Além disso,

- o conhecimento de uma forma pode suscitar a necessidade de outra forma com significado específico, que atenda aos objetivos comunicativos dentro de uma área do conhecimento;
- objetivos estilísticos podem levar à criação de formas concorrentes (SANDMANN: 1991); e
- a especialização semântica – um fato da linguagem ordinária (*salvamento/salvação* na fala de Irene Ravache) e de dialetos profissionais (*salvamento/salvação* em MINEIRO *et alii*: 2004) – é entendida como posterior à criação das formas e, portanto, revela que não se aplica a noção de bloqueio.

Passemos, então, à ideia de que as extensões de sentido se dão no uso da língua e podem ser generalizadas ou idiossincráticas. A dicotomia entre língua e discurso (o conhecimento do sistema vs o uso do sistema) prevê que a regularidade está na língua e a imprevisibilidade está no uso. Sendo assim, não deveria haver espaço para extensões de sentido generalizadas no uso. Ou as extensões generalizadas estão na

língua, fazem parte da competência, e as extensões idiossincráticas estão no discurso, são acidentes do uso; ou todas as extensões são generalizadas e, se estão no uso, o discurso é tão regular quanto a língua; ou, ainda, todas as extensões são idiossincráticas e, assim, não há como explicar a regularidade semântica.

O que, do ponto de vista cognitivo, identificamos como um problema na concepção gerativa da especialização semântica não se resolve com a localização das extensões de sentido na língua ou no discurso. Afinal, sequer temos como falar nos termos da dicotomia língua/discurso.

O problema está na ideia de que as extensões de sentido são posteriores à criação dos itens lexicais, assim elaborada: “Formas nominalizadas podem, é verdade, desenvolver significados posteriores; estes podem ser adições e/ou modificações do significado lexical básico, comum ao verbo e ao nome, ou então podem não ter relação alguma com o significado primário da forma básica” (BASILIO: 1980: 74-75). Essa ideia faz com que se considere regular para “declaração” o “sentido especificado de ‘documento oficial escrito em que se declara alguma coisa’” e irregular o “sentido de ‘declaração de amor’” (BASILIO: 1980: 74-75). O pressuposto é que o documento guarda relação semântica mais próxima com o ato de declarar que qualquer coisa declarável, que pode ser amor, guerra, independência...

Do ponto de vista cognitivo, as extensões de sentido são constitutivas da criação lexical, “(...) e o significado de um item lexical é representado como um elemento num

MCI”¹² (MARMARIDOU: 2000: 50). Portanto, as extensões de sentido são não somente concomitantes à criação lexical, são sobretudo motivadoras da criação lexical, visto que consistem exatamente na transferência de domínio objetivada com a criação lexical. Desta forma, o primeiro significado de “declaração” só se distingue do segundo pelos elementos recortados da cena cognitiva “declarar”. O primeiro recorta o próprio ato de declarar; o segundo, uma das muitas coisas declaráveis, aquela que a cultura, o falante, a frequência e outros fatores na relação entre mente, linguagem e mundo privilegiam nos atos de fala que envolvem “declaração”.

Em outras palavras, em vez de assumir que a extensão de sentido resulta do uso de formações que “nascem” sinônimas – caso em que teríamos de rejeitar a noção de bloqueio – entendemos que nominalizações a partir do mesmo verbo não passam por extensão de sentido uma vez criadas, e sim que “nascem” semanticamente especializadas. Desta forma, temos que a razão de ser da dupla nominalização é que cada substantivo deverbal supre uma lacuna semântica no léxico; preservamos a noção de bloqueio por seu poder explicativo na teoria linguística, só que não aplicável às nominalizações a partir do mesmo verbo; e situamos a especialização, não no âmbito dos itens lexicais, e sim no das funções dos processos de expansão do léxico, concebidos como operações cognitivas.

¹² “(...) and the meaning of a lexical item is represented as an element in an ICM.”

2.2.1. Proposta conceitual

Nesse espírito, estamos propondo que, em vez de um processo morfológico com funções dentre as quais uma que é semântica, se conceba a nominalização como um fenômeno semântico com consequência lexical, que consiste em concentrar os significados de um verbo em um substantivo ou distribuir os significados de um verbo em mais de um substantivo. A primeira concepção pressupõe um léxico estruturado por processos e regras de formação de palavras sensíveis ao fator semântico. A segunda, um léxico em que “Palavras são vistas como construções, e o significado lexical é uma rede intrincada de molduras conectadas”¹³ (FAUCONNIER & TURNER: 2006: 303).

Essa proposta se sustenta nas seguintes hipóteses que vimos desenvolvendo ao longo do trabalho. São elas:

HIPÓTESE 1

Se um verbo não apresentar as restrições semânticas nem as restrições morfológicas previstas nas RFPs, tal verbo poderá derivar um substantivo em -ção, -mento ou qualquer outro sufixo produtivo.

HIPÓTESE 2

Visto que a função de mudança de classe é satisfeita pela formação de um único substantivo a partir de um dado verbo, a formação de mais de um substantivo não se explica morfológica e semanticamente.

¹³ *Words are themselves viewed as constructions, and lexical meaning is an intricated web of connected frames.*

HIPÓTESE 3

A partir da relação entre -ção e o perfectum e entre -mento e o infectum, devemos analisar a co-ocorrência entre -ção e -mento levando em conta a situação das nominalizações como herdadas ou vernáculas. A expectativa é que formas herdadas apresentem maior número de bases presas e menor índice de co-ocorrência, que formas vernáculas apresentem maior número de bases livres e que a transparência morfossemântica favoreça a co-ocorrência.

HIPÓTESE 4

A partir da distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal e da co-ocorrência entre -ção e -mento, supomos que o substantivo com interpretação verbal recorte algum aspecto da cena cognitiva, restando saber o que interfere na interpretação nominal do outro substantivo.

Defendemos, então, que a co-ocorrência entre substantivos deverbais se organiza em termos de restrições morfológicas e restrições semânticas (hipótese 1), razão de ser semântica da dupla formação (hipótese 2), transparência morfossemântica (hipótese 3) e associação entre a interpretação verbal e a cena agentiva (hipótese 4). E nossa oposição à ideia de que extensões de sentido são posteriores à formação dos itens lexicais se ratifica na seguinte redefinição da nominalização de verbos:

Se pretendermos conciliar os fundamentos da Linguística Cognitiva com o poder descritivo que a noção de bloqueio tem na Linguística Gerativa, teremos de conceber a NOMINALIZAÇÃO de verbos não mais como um processo morfológico com função semântica, que consistiria em converter verbos em substantivos, e sim como um processo semântico com uma contraparte morfológica, que consiste em consolidar os significados de um verbo num único nome ou distribuir os significados de um verbo entre mais de um nome morfológicamente relacionado ao verbo por via sufixal ou regressiva.

Nesses termos, já não se pode dizer que o sufixo -ção nominaliza o verbo *declarar* ou que *declaração* seja a nominalização de *declarar*, e sim que o sufixo -ção nominaliza todos os significados do verbo *declarar* [até que pressões comunicativas levem à criação de outro substantivo a partir desse verbo], enquanto -ção nominaliza alguns significados do verbo *arrogar* e -nc(i)a outros, -mento nominaliza alguns significados de *afogar* e -dura outros... Somente assim, parece-nos ser possível dispensar um tratamento que associe a co-ocorrência entre dois, três ou mais nomes para os mesmos verbos com a polissemia dos verbos; integre a polissemia dos verbos com a polissemia dos nomes; e ainda explique a semântica dos nomes, polissêmicos ou não, por meio da metáfora e da metonímia na associação entre significados prototípicos e periféricos dos verbos e significados prototípicos e periféricos dos nomes.¹⁴ A análise que empreenderemos no próximo capítulo servirá ao propósito de demonstrar a adequação desta proposta conceitual e das hipóteses que a acompanham.

Antes, porém, é preciso encontrar na Linguística Cognitiva um mecanismo com poder explicativo análogo ao que a noção de bloqueio produz no quadro formalista em que teve origem. Acreditamos que tal mecanismo sejam dois dos princípios da Gramática das Construções (GOLDBERG: 1995: 67-68), modelo filiado à Linguística Cognitiva: o Princípio do Poder Expressivo Maximizado e o Princípio da Economia Maximizada. Também utilizaremos o Princípio da Motivação Maximizada. Pela formulação dos

¹⁴ Os resultados que encontramos por amostragem em FERREIRA (2004) (ver ANEXO I) indicam vinte e nove co-ocorrências entre substantivos deverbais, das quais nem todas se caracterizam como padrões, dada a parcimônia de formas sob as quais recaem, o que não se pode dizer sobre a co-ocorrência entre -ção e -mento. Sejam acidentais, sejam padrões, a amostragem sugere que a co-ocorrência é a regra. O ponto fundamental é que as vinte co-ocorrências refletem o acervo lexical da língua, com suas regularidades e acidentes da história interna e da história externa. É fundamental estabelecer que, ao enfocarmos os substantivos deverbais em -ção e -mento, estamos programaticamente adotando um olhar projetivo, que necessariamente se restringe ao que é regular e produtivo.

princípios, apresentada a seguir, constata-se que a Gramática das Construções é um modelo elaborado para a descrição da sintaxe, e não da morfologia das línguas naturais. No entanto, a filiação à Linguística Cognitiva nos permite evocar seus princípios por serem aplicáveis a toda a gramática, e não somente à sintaxe, na medida em que são “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem” (GOLDBERG: 1995: 67).

Passemos ao primeiro dos três princípios que julgamos pertinentes aos objetivos deste trabalho:

1. **Princípio da Motivação Maximizada:** *se uma construção A for sintaticamente relacionada à construção B, então o sistema da construção A será motivado no mesmo grau em que for relacionado semanticamente a B. Tal motivação é maximizada.*¹⁵

Retomando a noção saussureana de motivação, a Linguística Cognitiva opõe-se à versão composicional clássica e permite o tratamento de nosso objeto de estudo nos seguintes termos, com acréscimos nossos:

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado [graças às regras de redundância (Jackendoff: 1975) ou às relações de herança entre construções (Goldberg: 1995)].

Assim, vinte é imotivado, mas dezenove não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, dez, nove, vinte e nove, dezoito, setenta etc.; tomados separadamente, dez e nove estão nas mesmas condições que vinte, mas dezenove apresenta um caso de motivação relativa. O mesmo acontece com pereira [ou isolamento], que lembra a palavra simples pêra [ou isolar] e cujo sufixo -eira [ou -mento] faz pensar em

¹⁵ 1. **The Principle of Maximized Motivation:** *If construction A is related to construction B syntactically, then the system of construction A is motivated to the degree that it is related to construction B semantically. Such motivation is maximized.*

cerejeira, macieira [ou crescimento, nascimento, entendimento] etc.; nada de semelhante acontece freixo, eucalipto etc. (SAUSSURE: 1916: 152)

A distinção entre o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo, por sua vez, pressupõe que “(...) todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa de signos, e esse é o papel do relativamente motivado” (SAUSSURE: 1916: 154). Numa interpretação cognitivista dessa passagem, vemos cognição em vez de “espírito” e, no lugar de “um princípio de ordem”, operações cognitivas.

Uma dessas operações cognitivas remete exatamente ao Princípio de Motivação Maximizada, segundo o qual quanto mais motivada for a relação entre duas construções, mais evidente será a interseção semântica entre elas. Se levarmos em conta que as nominalizações são motivadas em relação aos verbos-base, perceberemos que a motivação torna evidente a interseção semântica entre as nominalizações e os verbos-base. Nesses termos, o Princípio de Motivação Maximizada, em GOLDBERG (1995), captura, do ponto de vista cognitivo, o mesmo fenômeno que, em JACKENDOFF (1975), as regras de redundância morfológica e as regras de redundância semântica capturam do ponto de vista gerativo.

Passemos, então, aos outros dois princípios:

- III. **Princípio do Poder Expressivo Maximizado:** o inventário de construções é maximizado em favor de objetivos comunicativos.¹⁶
- IV. **Princípio da Economia Maximizada:** o número de construções diferentes é minimizado tanto quanto possível, dado o Princípio III.¹⁷

Esses dois princípios se restringem mutuamente. Aplicados ao léxico, apontam para a maximização da polissemia no limite da vagueza até o ponto em que a comunicação exige a criação de itens lexicais e para a expansão lexical como última instância.

Parece-nos que é exatamente do equilíbrio entre expressividade (para cada verbo, o máximo de substantivos deverbais possível) e economia (para cada verbo, o mínimo de substantivos deverbais possível) que se situa o objeto de estudo deste trabalho. A situação de ora existir uma única contraparte nominal para determinado verbo ora existir mais de uma aponta para esse equilíbrio, sem prever qualquer impedimento a que, em prol da motivação semântica, incluam-se mais contrapartes nominais para o mesmo verbo.

Nesses termos, o efeito conjunto desses dois princípios, em GOLDBERG (1995), produz, do ponto de vista cognitivo, poder explicativo análogo ao que, em ARONOFF (1976), a noção de bloqueio tem do ponto de vista gerativo. No quadro gerativista, tal noção diz respeito à produção lexical, e não à produtividade, e, por isso, depende fundamentalmente dessa distinção, que, por sua vez, só faz sentido numa teoria formalista. No quadro cognitivista, o efeito conjunto de dois “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem” (GOLDBERG: 1995: 67) é o equilíbrio entre o poder

¹⁶ III. **The Principle of Maximized Expressive Power:** *The inventory of constructions is maximized for communicative purposes.*

¹⁷ IV. **The Principle of Maximized Economy:** *The number of distinct constructions is minimized as much as possible, given Principle III.*

expressivo e a economia de que o léxico precisa para ser “(...) um sistema dinâmico de produção e armazenagem de formas simbólicas, isto é, formas que evocam significados” (BASILIO: 2004: 50).

2.3. Conclusão do capítulo

Neste capítulo, cotejamos a abordagem gerativa com a abordagem cognitiva à nominalização em português. Selecionamos de cada abordagem os pressupostos e os conceitos que interferem diretamente no tratamento de nosso objeto de estudo, que é a distribuição semântica entre os substantivos deverbais em -ção e -mento. O cotejo nos permitiu apresentar não somente tais pressupostos e conceitos, como sobretudo o próprio objeto de estudo em sua relação com o acervo da língua portuguesa *versus* o potencial produtivo de substantivos deverbais. Permitiu-nos, ainda, enunciar a adesão à Linguística Cognitiva como orientação teórica deste trabalho.

3. A NOMINALIZAÇÃO DE VERBOS COMO FENÔMENO SEMÂNTICO

*A distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento lingüístico e extralingüístico) é altamente artificial, e a única concepção viável da semântica é uma que evite falsas dicotomias como essa (...)*¹ (LANGACKER: 1985: 154)

A concepção de nominalização como um processo semântico com contraparte morfológica nos termos em que a estamos propondo indica que a distribuição semântica dos substantivos deverbais se explica a partir da polissemia do verbo-base. A nominalização transforma significados verbais em significados nominais, o que implica que *verbo* e *nome* são tomados como categorias semânticas, não como classes morfológicas, e que a mudança de classe morfológica é um epifenômeno.

Para o devido entendimento dessa concepção, é necessário explicitar a definição de polissemia que estamos pressupondo:

A polissemia é uma forte evidência de que categorizamos, pelo menos na maior parte das vezes, não na forma de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes e, portanto, não à maneira das chamadas categorias clássicas, mas na base de protótipos, tal como têm sido entendidos e estudados pela Psicologia Cognitiva e pela Semântica Cognitiva, através da semântica do protótipo. Se a categorização se processasse na base de propriedades comuns e segundo o princípio aristotélico do “terceiro excluído”, pelo qual uma entidade ou exibe ou não exibe determinada característica, ou pertence ou não pertence a determinada categoria, então a infinidade e diversidade de coisas, processos, relações, etc. que constituem o nosso mundo exigiria não só categorias monossêmicas ou, pelo menos, mais simples, como também um número infinitamente superior de categorias, o que garantidamente comprometeria a aprendizagem e o uso de uma língua. A naturalidade e frequência com que a maior parte das categorias tende para o sentido múltiplo mostra bem como elas se estruturam à volta de um centro prototípico; como diferentes ‘coisas’ se podem assemelhar, de diferentes modos, ao protótipo e assim serem integradas numa mesma categoria; e como a pertença a uma categoria não requer a verificação de todas as propriedades ‘esperadas’, donde os seus membros não precisarem de

¹ *The distinction between semantics and pragmatics (or between linguistic and extralinguistic knowledge) is largely artificial, and the only viable conception of linguistic semantics is one that avoids such false dichotomies (...)*

Tal entendimento converge com o de CORREIA (2004: 2004: 25)...

É mais económica uma descrição que aposta na explicação da polissemia das unidades lexicais do que uma descrição que aposta numa concepção homonímica, isto é, uma descrição que permita explicar as polissemias sistemáticas das unidades em análise evitará informação redundante na descrição a ser feita. Entende-se que apenas uma descrição que procure explicar os fenómenos de polissemia poderá fornecer uma visão cabal da estrutura interna do léxico de uma língua, desiderato principal de qualquer trabalho lexicológico.

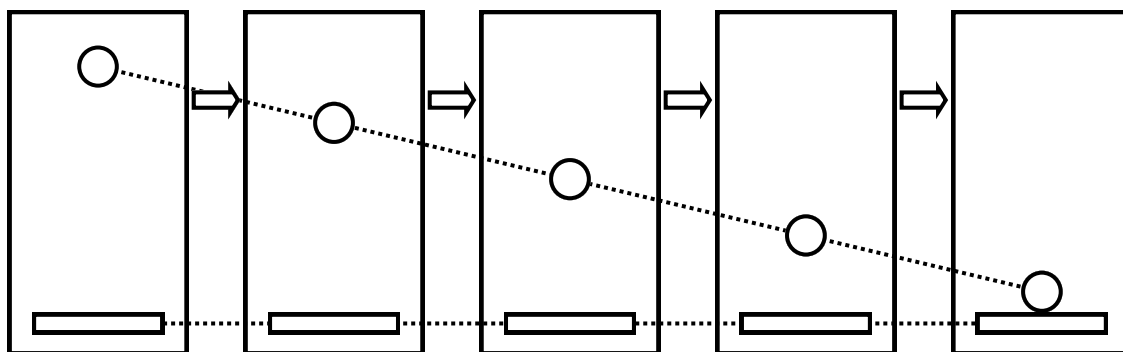
... no que rompe com uma tendência na Teoria Linguística, “(...) em que, a partir da Hipótese Lexicalista (Chomsky 1970), se instaura uma abordagem explicitamente homonímica na descrição de processos de formação de palavras (Aronoff 1976). Nos últimos anos, a polissemia vem sendo intensamente discutida, em especial a partir do desenvolvimento e expansão da Linguística Cognitiva” (BASILIO: 2004: 50).

Além de a ruptura dessa tendência gerar convergências entre perspectivas teóricas distintas, enseja, como explicitado por SOARES DA SILVA (2006) na citação acima, um diálogo entre a Linguística e a Filosofia da Linguagem, no que tange, principalmente, à substituição da categorização baseada nos princípios aristotélicos pela categorização baseada em protótipos. O próximo capítulo é o espaço que reservamos para retomar alguns pontos de tal diálogo.

Neste momento, interessa-nos passar a dispensar a nosso objeto de estudo uma análise com foco na polissemia e com base em protótipos, conforme convém a um trabalho desenvolvido dentro do quadro cognitivista. Nesse quadro, a polissemia não

se caracteriza pelo pertencimento de vários significados a uma unidade lexical, e sim pela potencialidade de uma unidade lexical evocar mais de um significado. Isso nos leva a considerar, como retomaremos no próximo capítulo, a Semântica Cognitiva como uma teoria não-entitativa do significado, apesar de representacionista.

Explicitada a definição de polissemia embutida em nossa proposta conceitual, passemos a tratar a relação V/N como uma relação entre duas classes semânticas, e não morfológicas. Segundo LANGACKER (1987), as classes semânticas *verbo* e *nome* correspondem a “(...) dois modos de processamento cognitivo que podem ser invocados para a conceptualização de uma cena complexa (...)”² (p. 144). O modo de processamento cognitivo dos verbos é definido como um **escaneamento dinâmico**, que “(...) envolve a transformação de uma configuração em outra ou uma série contínua de tais transformações (...)”³ (p. 145), assim representado para o verbo *cair*:

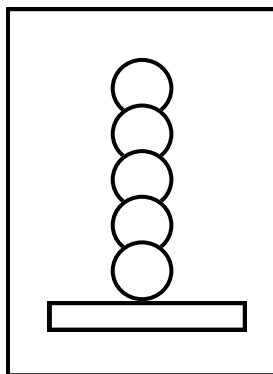


Já o modo de processamento cognitivo dos nomes é definido como um **escaneamento estático**, com “(...) cada grupo de eventos contribuindo com algo para uma única

² “(...) two modes of cognitive processing that may be invoked for the conceptualization of a complex scene (...)”

³ “(...) sequential scanning involves the transformation of one configuration into another, or a continuous series of such transformations (...)”

configuração, cujos aspectos são todos concebidos como coexistentes e simultaneamente disponíveis”⁴ (p. 145), assim representado para o substantivo *queda*:



“Uma breve observação sobre tempo é necessária (...)”, já que “A diferença entre o escaneamento estático e o escaneamento dinâmico está no tempo relativo ao **processamento dos eventos** – se os eventos que correspondem a diferentes aspectos de uma cena complexa são ativados simultaneamente ou sucessivamente – e não na locação concebida da cena tampouco em seus componentes no fluxo do tempo objetivo”⁵ (p. 145). Noutras palavras, o esquema imagético relativo à classe semântica *verbo* se distingue do esquema imagético relativo à classe semântica *nome* pela participação do tempo pertinente aos eventos expressos por verbos ou nomes, que caracteriza o primeiro esquema imagético como dinâmico (sucessivo) e o segundo como estático (simultâneo).

⁴ “(...) each set of events contributing something to a single configuration all facets of which are conceived as coexistent and simultaneously available.”

⁵ “A brief note about time is necessary in conclusion. The difference between summary and sequential scanning pertains to the relative timing of **processing events** – whether the scanning events corresponding to the different facets of a complex scene are activated simultaneously or successively – not to the conceived location of a scene or its components in the flow of objective time.”

LANGACKER (2008) esclarece que “Não seria realista, por exemplo, ver o escaneamento dinâmico como uma série de experiências discretas com cada ‘estado’ componente (...)”⁶ (p. 573) ou “(...) assumir que o escaneamento dinâmico e o estático se excluem mutuamente, de modo que somente um possa ocorrer durante um dado intervalo do tempo de processamento”⁷ (p. 574). Portanto, “Não é implausível supor que a sequencialidade e a compressão coexistam em concepções de evento como dois aspectos ou níveis da atividade de processamento, com a saliência de um ou de outro dependendo da tarefa de nível mais alto”⁸ (p. 574). Com a tese de que o “Escaneamento dinâmico corresponde a não mais que a simulação mental da sequencialidade inerente à experiência de eventos em tempo real”⁹ (p. 582), o autor ratifica a motivação experiencial da distinção que propôs 21 anos antes. Assim, LANGACKER (2008) enfatiza a realidade psicológica da distinção, em expediente análogo ao de GOLDBERG (1995) na definição de “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem”, o que justifica o lugar central das proposições de ambos os autores neste trabalho.

Concebida como uma relação entre modos de escaneamento a relação V-N para o fim de caracterizar a nominalização de verbos como um processo semântico de conversão de um modo em outro, retomemos a concepção do processo como diretamente

⁶ “It would not be realistic, for example, to view sequential scanning as consisting in a series of discrete experiences with each component ‘state’ (...)”

⁷ “It would likewise not be realistic to assume that sequential and summary scanning are mutually exclusive, so that only can occur during a given span of processing time.”

⁸ “It is not implausible to suppose that sequentiality and summation coexist in event conceptions as two aspects or levels of processing activity, their relative salience depending on the higher-level task.”

⁹ “Sequential scanning amounts to nothing more than mental simulation of the sequentiality inherent in real-time event experience.”

relacionado à polissemia do verbo-base. Tomemos por exemplo o verbo *contar* em

FERREIRA (2004):

<p>contar [Do lat. <i>computare</i>, por via popular.] Verbo transitivo direto.</p> <p>1. Verificar o número, a quantidade de; computar: <i>Contando os livros que separara, notou faltarem dois.</i></p> <p>2. Fazer entrar como parcela numa conta; levar em conta: <i>Errei na soma, pois <u>contei</u> duas vezes o nove.</i></p> <p>3. Ter, possuir: <i>Teve bela recepção, pois <u>contava</u> muitos amigos na sua cidade.</i></p> <p>4. Marcar, registrar: <i>O taxímetro <u>contava</u>, já, uma alta quantia.</i></p> <p>5. Narrar, referir, relatar: <i>Contou anedotas picantes;</i> "já Aristóteles, na <i>Poética</i>, fazia a distinção entre o historiador (<u>conta</u> o que aconteceu) e o narrador (<u>conta</u> o que poderia ter acontecido)." (Álvaro Lins, <i>Literatura e Vida Literária</i>, p. 224).</p> <p>6. Ter esperanças de; esperar: <i><u>Contava</u> encontrá-la, ao chegar.</i></p> <p>7. Propor-se a; tencionar: <i><u>Contava</u> sair cedo, e não pôde.</i></p> <p>8. Incluir num grupo, numa conta, num total; levar em conta; considerar: <i>levava três malas de viagem, sem <u>contar</u> uma de mão.</i></p> <p>Verbo transitivo circunstancial.</p> <p>9. Ter de existência ou idade: <i>Álvares de Azevedo <u>contava</u>, ao morrer, apenas 20 anos;</i> "Não <u>contava</u> bem Antônio Vieira oito anos de idade, quando em 1615 teve de acompanhar sua família para a metrópole do Brasil." (João Francisco Lisboa, <i>Obras</i>, IV, p. 9).</p> <p>Verbo transitivo direto e indireto.</p> <p>10. Incluir num grupo, numa conta, num total; considerar: <i>Sempre o <u>contou</u> no grupo dos amigos.</i></p> <p>11. Narrar, referir-se, relatar: <i><u>Contei-lhe</u> a história por inteiro;</i> "ela <u>contava-lhe</u> anedotas, e pedia-lhe outras" (Machado de Assis, <i>Páginas Recolhidas</i>, p. 7).</p> <p>Verbo transitivo indireto.</p> <p>12. Fazer narração de fato ou acontecimento: <i>O viajante <u>contava</u> de suas proezas na África;</i> "<u>Contavam</u> de mortes e tocaias, de trapaças nas brigas de galo, de falsificações nas contas do armazém." (Jorge Amado, <i>Teresa Batista Cansada de Guerra</i>, p. 66).</p> <p>13. Ter esperança, confiança em; esperar, confiar: <i>Em caso de aperto, <u>conto</u> com ele.</i></p> <p>14. Dispor de: "Roma podia fazer aliados, Cartago <u>contava</u> apenas com servidores a preço." (Aquilino Ribeiro, <i>Os Avós dos Nossos Avós</i>, p. 79.)</p> <p>15. Ter idéia; supor; imaginar: <i>Muito malicioso, não <u>conta</u> com a malícia alheia.</i></p> <p>Verbo transobjetivo.</p> <p>16. Levar à conta de; considerar: <i><u>Conto</u> como um presente o convívio com ele.</i></p> <p>Verbo intransitivo.</p> <p>17. Fazer contas; calcular:</p>
--

"com dez anos, já sabia ler, escrever e contar" (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 47).
18. Ter peso, importância; ser ponderável; pesar:
"era uma opinião que contava, num meio onde tão poucas sugestões úteis podem recolher os artistas plásticos para se orientarem" (Carlos Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*, p. 239).
19. Mat. Estabelecer uma correspondência biunívoca entre o subconjunto dos naturais 1, 2, ..., n e (os elementos de um conjunto). [Pret. imperf. ind.: *contava*, *contáveis*, *contavam*; pres. subj.: *conte*, *contem*, etc. Cf. *contáveis*, pl. de *contável*; *contém* e *contêm*, do v. *conter*.]

Contar é nitidamente um verbo polissêmico. Como tal, cada um de seus significados está disponível para ser nominalizado. O significado 1 é nominalizado no substantivo deverbal *contagem*, como sabe qualquer falante nativo do português. Todavia, profissionais de uma área de Letras costumam referir-se a seu ofício como “contação de histórias”. E não poderia mesmo ser “contagem de histórias”. Ou estariam falando de “verificar o número de” histórias (significado 1 – nominalizado em -agem), e não de “narrar” histórias, como pretendem (significado 4 – nominalizado em -ção). A partir do verbo *contar*, forma-se uma rede de substantivos composta por *contar* → ***contagem***, *contar* → ***contação*** e *contar* → ***conta***. E o olhar projetivo (à luz das hipóteses 1, 2, 3 e 4) nos prepara para a possibilidade de *contar* → *contamento* ou, quem sabe?, *contar* → *contância*.

Esse exemplo nos permite visualizar que a concepção de nominalização que estamos propondo se relaciona diretamente com a pressuposição de polissemia do verbo-base como condição necessária, e não suficiente, para que cada significado do verbo-base seja passível de nominalizar-se em um substantivo deverbal específico. No entanto, não podemos esquecer que os substantivos deverbais, como itens lexicais que são, também são suscetíveis à deriva semântica, ou seja, também estão sujeitos à

polissemia. Portanto, temos de levar em conta a polissemia em duas instâncias: a do verbo-base e a do próprio substantivo deverbal.

Há que considerar também a relação semântica entre os sufixos que figuram na contraparte morfológica da nominalização e os significados sobre os quais incidem – usando o exemplo acima, se *-ção* e *-agem* têm alguma compatibilidade com os significados de *contar* sobre os quais incidem, ou se a relação entre tais sufixos e os significados do verbo-base é acidental. Neste capítulo, tal consideração começa pelo propósito de conciliar a distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal dos substantivos deverbais com o tratamento que LANGACKER (1987, 1991, 2008) propõe para nomes e verbos, de modo a demonstrarmos a adequação descritiva que se obtém de supor compatibilidade entre os sufixos e os significados que nominalizam. Mas isso já seria supor especialidade semântica nos sufixos, o que seria uma petição de princípio. Portanto, passemos a tratar da distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal e voltemos a discutir a adequação ou não de conceber os sufixos como semanticamente especializados.

Vimos que substantivos deverbais podem ter interpretação verbal ou interpretação nominal (BASILIO: 1980). Vimos também que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas atribui à asserção a fixação de uma ou outra interpretação, ou valor, no que ressalta o papel da sintaxe. Para mantermos a distinção entre interpretação verbal e nominal no quadro cognitivista, é necessário enfatizarmos que não teria lugar entender uma ou outra interpretação como propriedade dos substantivos deverbais, sob pena de recairmos na metáfora do conduto, de que falaremos adiante. Isso

equivale a situar as interpretações verbal e nominal na esfera da significação, que se dá em uso, com o aporte dos outros componentes da gramática, dentre os quais avulta o da sintaxe, preservada a motivação semântica.

Dessa forma, entendemos que a interpretação verbal é o **significado prototípico** e que a interpretação nominal corresponde a um dos **significados periféricos** das nominalizações. Isso porque a interpretação verbal é a que remete mais ao significado linguístico, enquanto a interpretação nominal é a que remete mais ao significado enciclopédico, distinção de que trataremos no próximo capítulo.

Por exemplo, a interpretação verbal de *rompimento* é sempre o ato de romper, cabendo ao contexto orientar para qual dos significados relacionados ao verbo-base, o que torna o significado do nome previsível a partir do significado do verbo, como em...

(5) *O rompimento da relação foi um choque para ele.*

Já a interpretação nominal de *declaração* em...

(6) *Finalmente, recebi a declaração do meu namorado.*

... pode estar ligada ao amor que se espera que o namorado verbalize num dado momento da relação, a um documento que se espera que o namorado apresente, à declaração de imposto de renda – se levarmos em conta somente os SNs que figuram como argumentos consagrados pela cultura (conhecimento de mundo) – ou a qualquer

coisa declarável – se levarmos em conta os SNs semanticamente selecionáveis como argumentos do verbo *declarar* (conhecimento da língua). Portanto, a previsibilidade da interpretação verbal nos leva a considerar tal interpretação como significado prototípico, e a imprevisibilidade das interpretações nominais nos leva a considerar tais interpretações como significados periféricos.

A adequação descritiva de preservar a distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal é reforçada ao se identificar como sistemático que alguns substantivos em -ção compartilham somente a interpretação verbal (*monitoração/monitoramento, ordenação/ordenamento, recepção/recebimento, salvação/salvamento* etc.) ou somente a interpretação nominal (*diversão/divertimento, isolamento/isolamento* etc.) com os substantivos em -mento correspondentes (ver ANEXO II), o que também justifica a não-incidência do bloqueio.

Assim, entendemos que:

- as possibilidades de interpretação do enunciado (4) dizem respeito à polissemia de *declaração*;
- tal polissemia corresponde à concentração de todos os significados de *declarar* em *declaração*;
- as possibilidades de interpretação do enunciado (4) se restringem às interpretações nominais de *declaração*;
- é possível tratar [a interpretação verbal e] a interpretação nominal a partir da noção de CENA COGNITIVA.

A concepção da nominalização como um processo semântico diretamente relacionado com a polissemia do verbo-base traz consigo a necessidade de distinguir entre a polissemia e a homonímia, uma questão clássica em semântica, ante a qual a posição de SOARES DA SILVA (2006: 49) é que:

(...) a polissemia é um fenómeno de motivação, que introduz uma certa redundância no léxico mental, ao passo que a homonímia é um fenómeno accidental. O que daqui se pode concluir é que polissemia e homonímia não constituem uma dicotomia estrita, mas antes fazem parte de um continuum de relação de sentidos. E metodologicamente (...) uma análise polissémica será preferível a uma análise homonímica sempre que se encontrarem factores de coerência semântica num complexo de sentidos associados a uma mesma forma.

Tal posição nos permite seguir tratando metodologicamente os substantivos deverbais em -mento e -ção a partir da polissemia do verbo-base sem esquecer a distinção entre a polissemia e a homonímia. O foco na polissemia das nominalizações deverbais, associado à distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal, já se encontra em BASILIO (2004: 56):

Chamamos de polissemia sistemática a multiplicidade de interpretações possíveis de carácter pré-determinado numa forma lingüística. Assim, nas formações lexicais, a polissemia sistemática é uma estratégia valiosa para a utilização de um determinado elemento no exercício de várias funções interligadas. No caso das nominalizações deverbais, a polissemia sistemática corresponde a diferentes instâncias de uso frequente e necessário, todas relacionadas a um processo global de desverbalização do verbo.

O que, neste trabalho, propomos como contribuição a esse raciocínio é o entendimento de que as possibilidades de interpretação verbal correspondem a diferentes perfilamentos da cena agentiva, enquanto a listagem de interpretações nominais resulta da participação da metonímia na constituição do léxico.

3.1. Duas análises possíveis

Voltemos, então, a considerar a adequação ou não de tomar os sufixos nominalizadores como semanticamente especializados. Tendo proposto a distinção entre o modo de processamento de eventos expressos por verbos e o modo de processamento de eventos expressos por nomes, LANGACKER (1987, 1991, 2008) descreve os significados das nominalizações¹⁰ a partir da oposição substantivos contáveis / nomes de massa. Estabelece uma relação semântica entre ser um substantivo contável e significar “um único episódio do processo indicado pelo verbo-base”¹¹ (LANGACKER: 1987: 207-8) e entre ser um nome de massa e significar o que “não é nem contínuo nem delimitado no tempo, sendo instanciado sempre que ocorre um caso do processo da base”¹² (p. 207-8).

Assim, nominalizações como *discussão*, *reclamação* e *lançamento* seriam exemplos de substantivos contáveis, que, como tais, significam episódios – definidos como regiões cognitivas com limite inicial e final –, enquanto nominalizações como *destruição*, *procrastinação* e *esperança* seriam exemplos de nomes de massa, que, como tais, significam regiões não-passíveis de delimitação. Tal oposição prevê que “Algumas nominalizações podem, é claro, funcionar em ambas as classes”¹³ (p. 207).

¹⁰ Lembremos que, na descrição do inglês, usa-se o termo “nominalização” em sentido mais abrangente que na descrição do português. Fenômenos que nós especificamos como formação de nomes de agente deverbais, por exemplo, incluem-se no que eles chamam nominalização (ex.: *teacher*, *professor*, *traveller* etc.). E, de fato, são nominalizações, na medida em que são derivações de substantivos a partir de verbos. Porém as tradições gramaticais se distinguem no uso do termo.

¹¹ “a single episode of the process indicated by the verb stem”

¹² “neither continuous nor bounded in time, being instantiated whenever some instance of the base process occurs”

¹³ “Some nominalizations can of course function in either class.”

O ponto fundamental aqui é que a oposição episódio / região não-delimitada como versão cognitiva da oposição substantivos contáveis / nomes de massa pode ser considerada como uma subespecificação da interpretação verbal. Comparem-se, por exemplo, os pares abaixo:

(5a) *No meio do jantar, eles começaram a discutir.*

(5b) *No meio do jantar, eles começaram uma discussão.*

(6a) *Estamos discutindo um tema clássico em Linguística.*

(6b) *A discussão deste tema gera enorme controvérsia.*

Em (5a)-(5b), temos *discutir* com aspecto pontual e *discussão* com a semântica “episódio”, enquanto, em (6a)-(6b), temos *discutir* com aspecto durativo e *discussão* com a semântica “região não-delimitada”.

A partir dessa proposta, identificamos duas análises possíveis para a distribuição semântica entre os substantivos deverbais em -ção e -mento, que compartilhariam esta esquematização:

VERBO			
NOMINALIZAÇÃO EM -ÇÃO		NOMINALIZAÇÃO EM -MENTO	
INTERPRETAÇÃO VERBAL	INTERPRETAÇÃO NOMINAL	INTERPRETAÇÃO VERBAL	INTERPRETAÇÃO NOMINAL
prototípica	periférica	prototípica	periférica

(quadro 3)

3.1.1. -ção e -mento como sufixos não-especializados

A primeira análise possível retoma a conclusão de BASILIO (1987) sobre o par *recepção/recebimento*, que apresentamos na seção 2.1.2. Diante do fato de que tanto *recepção* quanto *casamento* indicam eventos sociais e de que tanto *recebimento* quanto *reposição* indicam relação com dinheiro, a autora conclui que -ção e -mento não são semanticamente especializados.¹⁴

A especialização semântica que está sendo rejeitada é a que consiste em atribuir a semântica relativa a dinheiro ou a semântica relativa a evento social exclusivamente a um dos sufixos, numa visão que pretende evitar os problemas decorrentes de uma Morfologia baseada em morfemas, que preserva a ideia de significado como propriedade da forma. No entanto, a concepção de especialização semântica não está necessariamente vinculada à concepção de significado como propriedade da forma. Pode ser vinculada a qualquer concepção de significado, e a que temos em mente, ao discutir se os sufixos -ção e -mento são ou não semanticamente especializados, é a de que “O significado deve ser entendido como *conceptualização*, no sentido amplo de qualquer tipo de ‘experiência mental’, estabelecida ou nova, abstracta ou sensório-motora e emotiva, incluindo a apreensão do contexto físico, social e linguístico” (SOARES DA SILVA: 2006: 314). E a concepção de significado que está sendo rejeitada e levando à consideração dos sufixos -ção e -mento como não-especializados semanticamente se deve à adesão a uma teoria morfológica que se afasta da noção de

¹⁴ Por outro lado, BASILIO (1987) atribui pejoratividade aos sufixos -ção e -agem, como registramos no capítulo 1.

morfema, e não a uma teoria semântica que se afasta da concepção de significado como propriedade da forma.

Tomemos, agora, os seguintes exemplos:

(7a) *O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.*

(7b) *A aparição de Nossa Senhora comoveu os fiéis.*

(8a) *A requisição para novos materiais tem de ser feita hoje.*

(8b) *O requerimento de bolsa tem de ser entregue hoje.*

A análise que se constrói a partir da não-especialidade dos sufixos permitiria dizer que:

- em (7a), *aparecimento* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada (apareceu e não mais desapareceu);
- em (7b), *aparição* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio (apareceu e desapareceu);
- em (8a), *requisição* tem interpretação nominal, como nome do PROCESSO EM QUE SE REQUER;
- em (8b), *requerimento* tem interpretação nominal, como nome do DOCUMENTO POR MEIO DO QUAL SE REQUER.

Como dissemos acima, a interpretação verbal pode ser descrita como prototípica pela maior incidência do conhecimento da língua (regularidade da relação semântica V-N),

e a interpretação nominal como periférica pela maior incidência do conhecimento do mundo sem, contudo, se desprender da estrutura argumental do verbo-base. No exemplo acima, a interpretação nominal de *requisição* e de *requerimento* vincula-se aos argumentos à direita do verbo *requerer*, ao qual ora se atribui o papel “processo” ora o papel “documento”, e essa distinção entre um processo e um documento depende do conhecimento do mundo.

Essa análise permite, então, compatibilizar a conclusão de BASILIO (1987) de que os sufixos -ção e -mento não são semanticamente especializados com a subespecificação da interpretação verbal nos termos da oposição episódio / região não-delimitada e a subespecificação da interpretação nominal em termos de recorte da cena cognitiva vinculado ao recorte da estrutura argumental do verbo-base (LANGACKER: 1987). Essa descrição da interpretação nominal se concilia com a persuasão de que a regularidade prevalece sobre a irregularidade no léxico (BASILIO: 1980, 1987, 1993, 1996, 2000, 2004, 2005a, 2005b, 2007) por vincular o recorte da cena agentiva com a estrutura argumental do verbo-base, em vez de tratá-lo como idiossincrático.

Formulada assim, a primeira análise possível permite:

- preservar a oposição interpretação verbal / interpretação nominal;
- considerar a oposição episódio / região não-delimitada como subespecificação da interpretação verbal;
- associar as possibilidades de perfilamento da cena agentiva também à interpretação verbal; e

- vincular as possibilidades de perfilamento da cena agentiva à estrutura argumental do verbo-base.

3.1.2. -ção e -mento como sufixos especializados

A segunda análise possível também permite resgatar uma posição já defendida na tradição descritiva do português do Brasil. Desta vez, a de OTICICA (1926), ao retomar a história dos sufixos -ção e -mento e revelar a afinidade do primeiro ao *perfectum* em contraste com a afinidade do segundo ao *infectum* e, assim, contribuir para a formulação das hipóteses deste trabalho. A questão do aspecto que levou OLIVEIRA (2007) a tratar o acréscimo de -ção OU de -mento com base na Morfologia Distribuída encontra, então, respaldo etimológico e aqui é retomada para tratarmos do acréscimo de -ção E de -mento com base na Linguística Cognitiva, acompanhada de outras questões que passemos a considerar:

3.1.2.1. A oposição de aspecto

A relação entre -ção e o *perfectum* e entre -mento e o *infectum* é, como vimos no capítulo anterior, apresentada por OTICICA (1926); coloca -mento na condição de sufixo não-marcado e -ção na condição de sufixo marcado quanto ao aspecto; e permite concebê-los como instruções para distinções semânticas. Pensando assim, retomemos os exemplos acima:

(7a) *O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.*

(7b) *A aparição de Nossa Senhora comoveu os fiéis.*

(8a) *A requisição para novos materiais tem de ser feita hoje.*

(8b) *O requerimento de bolsa tem de ser entregue hoje.*

Pressupondo especialidade semântica em -ção e -mento, diríamos agora que:

- em (7a), *aparecimento* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada, enquanto, em (7b), *aparição* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, e a distinção entre as interpretações verbais é indicada pelos sufixos -mento e -ção;
- em (8a), *requisição* tem interpretação nominal, como PROCESSO EM QUE SE REQUER, enquanto, em (8b), *requerimento* tem interpretação nominal, como DOCUMENTO POR MEIO DO QUAL SE REQUER, e a distinção entre as interpretações nominais é indicada pelos sufixos -ção e -mento.

Formulada assim, a segunda análise possível também se concilia com a persuasão de que a regularidade prevalece sobre a irregularidade no léxico (BASILIO: 1980, 1987, 1993, 1996, 2000, 2004, 2005a, 2005b, 2007), mas supera a primeira por:

- preservar a oposição interpretação verbal / interpretação nominal;
- considerar a oposição episódio / região não-delimitada como subespecificação da interpretação verbal;

- associar as possibilidades de perfilamento da cena agentiva também à interpretação verbal;
- NÃO SOMENTE vincular as possibilidades de perfilamento da cena agentiva à estrutura argumental do verbo-base COMO TAMBÉM considerar o papel de sinalizar os perfilamentos como especialidade semântica dos sufixos.

A informação de que -ção se filia aos radicais de *perfectum* e -mento aos de *infectum*, demonstrada pela afinidade entre -ção e adjetivos participiais, dá origem à primeira aplicação da análise que pressupõe especialidade semântica nos sufixos. Nesta aplicação, a noção *perfectum* pode ser entendida como correspondente, em termos cognitivos, ao perfilamento total em -ção, enquanto a noção *infectum* ao perfilamento parcial em -mento. A especialidade semântica que está sendo aceita não é a que atribui a propriedade *perfectum* a -ção ou a propriedade *infectum* a -mento, e sim a que prevê compatibilidade entre -ção e toda a cena cognitiva representada pelo verbo-base e entre -mento e parte(s) da cena cognitiva. A compatibilidade gera a especialidade, e isso reforça que -ção e -mento são sufixos complementares, e não concorrentes.

“Assim, por exemplo, o significado ‘coletivo’ em formas nominalizadas, tais como *administração, direção, etc.*, constitui uma extensão generalizada (...)” (BASILIO: 1980: 74-75), e esse pendor de -ção para a expressão do coletivo passa a ser descrito como evidência de sua afinidade com a expressão do todo, e não da parte. Antes de considerar o significado coletivo como causa da listagem das nominalizações, estamos considerando-o em distinção ao significado não-coletivo. E, como nem sempre existe

um par de substantivos X-ção e X-mento para a mesma base, estamos supondo que a afinidade entre -ção e a expressão do todo seja inerente, e não relacional, ou seja, como propriedade que faz do sufixo marcado, haja ou não a relação com outro. Quando a relação com outro sufixo se dá, este atua como não-marcado, como nos parece ser o caso do já citado par *recepção/recebimento*, em que – suspensa por ora a listagem de *recepção* com a interpretação nominal “nome de lugar onde se recebe” e considerada estritamente a interpretação verbal compartilhada por ambos como “ato de receber” – o ato de receber em -ção pode conter o ato de receber em -mento – ex.: o recebimento do dinheiro pode se dar durante a recepção dos amigos, em que o recebimento está “dentro” da recepção – mas não o oposto.

Devemos, por fim, esclarecer que a oposição *infectum/perfectum* não deve ser considerada uma mera oposição aspectual, passível de ser reconhecida dentro de qualquer quadro teórico, como o faz OLIVEIRA (2007). Deve ser considerada como uma oposição cognitiva à luz da motivação conceptual da gramática.

JESPERSEN (1924), autor filiado à tradição comparativa e histórica do século XIX, considera universal tal oposição ao “(...) dizer expressamente que os diferentes fenômenos que outros reuniram sob essa classe [a dos aspectos] não deveriam, de um ponto de vista puramente nocional, ser postos na mesma classe, e sim distribuídos em escaninhos totalmente diferentes”¹⁵ (JESPERSEN: 1924: 287). Um desses fenômenos é “(4) A distinção entre acabado e inacabado. Este último é uma das funções de formas

¹⁵ I (...) expressly say that the different phenomena which others have brought under this one classe (...) should from a purely notional point of view be classed together, but should rather be distributed into totally different pigeonholes.

expandidas em inglês: *he was writing a letter* comparado com *he wrote a letter (...)*¹⁶
(JESPERSEN: 1924: 287).

O autor identifica tal oposição no participípio ao tratar da voz passiva em latim, quando observa que os verbos podem ser divididos em duas classes: a dos perfectivos e a dos imperfectivos. Na primeira classe, “(...) o participípio passado denota a ação como realizada e acabada, e a combinação com *sum* em românico e em latim é um perfeito”¹⁷ (JESPERSEN: 1924: 272).

Do ponto de vista cognitivista, a universalidade da oposição aponta para a universalidade do conceptualizar, e não das diferentes conceptualizações que cada língua encarna. Em português, consideramos digna de nota a nomeação dos nomes de tempo físico: o presente é nomeado por um participípio presente, o passado é nomeado por um participípio passado e o futuro é nomeado por um participípio futuro:

- o termo *presente* é o adjetivo de 2ª classe *praesens*, *-entis* flexionado em genitivo singular;
- o termo *passado* é o verbo *passar* em seu radical de *perfectum* agregado à desinência de adjetivo de 1ª classe *-us*, *-a*, *-um*;
- o termo *futuro* é o verbo *ser* em seu radical de pretérito perfeito agregado à desinência de participípio futuro *-turum*, por sua vez, agregado à desinência de adjetivo de 1ª classe *-us*, *-a*, *-um*.

¹⁶ (4) *The distinction between finished and unfinished. This latter is one of the functions of the expanded forms in English: he was writing a letter, as compared with he wrote a letter (...)*

¹⁷ (...) *the passive participle denotes the action as accomplished and finished, and the combination with sum in Romanic and Latin is a perfect.*

Como se vê, os nomes de tempo físico em português são flexões de um adjetivo e de dois verbos no particípio presente, no particípio passado e no particípio futuro, respectivamente. A categorização que tais nomes refletem evidencia a relevância da oposição cognitiva pronto / não-pronto, acabado / inacabado.

E os nomes de tempo físico (*time*) dão origem, por metonímia, aos nomes de tempos verbais (*tenses*) em português, o que indica a transferência da oposição cognitiva para a nomeação das formas de expressão da categoria verbal TEMPO. A substituição de *passado* por *pretérito* não somente consiste na substituição de um particípio passado por outro, como também se faz acompanhar dos adjetivos *perfeito*, *imperfeito* e *mais-que-perfeito*, que são três outros particípios passados, a serviço exatamente de distinguir entre o acabado, o inacabado e o acabado antes de outro acabado.

A presença do particípio nos nomes de tempo físico e nos nomes de tempos verbais é eloquente demais para ser considerada coincidência. Seu papel justamente na nomeação de formas de tempo nos parece ser a de categorizar essas formas de tempo a partir da oposição cognitiva pronto / não-pronto, que acreditamos estar na base na oposição semântica entre -ção e -mento. O fato de essa oposição se situar tanto esfera do uso quanto na da menção merecerá especial atenção no próximo capítulo.

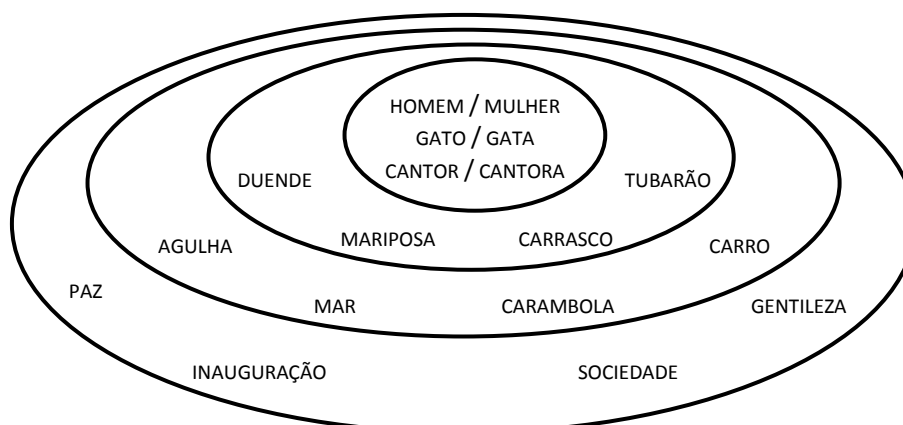
Por fim, lembremos que FAUCONNIER & TURNER (2002: cap. 16) consideram a relação parte-todo como uma das que constituem o princípio governante “escalabilidade” para o fenômeno da compressão na mesclagem conceptual. Lembremos também que, na semântica clássica, a oposição holonímia/meronímia se assenta na relação

parte/todo e já esteve presente neste trabalho, quando informamos que MINEIRO *et alii* (2004) identificam distinção entre *salvamento* e *salvação* no corpus TemiNáutica.

A recorrência da relação parte/todo em diferentes quadros teóricos e sua participação na mesclagem conceptual na Linguística Cognitiva se somam às evidências que nos levam a considerá-la como um dos fatores distintivos entre substantivos deverbais em -ção e substantivos deverbais em -mento com interpretação verbal como indicativos de diferentes perfilamentos da cena agentiva correspondente ao verbo-base.

3.1.2.2. A oposição de gênero

Além da oposição de aspecto, identificamos na relação entre -ção e -mento uma oposição de gênero. Diferentemente de substantivos que se opõem quanto ao gênero pela vogal temática, como *menino/menina* e *jarro/jarra*, os substantivos deverbais em -ção e -mento se opõem quanto ao gênero exatamente pelos sufixos -ção e -mento, como *a recepção / o recebimento*, *a internação / o internamento*, *a diversão / o divertimento*. Tal oposição é representada por NASCIMENTO (2006: 97) como parte do tratamento do gênero em português:



A perspectiva da oposição de gênero como especialidade semântica dos sufixos implica situar os sufixos na interface morfologia/semântica que este trabalho visa, uma vez que o gênero se situa na esfera da flexão e a nominalização na da derivação. O respaldo teórico está na concepção de continuidade flexão \Leftrightarrow derivação, na mesma perspectiva da continuidade semântica \Leftrightarrow pragmática, léxico \Leftrightarrow gramática e todas as demais continuidades com que a Linguística Cognitiva substitui, pelo compromisso com o modelo conexionista, as dicotomias instituídas na história da Linguística.

Estamos, assim, tomando a oposição de gênero entre -ção e -mento como mais uma instrução para diferentes significados, ou seja, como mais uma evidência de que os sufixos são semanticamente especializados. Em outras palavras, a descrição dos sufixos -ção e -mento pressupondo o contínuo flexão \Leftrightarrow derivação permite situá-los no polo flexional como opostos de gênero e no polo derivacional como a face morfológica da conversão de escaneamento dinâmico em escaneamento estático.

Nesses termos, a oposição de gênero é o que nos parece permitir a descrição dos substantivos que BASILIO (1987) trata como indicativos de habitualidade/pejoratividade nos substantivos em -ção (v. 1.1):

bater → *bateção*

pegar → *pegação*

encher → *encheção*

sacar → *sacação*

(exemplificação 18)

A referência da autora à habitualidade/pejoratividade indica a habitualidade como causa da pejoratividade. E a habitualidade pode ser considerada como relativa ao aspecto iterativo de verbos como *repetir, pular, saltitar...* ou de construções gramaticais como *ficar + gerúndio* (em que o verbo no gerúndio pode já ter o aspecto iterativo); ao aspecto incoativo de verbos como *entardecer, envelhecer, anoitecer...*; ou à conceptualização dos fenômenos naturais como o bater do coração ou das ondas do mar, o pulsar das veias, o nascer do sol...

Nenhuma dessas formas de habitualidade nos parece capaz de causar pejoratividade, exatamente porque são habitualidades que atendem à expectativa criada pelos MCIs relativos a cada fenômeno. A habitualidade que nos parece causar pejoratividade é a que consiste em quebra de expectativa, é valorada como excessiva e aí gera a pejoratividade como característica semântica de alguns substantivos em -ção. A especialização semântica agora se dá no terreno da expressão de subjetividade, em que -ção funciona como instrução para a habitualidade/pejoratividade enquanto -mento funciona como instrução para a neutralidade correspondente ao atendimento da expectativa.

Trata-se, portanto, de expressão morfológica da subjetividade, como ensina BASILIO (1987: 86):

A pejoratividade é provavelmente a expressão mais comum de atitude subjetiva sobre a caracterização de um ser.

Em geral, podemos nos manifestar acerca de alguma coisa de uma maneira neutra, positiva ou pejorativa. As expressões positiva e pejorativa são expressões de atitude subjetiva; embora as expressões positivas contem com algumas marcas morfológicas, é muito mais significativa a marca morfológica de pejoratividade.

E o lugar da subjetividade na Linguística Cognitiva está diretamente relacionado ao realismo experienciado como pressuposto ontológico e epistemológico, segundo o qual:

*O significado linguístico é contínuo tanto com o 'ter um mundo' corporificado, na experiência esquematizada e subjetiva, quanto com o 'compartilhar um mundo', na experiência intersubjetiva (...) As significações do sujeito que fala "apontam na direção de" para recortar algum(ns) aspecto(s) do universo discursivo compartilhado, com vistas a um ouvinte, mas elas o fazem por meio de uma expressão, de tal modo que essa expressão organiza e significa na língua a conceptualização dos aspectos recortados do universo discursivo compartilhado.*¹

(SINHA: 1999: 231)

Note-se que o pressuposto embute duas convicções: a de que a língua marca subjetividade e a de que a língua serve para a comunicação intersubjetiva. A expressão da subjetividade corresponde ao recorte de "algum(ns) aspecto(s) do universo discursivo compartilhado", enquanto a comunicação da subjetividade corresponde à maneira cognitivista de ser funcionalista. Tais convicções pressupõem uma concepção de "eu" na Linguística Cognitiva que não coincide nem com o falante ideal concebido pela Linguística Gerativa, nem com o falante ingênuo denunciado por FILLMORE (1979), nem com o eu que só existe no discurso segundo BENVENISTE (1966), e sim com falantes reais que "(...) 'constroem' ou 'conceptualizam' o mundo mentalmente (...)" a partir de "(...) fatores ligados à cultura, à experiência, às características de nosso corpo (...)" (MARTINS: 1999: 21).

Com isso, acreditamos poder dizer que:

¹ *Linguistic meaning (...) is continuous with both the embodied "having of a world", in schematized, subjective experience; and the referential "sharing of a world", in intersubjective experience (...)The speaking subject's significations "point outwards" to pick out some aspect(s) of the shared universe of discourse, for a hearer, but they do so through the medium of expression, in such a way that this expression organises and signifies the conceptualization in language of the picked-out aspects of the universe of discourse.*

- *batimento* exprime o bater esperado, como o do coração, enquanto *bateção* exprime o bater não esperado, como o bater excessivo de um martelo numa obra ou o bater de cabeças, num *frame* de desordem;
- *enchimento* exprime o encher esperado, como de uma caixa d'água por água ou de uma parte do corpo por alguma substância socioculturalmente convencional, enquanto *encheção* exprime o encher não esperado, como o do saco ou da paciência, num *frame* de irritação.

Revisitados à luz desse raciocínio, tais substantivos (i) saem da condição marginal em relação aos demais substantivos em -ção, (ii) deixam de ser descritos apenas no que tange a sua alocação no registro coloquial, por sua vez concebida como acidente do desempenho ou capricho do estilo, e (iii) passam a integrar o quadro de substantivos deverbais em -ção, que, a despeito de se relacionarem com outro substantivo verbal, podem ser marcados quanto ao aspecto ou quanto ao gênero. Só que, quando se relacionam com outro substantivo verbal, regressivo (V[reg])_N ou sufixal (V[suf])_N, a distribuição semântica entre eles preserva o *status* do sufixo -ção como “marca morfológica de pejoratividade”:

(V[reg]) _N	V	(V[suf]) _{N1}	(V[suf]) _{N2}
BATIDA	BATER	BATIMENTO	BATEÇÃO
-	ENCHER	ENCHIMENTO	ENCHEÇÃO

(quadro 4)

Nessa perspectiva, vejamos os seguintes exemplos:

(9a) *A encheção de saco é certa naquela aula.*

(9b) *O enchimento dos reservatórios é fundamental.*

(10a) *É só entrar naquela sala e ver a bateção de cabeça dos funcionários.*

(10b) *O batimento cardíaco do paciente está normal.*

Mantendo a análise que pressupõe especialização semântica em *-ção* e *-mento*, diríamos que:

- em (9a), *encheção* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada, e *-ção* indica a pejoratividade resultante da habitualidade inesperada de *encher*;
- em (9b), *enchimento* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, e *-mento* indica a neutralidade de *encher*;
- em (10a), *bateção* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada, e *-ção* indica a pejoratividade resultante da habitualidade inesperada de *bater*;
- em (10b), *batimento* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada, e *-mento* indica a neutralidade de *bater*.

Eis o ajuste no quadro já apresentado, que permite visualizar esta nova aplicação da segunda análise possível:

VERBO	
NOMINALIZAÇÃO EM -ÇÃO marcada – indicativa de pejoratividade	NOMINALIZAÇÃO EM -MENTO não-marcada – indicativa de neutralidade
INTERPRETAÇÃO VERBAL	INTERPRETAÇÃO VERBAL

(quadro 5)

Resta dizer, sobre esta segunda aplicação da segunda análise possível, que a função atribuída ao sufixo -ção subverte a descrição em 1.1 no que diz respeito à semântica do verbo, como se vê nos seguintes enunciados, aliás reais, colhidos de um falante da cidade de Aimorés/MG:

(11) *Desde aquele dia, eu ando numa sonhação que 'cê não imagina.*

(12) *Essa menina 'tá numa saição danada.*

(13) *Não entendo essa espirração sua.*

Nos termos em que apresentamos as regras produtivas de nominalização, nem o verbo *sonhar* nem o verbo *sair* nem o verbo *espirrar* seriam bases possíveis para a RFP 1.1 ($[[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ ÇÃO}]_s$). Isso nos parece reforçar a situação marginal em que são colocados os substantivos em -ção que apresentam esse comportamento semântico em relação ao previsto pela caracterização da RFP 1.1. Com a concepção de nominalização que estamos propondo neste trabalho e a segunda análise que estamos apresentando como possível neste capítulo, tais substantivos passam a ter lugar tão central na descrição quanto os demais substantivos em -ção, e justamente eles corroboram a adequação de se aliar a especialidade semântica dos sufixos à consideração da polissemia no tratamento da distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento.

3.1.2.3. A alternância da listagem

A segunda análise que se apresenta como possível na linha de raciocínio desenvolvida neste capítulo responderá ao leitor que sentiu falta da interpretação nominal no quadro 5, acima. Trata-se de uma aplicação que acolhe os casos que citamos de passagem quando tratamos do termo “lexicalização” (v. 2.1.1), como *recepção*, *casamento*, *apartamento*, *ligamento* e outros cuja interpretação nominal é listada. Diante do fato de que muitos desses casos são de substantivos em -ção ou -mento que se relacionam com outros em -mento ou -ção, a listagem ganha *status* de fator distintivo. Se a construção listada for em -ção, não será em -mento. Se for em -mento, não será em -ção. E a construção listada, em -mento ou em -ção, poderá apresentar interpretação verbal além da interpretação nominal listada:

V	(V[suf]) _{N1} (não listado)	(V[suf]) _{N2} (listado)
APARTAR	<p>APARTAÇÃO interpretação verbal / episódio = ato de apartar</p> <p>APARTAMENTO interpretação verbal / região não-delimitada = ato de apartar</p>	<p>APARTAMENTO interpretação nominal = tipo de residência</p>
ARMAR	<p>ARMAÇÃO interpretação verbal / episódio = ato de armar</p>	<p>ARMAÇÃO interpretação nominal = nome de estrutura armada ou tocaia, vendeta, cilada</p>

		ARMAMENTO interpretação nominal = conjunto de armas
ENCHER	ENCHEÇÃO interpretação verbal pejorativa ENCHIMENTO interpretação verbal neutra	ENCHIMENTO interpretação nominal = substância de uso cirúrgico
LIGAR	LIGAÇÃO interpretação verbal / episódio = ato de ligar	LIGAÇÃO interpretação nominal = telefonema LIGAMENTO interpretação nominal = nome de articulação humana
FUNDAR	FUNDAÇÃO interpretação verbal / episódio = ato de fundar FUNDAMENTO interpretação verbal / região não-delimitada	FUNDAÇÃO interpretação nominal = tipo de instituição
RECEBER	RECEPÇÃO interpretação verbal / episódio = ato de receber RECEBIMENTO interpretação verbal / região não-delimitada = ato de receber	RECEPÇÃO interpretação nominal = nome de um lugar em prédio urbano

(quadro 6)

Ressalte-se que esta terceira aplicação da segunda análise possível é compatível com a primeira. Por exemplo:

- se, na primeira aplicação, a interpretação verbal de *recepção* se distingue da interpretação verbal de *recebimento*, e os sufixos apontam para essa distinção, agora a mesma interpretação verbal de *recepção* se opõe à interpretação nominal listada de *recepção* sem perder-se de vista a relação com *recebimento*;
- se, na primeira aplicação, a interpretação verbal de *encheção* se distingue da interpretação verbal de *enchimento*, e os sufixos apontam para essa distinção, agora a mesma interpretação verbal de *enchimento* se opõe à interpretação nominal listada de *enchimento* sem perder-se de vista a relação com *encheção*.

O ponto em comum entre esta e a primeira aplicação da segunda análise possível confirma a adequação da análise.

Nesta perspectiva, vejam-se os seguintes exemplos:

(14a) *A apartação do gado é uma tarefa quotidiana no campo.*

(14b) *O apartamento do gado é uma tarefa quotidiana no campo.*

(14c) *O apartamento que eu comprei é lindo.*

(15a) *Sua ligação com o crime ficou provada.*

(15b) *Sua ligação é muito importante para nós.*

(15c) *O ligamento do joelho direito se rompeu durante a corrida.*

Mantendo a análise que pressupõe especialização semântica em -ção e -mento, diríamos que:

- em (14a), *apartação* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, assim como, em (14b), *apartamento* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, mas o significado de *apartamento* em (14b) se relaciona, pelo fator distintivo listagem e por relação de polissemia, com o significado de *apartamento* em (14c), onde tem a interpretação nominal listada NOME DE TIPO DE HABITAÇÃO HUMANA;
- em (15a), *ligação* tem interpretação nominal, como TIPO DE RELAÇÃO SOCIAL, enquanto, em (15b), *ligação* tem interpretação nominal listada, como NOME DE UM TIPO DE COMUNICAÇÃO, e o significado de *ligação* em (15b) se relaciona com o significado de *ligação* em (15c), como NOME DE UM TIPO DE ARTICULAÇÃO FÍSICA DO CORPO HUMANO, por serem ambos nominais e listados.

3.1.2.4. A questão da analogia

O papel da analogia na formação de palavras é considerado pela morfologia de base gerativa como evidência de que “formas que vemos como criadas analogicamente na verdade sempre existiram como potencialidades do sistema”² (ANDERSON: 1992: 367). BASILIO (1997) defende que padrões analógicos permitem uma abordagem à formação de palavras mais vantajosa a noção de regra, a que se refere como protocolos estatísticos de uso.

² "forms that we see as analogically created actually existed all along, as potentialities of the system"

Do ponto de vista estruturalista, séries como...

<i>reduzir</i>	<i>produzir</i>	<i>conduzir</i>	<i>aduzir</i>	<i>induzir</i>	<i>deduzir</i>
<i>redutor</i>	<i>produtor</i>	<i>condutor</i>	<i>adutor</i>	<i>indutor</i>	<i>dedutor</i>
<i>reduativo</i>	<i>produtivo</i>	<i>condutivo</i>	<i>adutivo</i>	<i>indutivo</i>	<i>dedutivo</i>
<i>redução</i>	<i>produção</i>	<i>condução</i>	<i>adução</i>	<i>indução</i>	<i>condução</i>

(exemplificação 19)

... permitem visualizar a adequação da estratégia de segmentação e substituição para a identificação dos morfemas e dos padrões que estabelecem, como em /-duz-/, /-dut-/, /-dus-/ acima. O mapeamento de padrões como esse atende, assim, ao propósito de defender uma teoria morfológica em que o conceito “morfema” tem lugar central, contra o qual ANDERSON (1992) se insurge. Dessa forma, a relação V-N pode ser descrita sem qualquer apelo à compatibilidade entre o radical e o sufixo ou ao fato de o nome derivar do infinitivo ou do particípio. O que importa é demonstrar a relação V-N como um paradigma na língua sem recair no modelo Palavra e Paradigma.

Outras séries, no entanto, apontam para um padrão oscilante:

<i>escrever</i>	<i>escritura</i>
<i>inscrever</i>	<i>inscrição</i>
<i>reescrever</i>	<i>reescritura</i>
<i>descrever</i>	<i>descrição</i>

(exemplificação 20)

Na série acima, o radical /-crev-/ sempre passa por elevação da vogal e oscila entre dois alomorfes: /-crit-/ e /-cris-/. Em casos como esse, há evidências de pressão pela formação de substantivo que guarde relação morfossemântica mais transparente com o verbo-base.

Em termos cognitivistas, é preciso pensar na analogia a partir de sua motivação semântica. Vejam-se os dois enunciados abaixo, produzidos por alunos de graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, em que a presença da variedade padrão escrita afasta a hipótese de falta de letramento:

(16)A presença de trechos, como 'é Fernand Léger, em Funções da pintura, quem parece ter esboçado...', com a posterior citação literal da obra de Léger, ou 'é Alexei Gan, teórico influente desses primeiros tempos, quem explica...', com a posterior reescritura fiel das palavras do teórico, que comprovam esse largo uso.

(17)Esse texto não se utiliza apenas de uma intertextualidade implícita, pois sempre recorre a ferramentas de suporte que guiam o leitor no sentido do seu entendimento total.

Em (16), *reescritura* ocorre em vez de *reescritura*, enquanto, em (17), *entendimento* ocorre em vez de *compreensão*. Apesar da produtividade dos sufixos, o que nos parece estar acontecendo é a substituição de uma relação morfossemântica mais opaca por uma relação morfossemântica mais transparente. No caso de *entendimento*, a preferência pela formação de um substantivo em que a identidade da base seja mais transparente.

3.1.2.5. Relacionamento por recursividade

Identificamos, ainda, uma quarta aplicação da segunda análise que se revela possível a partir da concepção de -ção e -mento como sufixos semanticamente especializados. Trata-se de uma aplicação que também recupera um dado importante apresentado neste trabalho: a recursividade entre -ção e -mento (v. 1.3). Graças à recursividade entre os sufixos, existem substantivos deverbais que se distribuem semanticamente em relação ao mesmo verbo-base em mais de uma camada morfológica, o que torna ainda mais complexa a rede de substantivos deverbais a partir do mesmo verbo.

Tomemos o verbo *cometer* como primeiro exemplo. São duas as nominalizações de seus significados: *comissão* e *cometimento*. A distribuição semântica entre esses dois substantivos consiste na fixação de interpretação predominantemente nominal para o primeiro e de interpretação predominantemente verbal para o segundo, e o fato de *comissão* ser morfológicamente opaco em sua relação com *cometer* é o que nos parece explicar que tenha interpretação nominal, e não verbal. Conforme apontamos em 1.3, por -mento ser um sufixo mais terminal que -ção, o substantivo em -ção torna-se disponível como base, neste caso para *comissionar*, que, como verbo que é, tem seus significados nominalizados em *comissionamento*. Com isso, a distribuição semântica se dá não somente entre *comissão* e *cometimento*; inclui *comissionamento*:

V ₁	(V[suf]) _{N1}	V ₂	(V[suf]) _{N2}
COMETER	COMISSÃO	COMISSIONAR	COMISSIONAMENTO
COMETER	COMETIMENTO	-	-

(quadro 7)

Como descrever essa distribuição nos termos propostos neste trabalho?

Começemos por apontar que *comissão* é um substantivo polissêmico, como demonstra FERREIRA (2004):

<p>comissão [Do lat. <i>commissione</i>.] Substantivo feminino.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Ato de cometer, de encarregar.2. Encargo, incumbência.3. Grupo de pessoas com funções especiais, ou incumbidas de tratar de determinado assunto; comitê.4. Reunião de tais pessoas para tal efeito.5. Cada um dos grupos em que se dividem os membros das duas câmaras legislativas, e que devem estudar e dar pareceres sobre os projetos e propostas de lei; comitê: <i>comissão de obras públicas.</i>6. P. ext. Local onde funciona a comissão (5).7. Retribuição ou gratificação paga pelo comitente ao comissionado.8. Retribuição paga ao agente ou intermediário de uma transação (ger. uma percentagem do valor desta): <i>O corretor recebeu uma comissão de 5% pela venda do terreno.</i>9. Cargo ou emprego em comissão, i. e., temporário, não efetivo.10. Preenchimento de cargo ou função em caráter temporário por funcionário já pertencente ao quadro da administração pública.11. Jur. Preenchimento temporário de cargo isolado da administração pública por ocupante demissível <i>ad nutum</i>.
--

Apontemos também que:

- o significado 1 corresponde a sua interpretação verbal, prototípica, enquanto os demais significados correspondem a suas interpretações nominais, periféricas;
- os significados 7 e 8 são exportados para o verbo denominal *comissionar*;
- -mento incide sobre todos os significados de *comissionar*, sem distribuição entre -ção e -mento ou quaisquer outras formas de nominalização.

Então:

- *comissão* e *cometimento* compartilham a interpretação verbal, mas somente *comissão* tem interpretação nominal e listada;
- *comissionamento* é a nominalização dos significados de *comissionar*, que, por sua vez, concentra dois dos significados de *comissão*, e, assim, *comissionamento* não compete nem com *comissão* nem com *cometimento*, visto que sua semântica remete a apenas dois significados periféricos de *comissão*, e nessa complementaridade consiste a distribuição semântica entre tais substantivos deverbais.

Estamos, por conseguinte, diante da conciliação entre a primeira e a segunda aplicações com a complexidade morfossemântica resultante da recursividade entre -ção e -mento. Outros dados reforçam a adequação dessa conciliação.

Tomemos o verbo *prover* como segundo exemplo. Também são duas as nominalizações de seus significados: *provisão* e *provimento*:

provisão

[Do lat. *provisio*.]

Substantivo feminino.

1. **Provimento (1).**

2. **Abastecimento, fornecimento, sortimento, provimento.**

3. **Mantimentos, víveres; provimento.**

4. **Abundância de coisas necessárias ou proveitosas:**

Sempre tem provisão de material de escrita.

5. **Documento oficial em que o governo confere cargo, mercê, dignidade, ofício, etc., autoriza o exercício de uma profissão ou expede instruções.**

6. **Prescrição, ordem, disposição, providência.**

7. **Com.** Reserva em dinheiro ou em valores.

8. **Com.** Cobertura de um título cambial.

provimento[De *prover* + *-imento*.]**Substantivo masculino.**

1. Ato ou efeito de prover; provisão.
2. V. *provisão* (2 e 3).
3. Cuidado, cautela, prudência.
4. Ato de preencher cargo ou ofício público por nomeação, promoção, transferência, reintegração, readmissão, aproveitamento ou reversão.
5. Jur. Manifestação dos tribunais superiores ao receberem e julgarem favoravelmente o recurso interposto contra decisões dos juízes inferiores.
6. Jur. Instruções ou determinações administrativas baixadas pelo corregedor ao realizar as correições.

Ambos os substantivos apresentam interpretação verbal (prototípica e evidenciada como significado 1 dos dois substantivos) e interpretações nominais (periféricas). Um e outro apresentam interpretações nominais listadas – haja vista as acepções comerciais de *provisão* e as acepções jurídicas de *provimento*. E novamente *-ção* revela seu caráter menos terminal que *-mento* e permite o acréscimo de mais uma camada morfológica, a serviço da formação de um verbo denominal, *aprovisionar*, que, por sua vez, tem seu(s) significado(s) nominalizado(s) em *aprovisionamento*. Mais uma vez, a rede é composta pelas nominalizações dos significados do mesmo verbo-base geradas diretamente a partir dele e indiretamente graças à recursividade entre os sufixos:

V ₁	(V[suf]) _{N1}	V ₂	(V[suf]) _{N2}
PROVER	PROVISÃO	APROVISIONAR	APROVISIONAMENTO
PROVER	PROVIMENTO	-	-

(quadro 8)

Tomemos o verbo *comprometer* como terceiro exemplo. Em moldes análogos aos de *comissão* e *cometimento*, também são duas as nominalizações de seus significados – *compromisso* e *comprometimento* – com a sintomática substituição de *-ção* por um supino (forma nominal latina da qual deriva o particípio passado, de aspecto conclusivo).

Novamente, o caráter menos terminal de -ção que o de -mento torna o substantivo em -ção disponível como base para um verbo denominal: *compromissar*. E a história se repete, com a ressalva de que a nominalização do(s) significado(s) desse verbo permanece potencial. Logo, não há um terceiro substantivo deverbal a integrar a rede. Ainda não.

Tomemos agora o verbo *conferir* como quarto exemplo. Assim como *comprometer*, ele nos oferece dois substantivos deverbais diretos e nenhum indireto: *conferência* e *conferição*:

conferência
[Do lat. *conferentia*.]
Substantivo feminino.
1. Ato ou efeito de conferir.
2. Confronto, cotejo.
3. Conversação entre duas ou mais pessoas sobre negócios de interesse comum.
4. V. *convenção* (6).
5. Reunião de representantes ou delegados de vários países para discutirem problemas internacionais.
6. Preleção pública sobre assunto literário, científico, etc.
7. Junta de médicos que reciprocamente se consultam e esclarecem sobre o estado de um doente ou sobre medidas sanitárias.
8. Reunião dos membros dum tribunal coletivo para decisão final ou acórdão. [Cf. *conferencia*, do v. *conferenciar*.]

conferição
[De *conferir* + -ção.]
Substantivo feminino.
1. Ato ou efeito de conferir.

Nesse caso, em vez de um substantivo em -ção e outro em -mento, temos um em -nc(i)a e outro em -ção, em que o primeiro é o que indica toda a cena cognitiva representada pelo verbo-base (lembramos que -nc(i)a e -ção se correspondem com o particípio presente e o particípio passado, respectivamente, e, portanto, guardam

relação aspectual histórica). E é também ele que apresenta sufixo mais receptivo a uma nova camada morfológica e permite a formação de um verbo denominal, *conferenciar*, que pode vir a ter seu(s) significado(s) nominalizado(s).

Outros dois exemplos eloquentes de convívio entre substantivos deverbais em -ção e -mento situados em diferentes camadas morfológicas propiciadas pela recursividade entre os sufixos são os que correspondem à nominalização dos significados dos verbos *gerir* e *mover*. Tanto um quanto o outro têm significados nominalizados por um (V[suf])_N – *gerência* e *movimento*, respectivamente – e convivem com outro (V[suf])_N em mesmo nível morfológico – *gestão* e *moção*. Os (V[suf])_N em -nc(i)a e -mento, por sua vez, dão origem a outro verbo – *gerenciar* e *movimentar* – sendo que o segundo consiste numa das poucas formações em que -mento não se comporta como sufixo terminal. Tais verbos, então, têm seus significados nominalizados em *gerenciamento* e *movimentação*, que são exatamente substantivos deverbais distribuindo-se em relação a outros substantivos formados a partir do mesmo verbo, só que em camadas morfológicas anteriores, mais internas.

A eloquência desses dois exemplos se deve também ao fato de que, conforme observamos na seção 1.3, a formação de verbos a partir de nominalizações é mais esperada quando a nominalização tem base presa, como *relação*, por exemplo. Naquela ocasião, incluímos *ação* como demonstração de que a receptividade de -ção a outros sufixos não depende de a base ser presa ou livre – já que *ação* tem base livre e dá origem a *acionar* enquanto *relação* tem base presa e dá origem a *relacionar* – porém aqui é possível enxergar que o que une os substantivos deverbais em -ção que

servem de base à formação de outros verbos não diz respeito à base, e sim à condição de relacionarem-se com outros substantivos deverbais por recursividade, numa rede de substantivos caracterizada por essa propriedade:

V₁ (livre ou preso)	(V[suf])_{N1}	V₂	(V[suf])_{N2}
MOVER	MOVIMENTO	MOVIMENTAR	MOVIMENTAÇÃO
MOVER	MOÇÃO	-	-
GERIR	GERÊNCIA	GERENCIAR	GERENCIAMENTO
GERIR	GESTÃO	-	-
AGIR	AÇÃO	ACIONAR	ACIONAMENTO
-	RELAÇÃO	RELACIONAR	RELACIONAMENTO

(quadro 9)

Com os exemplos que escolhemos para apresentar a quarta aplicação da segunda análise possível, pretendemos ratificar a superioridade da segunda análise em relação à primeira e demonstrar a repercussão da recursividade entre os sufixos nominalizadores na distribuição semântica entre os substantivos deverbais, em geral, e entre os substantivos deverbais em -ção e -mento, em particular.

Como se vê, a segunda análise tornada possível a partir da oposição entre interpretação verbal e interpretação nominal incorporada ao tratamento semântico proposto por LANGACKER (1987, 1991, 2008) para a relação V-N revela mais adequação observacional, descritiva e explicativa que a primeira (CHOMSKY: 1986). Um dado que acreditamos poder reforçar a adesão à tese da especialização semântica dos sufixos -ção e -mento é a prefixação, senão vejamos.

A prefixação em português é concebida como um processo morfológico com função semântica, ressaltada pela não-ocorrência de mudança de classe:

(...) De fato, a prefixação é utilizada para a formação de palavras quando queremos, a partir do significado de uma palavra, formar outra semanticamente relacionada, que apresente uma diferença semântica específica em relação à palavra-base.

Existe toda uma série de relações possíveis e sempre de caráter geral. Temos, por exemplo, o prefixo pré-, que indica anterioridade: pré-fabricado, pré-disseminação, pré-vestibular, pré-adolescência, etc.; o prefixo re- que indica repetição: refazer, reler, lembrar, retomar, recomeçar. Em todos os casos, a palavra que se forma mantém uma relação semântica fixa com a palavra-base. (BASILIO: 1987: 9)

A concepção da prefixação como um processo morfológico com função estritamente semântica leva à identificação de especialização semântica nos prefixos. A passagem acima nos permite não somente evidenciar que a identificação de especialização semântica nos afixos está diretamente associada ao teor semântico do processo de que participam, como também esclarecer que reconhecemos a diferença entre um processo morfológico com função semântica (como a prefixação) e um processo semântico com contraparte morfológica (como a nominalização). De um lado, a prefixação jamais gera mudança de classe e os prefixos mantêm com a base “uma relação semântica fixa”. De outro, a nominalização produz mudança de classe como corolário da desverbalização de significados de um verbo, e os sufixos que dela participam desempenham função distintiva entre os significados.

E a prefixação pode fazer mais por nossa empreitada que demonstrar a distinção entre um processo e outro. Pode ratificar que substantivos deverbais em -ção e -mento

formados a partir do mesmo verbo são semanticamente distintos, haja vista que um dado prefixo seleciona sempre um dos substantivos deverbais. Por exemplo:

- A partir de *acusar*, formam-se *acusação* e *acusamento*, porém somente o primeiro substantivo deverbais é selecionado pelo prefixo *auto-*: existe *autoacusação*, mas não *autoacusamento*.
- A partir de *acelerar*, formam-se *aceleração* e *aceleramento*, porém somente o primeiro substantivo deverbais é selecionado pelo prefixo *des-*: existe *desaceleração*, mas não *desaceleramento*.

O leitor poderia dizer que *autoacusamento* é tão possível quanto *isolamento* não pareceu a Bethânia, mas não nos parece que seja. E a razão é que *-ção* e *-mento* podem perfeitamente incidir sobre significados de *isolar* por constituírem a face morfológica de um processo semântico, mas *auto-* não pode incidir livremente sobre *acusação* ou *acusamento* por constituir um processo morfológico cuja função semântica prevê “uma relação semântica fixa” com a base, que, neste caso, é somente um dos substantivos deverbais.

3.2. Retorno às hipóteses

Ao final deste capítulo, impõe-se a revisão das quatro hipóteses com que concluímos o capítulo anterior, de modo a avaliá-las à luz dos dados analisados até aqui.

A primeira hipótese diz respeito às condições para a formação de mais de um substantivo a partir dos significados do mesmo verbo. Entendemos que a suspensão de restrições morfológicas e semânticas será necessária, mas não suficiente, para a formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo, o que reduz seu poder explicativo, preserva sua validade.

A segunda hipótese está na base de nossa proposta de definição do conceito de nominalização de verbos. A possibilidade de contemplar a polissemia dos verbos derivantes e dos substantivos derivados, a própria duplicidade de formação e a confirmação de que os significados evocados pelos substantivos correspondem aos diferentes significados evocados pelos verbos reforça não somente a segunda hipótese, como também a proposta conceitual.

A terceira hipótese gera a expectativa de que substantivos deverbais vernáculos tenham comportamento diferente do de substantivos deverbais herdados do latim. Quando afirmamos que substantivos deverbais em *-ção* podem compartilhar interpretação verbal ou interpretação nominal com substantivos deverbais em *-mento*, verificamos que tal compartilhamento ignora a história das construções, que influi, sim, mas na alomorfia de *-ção*, e não na distribuição semântica dos substantivos deverbais. É o caso de *internação* e *internamento*, que são ambos vernáculos e compartilham interpretação verbal; *monitoração* e *monitoramento*, que são ambos vernáculos e compartilham interpretação verbal; *salvação* e *salvamento*, que são ambos herdados e compartilham interpretação nominal; *ordenação* e *ordenamento*, que são, respectivamente, herdado e vernáculo e compartilham interpretação verbal;

e assim por diante. Então, é verdade que existem diferenças de transparência morfossemântica entre os substantivos deverbais em -ção, visível especialmente na relação por recursividade, assim como é verdade que tais diferenças refletem a história dos substantivos, mas não é verdade que se possam associar tais diferenças à presença ou à ausência de co-ocorrência. Portanto, consideramos refutada a terceira hipótese.

A quarta hipótese, por sua vez, diz respeito à relação entre interpretação verbal e cena agentiva, como em (7a)-(7b) e (14a)-(14b):

(7a) O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.

(7b) A aparição de Nossa Senhora comoveu os fiéis.

(14a) A apartação do gado é uma tarefa quotidiana no campo.

(14b) O apartamento do gado é uma tarefa quotidiana no campo.

A leitura desses exemplos à luz da quarta hipótese é a do perfilamento da cena APARECER sobre o agir em (7b) e (14a) e sobre o resultado do agir em (7a) e (14b). Essa leitura corresponde ao entendimento de que “A aparição de Nossa Senhora” indica o aparecer de Nossa Senhora, enquanto “O aparecimento das obras” indica um estado resultante do aparecer das obras; de que “A apartação do gado” indica o apartar o gado, enquanto “O apartamento do gado” indica um estado resultante do apartar o gado. Dessa forma, consideramos válida a quarta hipótese.

Tendo em vista que a quarta hipótese vincula a cena agentiva à interpretação verbal dos substantivos deverbais em -ção e -mento formados a partir do mesmo verbo, a validação dessa hipótese aponta para uma função semântica relacional, e não própria dos sufixos, como a indicação de pejoratividade, o que estabelece matizes em sua concepção como semanticamente especializados.

3.3. Conclusão do capítulo

Partindo da concepção de nominalização a que chegamos no capítulo anterior, propusemos, neste capítulo, a incorporação da oposição entre interpretação verbal e interpretação nominal ao tratamento semântico proposto por LANGACKER (1987, 2008) para nominalizações. Tal incorporação deu ensejo a duas análises possíveis da distribuição semântica entre substantivos deverbais em -ção e -mento: uma que pressupõe -ção e -mento como sufixos não-especializados semanticamente, outra que pressupõe -ção e -mento como sufixos especializados semanticamente.

Ambas as análises ensejam a retomada de posições apresentadas ao longo do trabalho, porém a segunda análise cria espaço para quatro aplicações que se complementam e abrigam uma diversidade maior de características identificadas nos substantivos deverbais em -ção e -mento. Tendo demonstrado essas aplicações, corroboramos a superioridade da segunda análise em relação à primeira por meio da comparação entre a nominalização como um processo semântico com contraparte morfológica e a prefixação como um processo morfológico com função semântica.

Por fim, retomamos as quatro hipóteses que elaboramos no capítulo anterior, para validá-las ou refutá-las. Concluimos pela validação da primeira, da segunda e da quarta e pela refutação da terceira.

Neste capítulo, nosso compromisso com a Linguística Cognitiva se revela na concepção da nominalização de verbos como fenômeno de conversão de escaneamento dinâmico em escaneamento estático, enquanto o compromisso com uma teoria morfológica baseada no item lexical se revela na concepção de que o correspondente morfológico desse fenômeno semântico corresponde à estrutura [base[afixo]]. E a motivação da conversão é a nomeação, que, com base nos dados que trouxemos a este capítulo, entendemos desdobrar-se em neutra, pejorativa, perfectiva, infectiva e listada, destacada a interferência da recursividade dos sufixos -ção e -mento como geradora de complexidade morfossemântica.

4. SEMÂNTICA COGNITIVA: INTERFACE LINGUÍSTICA/FILOSOFIA

*Como disciplina ponte entre a linguística e a filosofia, a semântica suscita um considerável problema inicial para o neófito, já que grande parte da literatura com a qual se haver é escrita por filósofos, não por linguistas. E mesmo quando os detalhes específicos das argumentações em tal literatura são compreendidos, é muito fácil deixar de perceber as consequências teóricas de concordar com ou discordar das argumentações em questão.*¹ (KEMPSON: 1977: ix)

Considerações de ordem filosófica tecidas por linguistas costumam ser mal recebidas por filósofos. Geralmente, são consideradas superficiais e redutoras frente à complexidade e diversidade de programas de pesquisa no campo da Filosofia. É preciso dar razão ao filósofo que leia, por exemplo, o capítulo intitulado “De Wittgenstein a Rosch” (LAKOFF: 1987) e encontre não mais que a itemização de autores e temas que ocupam tantos programas de pesquisa filosófica, como se tudo que há a ser dito estivesse ali. Sem falar do tom messiânico com que se anunciam proposições cognitivistas em oposição à tradição filosófica, supondo-se que, até então, tudo eram equívocos, à espera da Linguística Cognitiva.

Para não incorrer nos mesmos vícios, observemos de antemão que este capítulo é dedicado tão-somente a apontar questões de interface entre a Linguística e a Filosofia no que tange à semântica cognitiva, em geral, e a nosso objeto de estudo, em particular. Não temos a pretensão de satisfazer ao rigor com que certamente as mesmas questões seriam tratadas pela comunidade acadêmica da Filosofia, onde, por outro lado, muitas das nuances descritivas de nosso objeto de estudo passariam

¹ *As a bridge discipline between linguistics and philosophy, semantics poses a considerable initial problem for anyone new to the subject as much of the literature to be grappled with is written by philosophers not linguists. And even when the particular details of the arguments in the literature are understood, it is only too easy to fail to realize the theoretical consequences of agreeing, or disagreeing, with the arguments in question.*

despercebidas. A “disciplina ponte” nos parece o terreno mais propício para considerações sobre questões de interface, já que nossa concepção da Semântica como área do conhecimento acadêmico é a de território compartilhado.

Na primeira seção, recuperaremos a oposição entre linguagem e metalinguagem para ressaltar que a metáfora do conduto só é evitável no âmbito metalinguístico e apontar três incidências da metonímia na distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento.

Na segunda seção, recuperaremos a oposição entre significado linguístico e significado enciclopédico para reforçarmos a indissociabilidade entre um e outro, em vez de insistirmos na vitória de um sobre o outro.

Na terceira seção, recuperaremos a oposição entre semântica representacionista e semântica não-representacionista para afastarmos a hipótese insinuada por LAKOFF (1987) de afinidade entre a Linguística Cognitiva e a filosofia do segundo Wittgenstein.

4.1. Reflexividade e metonímia

A metáfora do conduto vê a língua como um conduto ou veículo para o transporte de significados de dentro da cabeça de uma pessoa para dentro da cabeça de outra pessoa (...), onde significados são conteúdos e expressões são continentes. A metáfora concebe expressões linguísticas como coleções de sacos de bolas de gude, sendo estas os átomos de significado e os sacos os componentes da expressão que contém os átomos-significados. A semântica seria então a teoria de quais bolas de gude podem ser legalmente colocadas nos mesmos sacos e de quais sacos podem ser colocados juntos; a sintaxe, a teoria de como os sacos são organizados em coleções ordenadas (...) Raramente é observado, mesmo por linguistas cognitivistas dos quais se espera que percebam, que a metáfora continente-conteúdo de significado e expressão é quase integrada à terminologia da teoria linguística

*tradicional, em que é comum falar de conteúdo semântico, componentes significativos e restrições de seleção.*² (SINHA: 1999: 224)

A simples afirmação de que a nominalização lança no léxico novos substantivos já embute um compromisso filosófico, uma vez que o termo “substantivo” traz consigo a ideia de relação isomórfica entre a linguagem e a realidade herdada de Aristóteles. É claro que isso não é privativo do termo “substantivo”. Toda a descrição gramatical carrega essa herança, e, portanto, os termos com que se formula são como “pôr-do-sol” na boca de quem tem certeza de que é a Terra que gira em torno do sol, não o oposto. Tenhamos, pois, a resignação de que “(...) existem fenômenos inertes à linguagem (no mesmo sentido que ainda hoje chamamos átomo algo que se demonstrou divisível)” (Eco: 1998: 224).

A situação que esse fato gera é a de, num trabalho sobre Semântica, nos esforçarmos pelo melhor uso possível dos termos que revelam nosso compromisso teórico com a Linguística Cognitiva e de, ao mesmo tempo, nos valermos de uma língua natural, na qual, assim como em todas as demais, reside outro compromisso, ateórico, em sua REFLEXIVIDADE (TAYLOR: 2000). A identificação dessa tensão não deve servir para reavivar a empreitada de substituir a linguagem ordinária por uma linguagem lógica,

² *“The conduit metaphor sees language as a conduit or vehicle for the transportation of meanings from the inside of one person’s head to the inside of another person’s head (...), where meanings are contents and expressions are containers. It can be pictured as if linguistic expressions are collections of pouches of marbles, the marbles being the atoms of meaning, and the pouches being the expression items containing the meaning-atoms. Semantics is then the theory of which marbles can legally be put in the same pouches, and which pouches can be gathered together; and syntax the theory of how the pouches are organised into ordered collections (...) It is rarely remarked, even by cognitive linguists who might be expected to notice it, that the container-contents metaphor of meaning and expression is almost built into the terminology of traditional linguistic theory, with its talk of semantic content, meaning-components, and selection restrictions.”*

notacional, livre da imprecisão (FREGE: 1976). Deve apenas lançar luz sobre o uso da língua, em geral, e sobre a semântica dos substantivos deverbiais, em particular.

Tal fato, que poderia gerar somente desconforto, passa a interessar ao se destacar:

- do ponto de vista filosófico, que, conforme AUROUX (1998: 329), “(...) as ciências da linguagem são, com as matemáticas, as únicas disciplinas que dispõem de um núcleo de teorização estável a longo termo; pode-se assim remontar a oposição entre nome e verbo a Platão e Aristóteles (...)”;
- e, do ponto de vista linguístico que, conforme LAKOFF (1987: 157-184), ao mesmo tempo em que as línguas humanas podem carregar em sua tessitura a adesão ao paradigma realista, a categorização produzida sob tal influência e constitutiva de nossas práticas linguísticas é também um produto da cognição humana e, portanto, compõe os MCIs de seus falantes.

TAYLOR (2000), por sua vez, insurge-se contra o fato de que as propriedades metalinguísticas das línguas naturais costumam ser consideradas supérfluas e que, portanto, as línguas naturais existiriam perfeitamente sem tais propriedades. Questiona esse princípio e pergunta o que aconteceria se não houvesse metalinguagem – ou “formas de expressão metadiscursivas”:

*(...) que consequências haveria se nós usuários da linguagem não somente fôssemos privados de vocabulário reflexivo e formas de expressão, mas também não tivéssemos **nenhum** meio metadiscursivo para falarmos reflexivamente? Em outras palavras, se nós não tivéssemos **quaisquer** técnicas conversacionais ou jogos de linguagem para falar sobre, referir-nos a, comentar sobre, expressar nossa discordância com, criticar, propor uma interpretação de, questionar, explicar, pedir*

*esclarecimento de, (etc.)... algo que nós ou outra pessoa tenha[mos] dito ou escrito ou sinalizado? Como seria se não pudéssemos perguntar “Quem disse isso?” ou “Por que você disse aquilo?” ou “Você não concorda?” ou “Como você sabe disso?”*³
(TAYLOR: 2000: 485)

Ao propor essa questão, fornece exemplos do que considera formas de expressão metadiscursivas, que, ajustadas do inglês para o português, seriam, dentre outras, com grifos nossos:

- Foi isso que ela **disse**.
- O que ele **quis dizer** com aquilo, afinal?
- Estou **falando sobre** o que está à esquerda.
- Ela **entendeu** o que você **disse**?
- O que *reflexividade* **significa**?
- Qual é seu **nome**?
- Por favor, não **mintar** para mim.
- Me **prometa** que não vai embora.
- Ela me **mandou** sair.
- Professor, você vai **explicar** isso depois?
- Como isso **se chama**?
- É a isso que você está **se referindo**?
- Vou tentar **descrever** para você.
- Eu **acredito em** você.

Note-se que, partindo da concepção de significado embutida na reflexividade das línguas naturais, chegamos a fraseamentos que a evidenciam no terreno ateuórico, no campo das práticas linguísticas, onde nossas convicções teóricas servem, no máximo, para que embarquemos no jogo proposto pela língua que falamos e do qual não podemos abster-nos.

³ (...) *what the consequences would be if we language-users were not just lacking in reflexive vocabulary and forms of expression, but had no metadiscursive means at all for talking reflexively? In other words, if we had no conversational techniques or language games whatsoever for talking about, referring to, commenting on, expressing our disagreement with, criticizing, proposing an interpretation of, questioning, explaining, asking for clarification of, (etc.)... something that we or someone else had said or written or signed? What if we couldn't ask “Who said so?” or “Why do you say that?” or “Don't you agree?” or “How do you know that?”*

Por falar de jogo, repare-se que TAYLOR (2000) emprega o termo “jogo de linguagem”, o que indica, conforme veremos adiante, algum compromisso com a visão radicalmente não-representacionista de significado proposta por WITTGENSTEIN (1953), citado em seu *thought-experiment*. As formas de expressão metadiscursivas que o autor exemplifica são jogos de linguagem que pressupõem uma gramática (em termos wittgensteinianos) que tem a reflexividade como propriedade indispensável, graças à qual os jogos de linguagem fazem sentido e em face da qual faz sentido dizer que alguém sabe uma língua.

Sintomaticamente, algumas das formas de expressão metadiscursivas de TAYLOR (2000) incluem verbos que constituem ou nomeiam atos de fala segundo MARMARIDOU (2000):

Tanto os verbos que constituem ações (como ‘condenar’, ‘apostar’, ‘desculpar-se’ etc.) quanto os verbos que nomeiam ações (como ‘desafiar’, ‘brigar’, ‘insultar’ etc.) evocam cenas de experiência socioculturalmente determinadas. Decorre disso que a identificabilidade sociocultural dos atos, tais como previstos pelo MCI, e a lexicalização⁴ socioculturalmente motivada dos atos, que é implicada pelo MCI, convencionam a categoria nos níveis de sua definição: o nível da ação e o nível da fala.⁵
(MARMARIDOU: 2000: 210)

A proposta de MARMARIDOU (2000) consiste basicamente em estabelecer um MCI para atos de fala, que estabelece como prototípicos os atos de fala caracterizados pela **convenção linguística** e pela **instituição sociocultural**, como menos prototípicos os atos de fala caracterizados por **regras interacionais** e a cena cognitiva **ação** como

⁴ Ver seção 2.1.1. O termo *lexicalização* aqui corresponde ao que chamaríamos *listagem*.

⁵ *Both verbs constituting actions (such as ‘sentence’, ‘bet’, ‘apologize’, etc) and verbs naming actions (such as ‘challenge’, ‘argue’, ‘insult’, etc) evoke socioculturally determined scenes of experience. It follows that the socioculturally identifiability of the acts, as predicted by the ICM, and the socioculturally motivated lexicalization of the acts, which is entailed by the ICM, conventionalize the category at the levels of its definition: its action and its verbal levels.*

estruturada pela metáfora MOVIMENTO GERADO POR FORÇA INTENCIONAL DE UM OBJETO NO ESPAÇO:

(...) Eu gostaria de afirmar que a conceptualização humana de atos de fala é refletida num MCI específico, definido desta forma: o MCI de atos de fala toma proferimentos como crucialmente associados com ação. O conteúdo proposicional que caracteriza esse MCI reflete a natureza dual dos atos de fala: primeiro, há um agente desempenhando uma ação que afeta o estado de coisas de tal forma que o papel do interlocutor seja estabelecido de uma maneira específica dentro da moldura dos objetivos socioculturalmente definidos de uma interação. Logo, o MCI de atos de fala é, ao mesmo tempo, um modelo de agir e um modelo de falar.⁶
(MARMARIDOU: 2000: 209)

As formas de expressão metadiscursivas em TAYLOR (2000) correspondem, então, a jogos de linguagem onde o uso e a menção são indissociáveis, enquanto os atos de fala em MARMARIDOU (2000) correspondem a um MCI onde o agir e o dizer são indissociáveis. A rejeição de TAYLOR (2000) a uma versão da **tese da imanência** – a de que o linguístico é isolável e suficiente em relação ao metalinguístico – e a motivação cognitiva para os atos de fala segundo MARMARIDOU (2000) convergem, assim, numa teoria filosófica que necessariamente contemple a capacidade das línguas de referir-se a si próprias e numa teoria linguística que necessariamente contemple a capacidade das línguas de agir sobre o real.

⁶ “(...) I would like to claim that the human conceptualization of speech acts is reflected in a particular ICM which is defined in the following way: the ICM of speech acts concerns utterances as crucially associated with action. The propositional content that characterizes this ICM reflects their dual nature: first there is an agent performing an action which affects a state of affairs so that the addressee’s role is established in a particular way within the framework of socioculturally defined goals of interaction. Thus, the ICM of speech acts is at the same time a model of acting and a model of speaking.” Uma leitura que tal concepção admite é que, em vez de um único MCI, os atos de fala resultam da mesclagem (FAUCONNIER & TURNER: 2006) de dois MCIs: um que garante a dimensão ATO (“*model of acting*”) e outro que garante a dimensão FALA (“*model of speaking*”).

Essa convergência entre uma possível teoria de Filosofia da Linguagem e uma possível teoria de Linguística Cognitiva nos parece residir no caráter relativista de ambas.⁷ O relativismo com que se compromete a Linguística Cognitiva diz respeito à categorização do mundo experienciado em cada língua. O relativismo evidenciado por TAYLOR (2000) a partir da noção de reflexividade diz respeito à metafísica embutida em cada língua. Com isso, identificamos duas dimensões do relativismo na distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento: uma dimensão que reflete a categorização do mundo em português, esperadamente diferente da categorização do mundo em qualquer outra língua, destacada por ILARI (2003) como “atividade constitutiva”; outra dimensão que impõe ao falante do português uma metafísica inescapável, residente na língua.

REDDY (1979) tocou nesse ponto muito antes de TAYLOR (2000) cunhar o termo “reflexividade”. O que nos leva a convidar REDDY (1979) a este trabalho é ter associado o que TAYLOR (2000) chamaria de reflexividade da língua inglesa e o que ele próprio chamou “metáfora do conduto”: “(...) simplesmente ao abriremos a boca e falarmos inglês podemos ser jogados em um conflito de enquadramento bastante sério e real” (p. 10). Isso porque essa língua – assim como o português...

(...) sugere que, ao escrever ou falar, os humanos colocam seus pensamentos e sentimentos internalizados dentro dos sinais externos da linguagem. (...) A lógica do arcabouço que estamos considerando – uma lógica que daqui por diante será chamada de metáfora do conduto – neste ponto iria nos conduzir à bizarra

⁷ A noção de relativismo ganha o tom nacionalista e Romântico do século XIX e chega até a descrição do português travestida em GÊNIO DA LÍNGUA, como em CÂMARA JR. (1986b: 126): “Maneira tradicional de designar os caracteres gerais da gramática de uma língua nas suas oposições formais e funcionais.” A origem do conceito está na discussão sobre a [in]dependência do pensamento em relação à linguagem, e sua formulação está a serviço da tese relativista, como se vê na citação de BRÉAL (1897), no capítulo anterior.

asserção de que as palavras possuem “interiores” e “exteriores”. Afinal, se pensamentos podem ser “inseridos”, deve haver um espaço ‘interno’ onde o significado possa residir. Porém, com certeza a língua inglesa, quaisquer que sejam os meandros metafísicos de que possa ser culpada até aqui, não pode ter nos envolvido nesse tipo de evidente disparate. (REDDY: 1979: 14)

Desde LAKOFF & JOHNSON (1980), a Linguística Cognitiva concebe a metáfora do conduto como parte das metáforas ontológicas e estruturais que refletem a interferência da cognição na linguagem. O ponto fundamental aqui é que raramente se observa que a metáfora do conduto é, antes de um indício de metalinguagem teórica, um dado das línguas naturais em que essa metalinguagem é formulada. Isso significa que a objeção da Linguística Cognitiva à metáfora do conduto só pode ir até o nível em que conscientemente um linguista conceba significados como conteúdos, mas não a ponto de alterar a metafísica da língua que só tem como falar de significados como conteúdos. Portanto, a denúncia de SINHA (1999: 223) de que “(...) ninguém proporia a sério que significados são do tipo de objetos *físicos* que você possa colocar na bolsa ou esconder embaixo da cama (...)”⁸ aponta não somente para um dos dogmas instituídos por teorias linguísticas contra as quais a Linguística Cognitiva se insurge, mas sobretudo para o fato de que a penetração do dogma é favorecida pelo fato de que é assim que as línguas naturais em que as teorias são formuladas permitem falar do significado. E a Linguística Cognitiva, que inventou a descrição das línguas a partir de “(...) prova da formatação da linguagem pela cognição humana, e não o oposto (...)”⁹, e demonstrou que a conceptualização do significado se dá em termos de continente/conteúdo, se insurge contra tal conceptualização na linguagem (terreno

⁸ (...) no-one would seriously propose that meanings are the kind of physical objects that you can put in your handbag or hide under your bed (...)

⁹ The evidence for the shaping of language by human cognition, and not the other direction, has been especially convincingly laid out with respect to the vocabulary of physical domains like color and spatial terms. (SWEETSER: 1990: 7)

fora de seu alcance) e na metalinguagem (pelo menos a que pretenda ser reconhecida como cognitivista).

Isso posto, voltemos ao fato de que a nominalização lança no léxico novos substantivos para começarmos a tratar das dimensões da metonímia na distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento. Para isso, lembremos que os substantivos resultantes da nominalização de verbos são **abstratos**. E...

(...) os substantiva abstractos são propriedades que existem em nós e fora de nós mas que se arrancaram ao seu suporte e se dão como essências autónomas. A audacia faz com que os homens sejam audaces; no fundo, é uma personificação (...)
(NIETZSCHE: 1896: 76-77)

... exatamente como...

Por exemplo, na frase (...) Detesto guerras, odeio destruição., fica claro que a forma nominalizada destruição é construída apenas para fins de referência ao complexo semântico destruir de uma maneira nominal, ou seja, como a uma entidade em si, independente de instâncias particulares do evento, e suas associações de tempo, sujeito e objeto verbal, etc.
(BASILIO: 1987: 78-79)

Ressalte-se que NIETZSCHE (1896) não está sugerindo que *audácia* corresponde a uma *qualitas* oculta e que seu exemplo é de nominalização de adjetivo, e não de verbo, como o de BASILIO (1987). Ao aproximarmos uma nominalização de adjetivo a uma nominalização de verbo, estamos sugerindo que ambas são fenômenos semânticos, como já havíamos feito ao concordarmos com NASCIMENTO (2006: 107): “(...) o que acontece com os deverbais *recebimento* e *recepção*, ou com os deadjetivais *clareza* e *clareza*”, é que o significado que *receber* evoca em *recebimento* é diferente do que

evocar em *recepção*, assim como o significado que *claro* evoca em *claridade* é diferente do que evoca em *clareza*.

Isso posto, entendemos que a nominalização revela incidência da metonímia, como NIETZSCHE (1896) identificou em relação ao adjetivo e BASILIO (1987) em relação ao verbo. Com isso, a metonímia se revela na nominalização tanto quanto na formação de verbos denominais (BASILIO: 2007) e, inscrita nos substantivos deverbais, compõe o **modelo metonímico** do português (LAKOFF: 1987: cap. 5), seja como língua que se fala, seja como língua de que se fala. Mas essa – em que substantivos deverbais permitem a referência a propriedades, ações e processos em si, donde decorrem as anáforas e as catáforas como frutos da desverbalização – não é a primeira, e sim a segunda, instância da metonímia que identificamos nos substantivos deverbais.

A primeira é a que BASILIO (2007: 12) ressalta ao lembrar que:

Existe uma face óbvia da metonímia em unidades lexicais, que já aparece na concepção de signo de Saussure (...) definido pela associação significante/significado. Ou seja, a estrutura do signo é em si metonímica, pois o signo se constitui pela associação significante/significado.

Tomados como conceitos do mesmo domínio cognitivo, a linguagem, ou como conceitos em contiguidade – segundo PEIRSMAN & GEERAERTS (2006), que consideram vago o conceito “domínio cognitivo” –, a associação significante/significado revela-se metonímica. E tal associação na definição de signo por SAUSSURE (1916) corresponde ao pareamento forma/significado na definição de construção gramatical por GOLDBERG (1995, 2006), donde podemos concluir que toda construção gramatical é metonímica, assim como todo signo também o é, e que tal dimensão da metonímia não distingue

nosso objeto de estudo. Portanto, agora temos uma instância da metonímia que é inerente a qualquer signo e que, por isso, consideramos a primeira.

A terceira dimensão da metonímia na distribuição dos substantivos deverbais em -ção e -mento está na distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal listada que apresentamos no capítulo anterior. Os exemplos de substantivos deverbais com interpretação nominal listada foram *apartamento*, *ligação*, *recepção*, *enchimento* e *armamento*. Assim, *apartamento* é um lugar resultante de *apartar* (= individuado), *ligação* é um tipo de ato de *ligar*, *recepção* é um lugar em que *receber*, *enchimento* é um tipo de com que *encher*, o *armamento* é o coletivo de objetos que servem para *armar* (= munir).

Mas essa dimensão da metonímia não se verifica somente em casos de duplicidade de substantivos deverbais a partir do mesmo verbo por via sufixal, em que um apresenta interpretação verbal e outro interpretação nominal listada:

- Também se verifica em casos de duplicidade de substantivos deverbais a partir do mesmo verbo, um por via sufixal, outro por via regressiva, como em *oferecimento* e *oferta* a partir de *oferecer*, em que ambos podem ter interpretação verbal ou nominal, mas somente *oferta* pode ter interpretação nominal e listada (ex.: “Ofertas incríveis neste fim-de-semana!”).
- Verifica-se, ainda, em substantivos deverbais únicos a partir de um dado verbo, como em *passagem* a partir *passar*, em que *passagem* pode ter interpretação verbal (ex.: “A passagem do bloco animou os foliões.”), nominal (ex.: “Por

aquela passagem, os prisioneiros fugiram.”) ou nominal e listada (ex.: “Quanto é a passagem, motorista?”). É o caso de *estacionamento*, *expressão* e *aliança*, em que se têm, respectivamente, um lugar em que estacionar, uma feição por meio da qual expressar e um anel por meio do qual aliar.

Por isso, entendemos que a listagem é efeito dessa dimensão da metonímia, e não a duplicidade de substantivos, e que tal dimensão da metonímia interfere na distribuição semântica dos substantivos deverbiais produzindo listagem caracterizada pela primazia do conhecimento de mundo. Tratemus disso na próxima seção.

O que se conclui desta é que:

A metonímia se revela, pois, um instrumento fundamental para a eficiência do léxico enquanto sistema de armazenagem de símbolos: já que se pode acessar uma entidade conceptual por meio de outra, é possível neutralizar o problema do acesso lexical em construções lexicais, seja pela não listagem do elemento associado, já que automaticamente inferido, seja pela facilidade de acesso, através de rotas de associação.
(BASILIO: 2007: 11-12)¹⁰

As rotas de associação abertas pela metonímia explicam por que, “(...) embora interpretações específicas não possam ser antecipadas, dadas as especificidades das instâncias de nomeação (...)”, as interpretações nominais listadas são perfeitamente inteligíveis: “(...) o processo verbal como caracterização do que está sendo nomeado permanece” (BASILIO: 2004: 58). Em termos cognitivos, as rotas de associação correspondem, a nosso ver, ao baixo custo de aquisição que JACKENDOFF (1975) identifica em termos gerativos como vantagem da teoria da entrada plena em relação

¹⁰ A autora cita *Towards a theory of metonymy*, de Gunter Radden & Zoltán Kövecses, 1999.

à teoria da entrada reduzida. Como vimos na seção 2.1, JACKENDOFF (1975) propõe que a relação semântica entre verbos e suas nominalizações seja tratada em termos de regras de redundância e vincula tais regras à adoção de uma teoria da entrada plena para a descrição do léxico das línguas naturais. Os produtos das regras de formação de substantivos a partir de verbos que apresentamos no capítulo 1 são formalizados de modo a refletir sua relação direcional (morfológica e semântica) com os verbos-base e, portanto, são condizentes com a teoria da entrada plena. E a teoria da entrada plena consiste exatamente em especificar como traço dos substantivos deverbais a relação com o verbo-base, a fim de que se reduza o custo de aquisição desses substantivos. É por conter tal traço que a entrada lexical fica mais rica – ou plena, nos termos da teoria.

Portanto, as regras de redundância semântica, ao mesmo tempo em que evidenciam que a relação entre os verbos-base e os substantivos deverbais é, em termos saussureanos, relativamente arbitrária, também evidenciam a incidência de uma dimensão da metonímia na produção de substantivos a partir de verbos. Com maior poder explicativo, o faz GOLDBERG (1995) com o Princípio de Motivação Maximizada, já que não somente identifica o fenômeno apontado por JACKENDOFF (1975), como também lhe confere status cognitivo, no qual a metáfora e a metonímia têm lugar central.

4.2. Significado linguístico vs significado enciclopédico

“A distinção entre significado linguístico e significado enciclopédico no léxico é ainda objeto de muita controvérsia. Para os cognitivistas (...) a fronteira entre o conhecimento da língua e o conhecimento do mundo é uma ficção”, visto que concebem “(...) conceitos lexicais como parte da cognição humana em geral, em vez de encará-los como parte de uma estrutura linguística autônoma” (BASILIO: 2005b: 1).

LAKOFF (1987), no mesmo capítulo 11 dedicado a implicações filosóficas no estudo da linguagem, recupera a gênese da distinção na concepção realista de significado:

*A distinção metafísica entre propriedades essenciais e propriedades contingentes induz uma distinção epistemológica entre dois tipos de conhecimento – conhecimento definatório e conhecimento enciclopédico. Conhecimento definatório é o conhecimento das propriedades essenciais das palavras. Conhecimento enciclopédico é o conhecimento das propriedades contingentes das palavras.*¹¹

A relação entre o **metafísico** e o **epistemológico** é crucial aqui. Em se tratando da concepção realista de significado, é pressuposta a isomorfia entre o plano metafísico (o mundo real como é ou os mundos possíveis como podem ser segundo a lógica) e o plano epistemológico (o que humanos sabem sobre o mundo real ou os mundos possíveis), porém também é pressuposta a independência entre os dois planos, o que equivale a dizer que o conhecimento sobre o mundo real ou os mundos possíveis não interfere na existência do mundo real ou dos mundos possíveis. Trata-se do mesmo

¹¹ *The metaphysical distinction between essential and contingent properties induces an epistemological distinction between two kinds of knowledge – definitional knowledge and encyclopedic knowledge. Definitional knowledge is knowledge of the essential properties of words, and encyclopedic knowledge is knowledge of the contingent properties of words.* (LAKOFF: 1987: 172)

pressuposto por trás dos nomes das partes do discurso, como o “substantivo”, de que falamos na seção anterior.

Uma vez levado em conta que o mundo real é dado a conhecer por meio da cognição humana, coloca-se a questão do conhecimento como apreensão da isomorfia existente entre a linguagem e a realidade. Tal isomorfia prevê que a linguagem espelha a realidade e que, portanto, as propriedades da linguagem derivam das propriedades da realidade. Somente assim, é possível reconhecer na linguagem a distinção entre propriedades essenciais e propriedades acidentais que caracteriza o real. E a identificação das propriedades essenciais da linguagem é o que está sendo definido como conhecimento definitório (o conhecimento das propriedades que definem as palavras, o conhecimento de sua **intensão**), enquanto a identificação das propriedades acidentais da linguagem é o que está sendo definido como conhecimento enciclopédico (o conhecimento das propriedades dispensáveis à definição do **tipo**, o conhecimento das propriedades que podem estar presentes somente na **ocorrência** das palavras). Seja inata, seja adquirida, a cognição, no paradigma realista, caracteriza-se por estabelecer correspondência entre conceitos, de um lado, e entidades e categorias no mundo real, de outro, o que inclui fundamentalmente a distinção entre propriedades essenciais e propriedades acidentais.

Tanto as propriedades essenciais quanto as acidentais compõem o significado das palavras. Este, portanto, pode ser decomposto no que contém de essencial e no que contém de acidental. A parcela do significado que corresponde às propriedades essenciais é o que se designa por **significado linguístico**, enquanto a parcela do

significado que corresponde às propriedades contingentes é o que se designa por **significado enciclopédico**. O inventário dos significados linguísticos é o que se entende por **dicionário**, enquanto o inventário dos significados enciclopédicos é o que se entende por **enciclopédia**.

(...) Os mantenedores de uma representação no dicionário sustentam que ela presta contas de relações que são internas à linguagem, prescindindo de elementos de conhecimento de mundo, enquanto que um conhecimento em formato de enciclopédia pressuporia conhecimentos extralingüísticos. Os mantenedores de uma representação no dicionário, para poder explicar de forma rigorosa o funcionamento da linguagem, consideram que devemos recorrer a um pacote de categorias semânticas hierarquicamente organizadas (como OBJETO, ANIMAL x VEGETAL, MAMÍFERO x RÉPTIL) de modo que – mesmo sem nada saber sobre o mundo – podemos fazer diversas inferências do tipo se é mamífero então é animal; se isto é um mamífero então não é um réptil; é impossível que algo seja ao mesmo tempo um réptil e não seja um animal; se isto é um réptil então não é um vegetal, e tantos outros agradáveis apotegmas que, segundo os especialistas, habitualmente pronunciaremos quando, por exemplo, percebermos que temos em mãos uma víbora enquanto procurávamos aspargos.

O conhecimento enciclopédico, ao contrário, seria de natureza desordenada, de formato incontrolável, e praticamente deveria fazer parte do conhecimento enciclopédico de cão tudo o que sabemos e poderemos saber sobre os cães, até a particularidade por que minha irmã possui uma cadela chamada Best – em suma, um saber incontrolável até para Funes, o Memorável. Naturalmente não é bem assim, porque podemos considerar como conhecimentos enciclopédicos apenas o que a Comunidade de algum modo registrou publicamente (e, além disso, consideramos que a competência enciclopédica seja compartilhada por setores, conforme um tipo de divisão do trabalho lingüístico, ou ativada em diversos modos e formatos, segundo os contextos); mas é certo que podemos conhecer sempre novos fatos sobre objetos e eventos deste mundo, para não dizer de outros, e portanto não está errado quem acha o formato enciclopédico difícil de ser manejado.

(Eco: 1998: 192-193)

Novamente, a cooperatividade do leitor, a informatividade do texto e a eminência do autor hão de justificar a extensão da citação. Nela está presente outra versão da **tese da imanência**, diferente da que mencionamos na seção anterior: o linguístico, antes considerado isolável e suficiente em relação ao metalingüístico, agora é considerado isolável e suficiente em relação ao enciclopédico, o que sugere a possibilidade de uma teoria semântica que não leve em conta o conhecimento de mundo, porque, se o

enciclopédico é desordenado e ilimitado, não é viável inventariá-lo em torno do item lexical.

Então, é natural que o mentalismo gerativo adote a concepção dicionarística do significado lexical, dado seu compromisso com a tese universalista e o modelo de língua como cálculo, que, por definição, se dá em tempo real, o que exige operar sobre informação econômica e imediatamente acessável, assim como é esperado que a descrição gramatical baseada na tese da imanência aponte sempre para a primazia do linguístico sobre o enciclopédico:

Naturalmente, uma parte do significado do verbo deriva do conhecimento de mundo. No caso de aguar, existem diferentes especificações enciclopédicas. Por exemplo, aguar plantas não é o mesmo que aguar uma sopa, embora em ambos os casos o ato de verter água esteja envolvido. (BASILIO: 2007: 13)

Em outras palavras, admite-se que o conhecimento de mundo interfere em “uma parte do significado do verbo” *aguar*, mas não que seja ele que predomina no uso desse verbo, e sim o significado linguístico “ato de verter água”, sempre presente, ou não seria o verbo *aguar*.

O mesmo se dá quando se atribui aos substantivos deverbais o significado linguístico “ato/processo de X”, que, como também vimos, permite contemplar somente a interpretação verbal e retira do campo de visão todas as interpretações nominais. Ao acolher as diferentes interpretações nominais e relacioná-las com as interpretações verbais em regime de complementaridade, ampliamos a descrição semântica desses

substantivos, incorporando informações enciclopédicas, no que exercitamos a convicção de que:

*A distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento linguístico e extralinguístico) é altamente artificial, e a única concepção viável da semântica é uma que evite falsas dicotomias como essa e consequentemente seja de natureza **enciclopédica**.*¹²

(LANGACKER: 1987: 154)

Mas a que vem a distinção entre semântica e pragmática?

Vem somar-se à oposição entre significado linguístico e significado enciclopédico em reforço ao paradigma realista em sua aparência natural e incontroversa. Assim como se aprendeu a distinguir entre semântica e pragmática, entre léxico e gramática, entre competência e desempenho, têm-se agora de estranhar todas essas e outras distinções sustentadas no pressuposto de que a demarcação entre os terrenos é clara e de que o sujeito cognoscente é irrelevante para a concepção de significado. Portanto, a lógica segundo a qual o significado linguístico consiste no escopo da Semântica por ser universal e licenciador de usos é a mesma segundo a qual o significado enciclopédico consiste no escopo da Pragmática por ser contingente, contextual e às vezes soterrar o significado linguístico a que se sobrepõe.

Romper com essa lógica é romper com a teoria linguística em sua quase totalidade e exige a recuperação de alguns de seus capítulos para serem relidos com outra lente. No que diz respeito à natureza do significado, “(...) os cognitivistas afirmam que a semântica lexical é indubitavelmente enciclopédica (...)” (BASILIO: 2007: 10), e nossa

¹² *The distinction between semantics and pragmatics (or between linguistic and extralinguistic knowledge) is largely artificial, and the only viable conception of linguistic semantics is one that avoids such false dichotomies and is consequently **encyclopedic** in nature.*

adesão à Linguística Cognitiva consequentemente acarretaria concordância com essa afirmação. Entretanto, entendemos que problematizar a concepção de semântica lexical pode contribuir para os propósitos deste trabalho, já que, “(...) na crise dos fundamentos e diante do desafio da complexidade do real, todo conhecimento hoje necessita refletir sobre si mesmo, reconhecer-se, situar-se, problematizar-se” (MORIN: 2008: 34).

Ao fazê-lo, explicitemos que a razão da concepção de significado como “de natureza enciclopédica” vincula-se à persuasão de que “(...) o modo como pensamos quando fazemos exercícios de lógica (atividade recomendável), e o modo como respondemos a um exame de zoologia para o qual nos preparamos mnemonicamente, sem entender o que estamos falando (atitude criticável), não é o modo como raciocinamos para entender as palavras que usamos e os conceitos que lhes correspondem (...)” (Eco: 1998: 196). Dessa forma...

(...) o momento categorial e o observativo não se opõem como modos inconciliáveis de conhecimento, e nem sequer se justapõem por sincretismo: são dois modos complementares de considerar a nossa competência justamente porque (...) se envolvem mutuamente. (Eco: 1998: 213)

... o que implica admitir que...

Até o enunciado observativo isto é um ovo depende de convenções culturais mas, mesmo que ovo e mamífero sejam ambos conceitos que nascem de uma segmentação cultural do conteúdo, e mesmo que o próprio conceito de mamífero preste contas de um dado da experiência, é diferente a proximidade entre a construção do conceito e a experiência perceptiva (...) (Eco: 1998: 215)

... o que equivale a dizer que...

Quando dizemos que para decidir se um animal é ou não um MAMÍFERO, devemos recorrer a um sistema de convenções culturais (...) enquanto que para decidir se algo é um ovo intuitivamente confiamos na percepção e no conhecimento elementar da linguagem que estamos usando, dizemos algo que vai além da evidência intuitiva.
(Eco: 1998: 215)

Instaurar a nova lógica segundo a qual “o momento categorial e o observativo não se opõem como modos inconciliáveis de conhecimento” (Eco: 1998: 213) e até mesmo o mais observativo dos enunciados “depende de convenções culturais” (Eco: 1998: 215) equivale a reconhecer que os modelos semânticos baseados no conhecimento linguístico são hegemônicos, “Certamente não porque modelos desse tipo tenham se provado totalmente adequados e profundamente reveladores para todos os aspectos do significado e do uso”¹³ (LANGACKER: 1987: 156), e sim graças a decisões *a priori* sobre a natureza do significado, que ignoram “o modo como raciocinamos para entender as palavras que usamos e os conceitos que lhes correspondem” (Eco: 1998: 196).

Trata-se de mais um dos vários pontos de divergência entre a Linguística Cognitiva e a teoria linguística hegemônica anunciados por LANGACKER (1987: 1) na citação com que abrimos a seção 2.2. Em reforço à remissão a SAUSSURE (1916) por GOLDBERG (1995) na formulação do Princípio da Motivação Maximizada e à natureza metonímica do signo por BASILIO (2007), a concepção de significado como enciclopédico por LANGACKER (1987) nos parece delinear a dimensão semiológica da Linguística Cognitiva, saliente na seguinte passagem:

A enciclopédia é um postulado semiótico. Não no sentido de que não seja uma realidade semiótica: ela é o conjunto registrado de todas as interpretações, concebíveis objetivamente como a biblioteca das bibliotecas, onde uma biblioteca é

¹³ *Certainly not because models of this sort have proved themselves fully adequate and revelatory for all aspects of meaning and usage.*

também um arquivo de toda a informação não verbal de algum modo registrada, das pinturas rupestres às cinematecas. Mas deve permanecer um postulado porque de fato não é descritível na sua totalidade. As razões por que não é descritível são várias: a série das interpretações é indefinida e materialmente inclassificável; a enciclopédia como totalidade das interpretações contempla também interpretações contraditórias; a atividade textual que se elabora com base na enciclopédia, agindo sobre suas contradições e introduzindo nela continuamente novas segmentações do continuum, também com base em experiências progressivas, transforma com o tempo a enciclopédia, de modo que uma sua ideal representação global, se em algum caso fosse possível, seria já infiel no momento em que estivesse terminada; enfim, a enciclopédia como sistema objetivo das suas interpretações é 'possuída' de maneira diferente por seus diferentes usuários. (Eco: 1991: 113)

Essa definição de “enciclopédia” nos parece ir ao perfeito encontro da concepção de polissemia formulada por SOARES DA SILVA (2006), que citamos no capítulo anterior, na medida em que prevê um rol de significados capazes até de contradizerem-se, o que certamente não é previsto pela categorização aristotélica. A presença do *continuum*, por sua vez, nos parece mais um vestígio da dimensão semiológica da Linguística Cognitiva.

Assim, no contínuo semântica ⇔ pragmática, o significado se distribui de um extremo (**o polo semântico**) a outro (**o polo pragmático**) com ascendência do conhecimento de mundo em ambos os polos. No polo semântico, as propriedades obedeceriam a uma gradação das mais centrais, nos termos de LANGACKER (1987), ou não-canceláveis, nos termos de Eco (1998), às mais periféricas, nos termos de LANGACKER (1987), ou canceláveis, nos termos de Eco (1998), compondo **o significado convencional** dos itens lexicais. No polo pragmático, “(...) a conceptualização ricamente detalhada que constitui nosso pleno entendimento da expressão em contexto e inclui todos os aspectos relevantes da situação concebida”¹⁴ (LANGACKER: 1987: 157) comporia **o significado contextual** dos itens lexicais. Enfatizando a predominância do

¹⁴ (...) *the richly detailed conceptualization that constitutes our full understanding of the expression in context and includes all relevant aspects of the conceived situation.*

conhecimento de mundo nesse contínuo, LANGACKER (1987: 156) entende que somente “(...) uma concepção enciclopédica da semântica permite uma abordagem natural e unificada da estrutura da língua (...)”¹⁵.

Segundo essa lógica, formulamos a proposta de conceber como prototípica a interpretação verbal e como periférica a interpretação nominal, num tratamento “natural e unificado” da distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento. Certamente, tal tratamento herda as objeções levantadas contra a concepção enciclopédica do significado lexical. Vamos, então, recapitular as duas principais objeções que LANGACKER (1987: 154-166) examina e tentar implementar as respostas oferecidas na descrição dos substantivos deverbais em -ção e -mento.

A primeira objeção diz respeito à evocação de tudo que se sabe sobre um item lexical quando é usado, como Eco (1998: 192-193) jocosamente formula o conceito enciclopédico de *cão* acima. A essa objeção, LANGACKER (1987) responde com a hierarquização das propriedades de centrais a periféricas, numa aplicação da teoria dos protótipos à semântica lexical. A quem ocorrer que tal hierarquização seja idêntica à que existe no paradigma realista, convém ressaltar que é radicalmente distinta, já que, no paradigma realista, as entidades possuem ou não possuem propriedades, e, portanto, não há lugar para categorias que apresentem propriedades até certo ponto, que é exatamente o que propõe a teoria dos protótipos: as propriedades se distribuem radialmente das mais centrais às mais periféricas.

¹⁵ (...) *an encyclopedic conception of linguistic semantics permits a natural and unified account of language structure (...)*

De acordo com LANGACKER (1987), as propriedades centrais, que constituem o polo semântico, se subdividem em **convencionais, genéricas, intrínsecas e características**. Logo, não é de se estranhar a ênfase na interpretação verbal, visto que é a mais convencional, mais genérica, mais intrínseca e mais característica, razão pela qual a concebemos como prototípica.

A segunda objeção diz respeito à falta de base cognitiva para a concepção enciclopédica do significado lexical. O entendimento de um item lexical em uso dependeria do comparecimento de todas as informações enciclopédicas à interação para ser possível, o que não encontra respaldo nos experimentos cognitivos.

A essa objeção, LANGACKER (1987) responde apontando uma petição de princípio em sua formulação: a pressuposição da metáfora do conduto, a propósito da qual discutimos a noção de reflexividade na seção anterior, que é exatamente o que a concepção de significado como fundamentalmente enciclopédico pretende evitar. É porque se está pressupondo que itens lexicais portam significado que também se está cobrando que todas as informações enciclopédicas que comporiam seu significado estejam presentes em cada uso dos itens lexicais. Para evitar a metáfora do conduto, com sua pervasividade ensejada pela reflexividade das línguas naturais, o autor sugere a quem se oponha à adoção do significado enciclopédico pensar nos itens lexicais como pontos de acesso a uma rede de unidades simbólicas e na interação como ativação de um domínio primário para o entendimento dos itens lexicais.

Por exemplo, a metáfora do conduto exigiria que a ocorrência do substantivo *apartamento* num proferimento qualquer carregasse, ao mesmo tempo, a interpretação verbal e a interpretação nominal listada que destacamos no capítulo anterior. Alternativamente, o uso desse substantivo num proferimento qualquer deve ser concebido como a ativação de uma das interpretações como primária, responsável pela relativização dessa interpretação quanto ao *frame* da interação e pelos contrastes que se possam estabelecer entre esse e outros itens lexicais no domínio ativado.

Para superar as objeções, a concepção enciclopédica do significado lexical exige uma definição do polo semântico e do polo pragmático capaz de resistir a essas objeções.

*Vamos então delimitar o polo semântico de uma unidade simbólica da seguinte forma: a estrutura [X] figura **diretamente** na caracterização enciclopédica de uma unidade simbólica com nóculo de acesso [A] somente se há uma estrutura da forma [A ... X...] que tenha status de unidade; do contrário, só figura indiretamente e não é uma parte estabelecida do significado da unidade. Deve-se lembrar, contudo, que o status de unidade é uma questão de grau e é sujeito a mudança.*¹⁶

(LANGACKER: 1987: 165-166)

O polo pragmático é onde se constrói o significado contextual, e este...

*(...) é claramente enciclopédico em escopo e não pode ser determinado algorítmicamente como uma função composicional dos itens lexicais componentes (...) inclui particularidades da situação discursiva que não são linguisticamente codificadas (...) é frequentemente uma propriedade emergente: apesar de perfeitamente evidente em contexto e consistente com os significados dos itens empregados, vai além de qualquer coisa computável e previsível a partir de seus valores convencionais individuais.*¹⁷

(LANGACKER: 1987: 157-158)

¹⁶ *Let us therefore delimit the semantic pole of a symbolic unit in the following way: a structure [X] figures **directly** in the encyclopedic characterization of a symbolic unit with access node [A] only if there is a structure of the form [A... X...] that has unit status; otherwise it figures only indirectly and is not an established part of the unit's meaning. It must be remembered, though, that unit status is a matter of degree and subject to change.*

¹⁷ *Contextual meaning is clearly encyclopedic in scope and cannot be determined algorithmically as a compositional function of component lexical items (...) it includes particulars of the speech situation that are not linguistically encoded (...) is often an emergent property: though perfectly evident in context and*

Assim definidos, os polos semântico e pragmático consistem nos extremos do contínuo em que o significado lexical se distribui oferecendo pistas para o uso e recebendo aportes consistentes com suas propriedades centrais porém não computáveis ou previsíveis a partir delas. A descrição dos comportamentos semânticos dos substantivos deverbais em -ção e -mento que oferecemos no capítulo anterior consiste, portanto, na especificação das propriedades centrais de tais substantivos, que caracterizam sua distribuição no polo semântico.

Pensando assim, a polissemia, que acreditamos estar na base da concepção da nominalização verbal como um processo semântico, é concebida como um padrão de agregação de conhecimento de mundo à enciclopédia, em deriva semântica regulada pelo Princípio do Poder Expressivo Maximizado e pelo Princípio da Economia Maximizada, e não como sobreposição de significados figurados, imprevisíveis e idiossincráticos, a significados literais, previsíveis e regulares, em acidentes da história interna e da história externa. A composicionalidade, por sua vez, deve ser entendida como resultado de tal padrão de agregação:

Padrões de composicionalidade são representados na gramática como construções esquemáticas que especificam a integração de estruturas componentes e a relação que cada uma delas guarda com a estrutura composta. A existência de tais padrões não respalda a afirmação de que expressões compostas são totalmente composicionais, contudo, nem estabelece a natureza não-arbitrária das dicotomias exigidas para manter essa afirmação. Os fenômenos linguísticos se prestam mais facilmente a uma afirmação de composicionalidade parcial que a afirmação de composicionalidade total. Tal afirmação é perfeitamente natural à luz do fato de que a língua é aprendida e usada em contexto por falantes que trazem muitos sistemas de conhecimento compartilhado à atividade comunitária.¹⁸

consistent with the meanings of the lexical items employed, it goes beyond anything computable or predictable from their individual conventional values.

¹⁸ *Patterns of compositionality are represented in the grammar as schematic constructions that specify the integration of component structures and the relation that each of them bears to the composite structure. The existence of such patterns does not substantiate the claim that composite expressions are*

Essa afirmação de LANGACKER (1987) se opõe explicitamente ao princípio de composicionalidade clássico:

Segundo esse princípio, o significado de uma expressão complexa depende de modo regular do significado das expressões que a compõem e do modo como elas são combinadas sintaticamente. A sua primeira formulação clara encontra-se nas obras de G. Frege e toda teoria semântica o incorpora de alguma forma. De outro modo, é difícil imaginar como indivíduos com nossas limitações psicofísicas poderiam ter a capacidade de entender expressões sempre novas. (CHERCHIA: 2003: 39)

A “afirmação da composicionalidade total” é um dos “Dois Dogmas da Semântica Reificatória” segundo SINHA (1999). Para o autor, o outro dogma é exatamente o da autonomia do significado linguístico em relação ao conhecimento de mundo, conforme já discutimos.

4.3. Contraproposta não-representacionista

A ênfase dada ao léxico pela Linguística Cognitiva equivale à de certas abordagens gerativas, como, por exemplo, a da Linguística Léxico-Funcional, e o tratamento ao léxico assemelha-se, em vários aspectos, ao da teoria da entrada plena de Jackendoff por meio de regras de redundância (1975). (...) Finalmente, sua ênfase no uso da língua e sua visão de significado lexical apresentam muitos paralelos com as do segundo Wittgenstein (1953).¹⁹ (LANGACKER: 1987: 5)

O que LANGACKER (1987: 5) revela na citação com que abrimos esta seção enseja novas considerações sobre pontos de contato e de afastamento, na linha em que vimos

fully compositional, however, nor does it establish the nonarbitrary nature of the dichotomies required to maintain this claim. Linguistic phenomena lend themselves more easily to a claim of partial rather than full compositionality. Such a claim is perfectly natural in view of the fact that language is learned and used in context by speakers who bring many shared knowledge systems to the community endeavor.

¹⁹ *“The emphasis on lexicon in cognitive grammar parallels that of certain generative approaches, e.g. lexical-functional grammar (...), and its treatment is similar in various respects to Jackendoff’s full-entry proposal employing lexical redundancy rules (1975). (...) Finally, its emphasis on language use and its view of lexical meaning show many parallels to the later Wittgenstein (1953).”*

abordando autores e perspectivas teóricas neste trabalho. No que diz respeito a JACKENDOFF (1975), enfatizamos, desde a introdução do autor em nosso texto, a influência de sua contribuição e identificamos, quando da apresentação do Princípio da Motivação Maximizada, o que nos parece corresponder a tal contribuição na Linguística Cognitiva.

Agora, pretendemos fazer um percurso semelhante no que diz respeito a WITTGENSTEIN (1953). Uma apresentação que faça jus à proposta desse filósofo vai além dos limites deste trabalho e pode ser encontrada com tirocínio irreproduzível em MARTINS (1999). O contraste entre a tese da autora e a nossa é que a dela propõe "(...) a descrição do significado das palavras sob o modelo do dicionário numa perspectiva não representacionista da linguagem" (MARTINS: 1999: 12), enquanto a nossa propõe a descrição do significado das palavras sob o modelo da enciclopédia numa perspectiva representacionista da linguagem.

Até aqui, podemos identificar a Linguística Gerativa como MENTALISTA, UNIVERSALISTA e DICIONARÍSTICA e a Linguística Cognitiva como MENTALISTA, RELATIVISTA e ENCICLOPÉDICA. E é o mentalismo compartilhado que faz com que ambas as correntes do pensamento linguístico se baseiem na noção de REPRESENTAÇÃO, segundo a qual o significado goza de estabilidade na mente dos falantes, ressalvado que, a nosso ver, a versão representacionista gerativa coincide com a concepção entitativa do significado, enquanto a versão representacionista cognitivista coincide com a concepção não-entitativa do significado, compartilhada com a concepção não-representacionista da linguagem.

A rejeição à metáfora do conduto é o que nos leva a defender a posição de que a Linguística Cognitiva não adota uma concepção entitativa do significado embora adote a perspectiva representacionista da linguagem, diferentemente do que pensa MARTINS (1999) ao associar a perspectiva representacionista da linguagem à concepção entitativa do significado. Com isso, estamos propondo que se dissociem e que se considerem a perspectiva representacionista da linguagem como compartilhada entre a Linguística Cognitiva e a Linguística Gerativa e a concepção não-entitativa do significado como compartilhada entre a Linguística Cognitiva e a filosofia do segundo Wittgenstein.

Essa é uma leitura que nos permite concordar que a “(...) ênfase no uso e a visão de significado lexical apresenta muitos paralelos com as do segundo Wittgenstein (1953)” (LANGACKER: 1987: 5), mas não que isso equivalha a dizer que, “Para um grande número de casos – embora não para todos – em que empregamos a palavra ‘significado’, tal palavra pode ser definida assim: o significado de uma palavra é seu uso na língua” (WITTGENSTEIN: 1953: §43). A nosso ver, a incompatibilidade entre uma asserção e outra é radical por decorrer da oposição entre a perspectiva representacionista e a perspectiva não-representacionista de linguagem, oposição esta que torna “uso” em LANGACKER (1987) completamente diferente de “uso” em WITTGENSTEIN (1953).

“A idéia básica de que a estabilidade das palavras decorre de elas *representarem* regularmente algo que lhes é exterior parece (...) ser uma pressuposição generalizada na Lingüística, e sobretudo na semântica. Wittgenstein vai procurar subverter essa imagem” (MARTINS: 1999: 26). E a definição de *representação* que JAPIASSÚ & MARCONDES

(1996: 235) oferecem permite identificar a imagem e o ponto de partida para sua subversão:

Operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma idéia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, estabelecendo assim a relação entre a consciência e o real. A noção de representação geralmente define-se por analogia com a visão e com o ato de formar uma imagem de algo, tratando-se no caso de “uma imagem não-sensível, não-visual”. Esta noção tem um papel central no pensamento moderno, sobretudo no racionalismo cartesiano e na filosofia da consciência. Sob vários aspectos, entretanto, a relação de representação parece problemática, sendo por vezes entendida como uma relação causal entre o objeto externo e a consciência, por vezes como uma relação de correspondência ou semelhança. A principal dificuldade parece ser o pressuposto de que a consciência seria incapaz de apreender diretamente o objeto externo.

A partir dessa definição, podemos dizer que o mentalismo gerativo adota uma versão de representação que pressupõe a dicotomia mente/corpo instituída pelo “racionalismo cartesiano”; que o mentalismo cognitivista adota uma versão de representação que aprofunda a “analogia com a visão” a partir do experiencialismo que alimenta a Hipótese da Corporificação; e que a proposta do segundo Wittgenstein parte exatamente da negação à representação, o que traz inúmeras e complexas consequências para a Linguística ou a Filosofia que a aceite. Nessa proposta, o autor abandona o essencialismo presente na...

(...) visão de que é necessário haver algo comum a todas as instâncias de um conceito que explique por que elas recaem sob esse conceito, e de que a única explicação adequada ou legítima para uma palavra é uma definição analítica que estabeleça condições necessárias e suficientes para sua aplicação, o que implica que, por exemplo, as explicações com base em exemplos são inadequadas. Wittgenstein condena essa “atitude de desprezo para com o caso particular”, indicando que se baseia em um “desejo de generalidade” mal orientado.²⁰

(GLOCK: 1998: 324)

²⁰ Cf. LAKOFF (1987: 68): “Probably the best way to provide an idea of what ICMs are and how they work in categorization is to go through examples.”

Essa recusa ao essencialismo na categorização é outro ponto de aproximação entre a filosofia do segundo Wittgenstein e a Linguística Cognitiva, e a definição de *polissemia* formulada por SOARES DA SILVA (2006: 297), citada no capítulo anterior, apresenta o mesmo antiessencialismo presente na rejeição de WITTGENSTEIN (1953: § 66) a definir os jogos de linguagem a partir de “algo comum a todos”. Porém, em WITTGENSTEIN (1953), a revogação do “desejo de generalidade mal orientado” inclui a desistência de qualquer pretensão teórica. E, se a atenção dedicada pela Linguística Cognitiva ao uso pode ser entendida como um convite a “olhar e ver” (WITTGENSTEIN: 1953: § 66) “o modo como raciocinamos para entender as palavras que usamos e os conceitos que lhes correspondem (...)” (Eco: 1998: 196), nenhuma descrição do significado lexical que pressuponha a representação, inclusive a produzida sob a ótica cognitivista, mesmo que mais sensível ao uso que as teorias semânticas hegemônicas, poderá ser considerada wittgensteiniana. Ou, antes, nenhuma formulação com pretensão teórica, como a que postule “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem” (GOLDBERG: 1995: 67), poderá ser considerada wittgensteiniana.

O compromisso deste trabalho com a Linguística Cognitiva implica o compromisso com a noção de representação e, assim, confirma que “A adesão a *alguma* versão de representacionismo será (...) um ponto de convergência entre teorias diversas de persuasão gerativista (...) e muitas das teorias que vêm em reação a este paradigma (...)”, inclusive “(...) uma das vertentes alternativas mais radicalmente opostas à teoria gerativa – a abordagem cognitivista (...)” (MARTINS: 1999: 25). Para a autora, isso é o que torna tanto a Linguística Gerativa quanto a Linguística Cognitiva inaptas a dar

conta do significado nas línguas naturais, apesar reconhecer a inovação trazida por esta.

Mas, se “O cerne da crítica de Wittgenstein à concepção representacionista parece, com efeito, residir em sua oposição à idéia de que a significação é algo logicamente anterior à *praxis* lingüística” (MARTINS: 1999: 30), concordamos com a objeção ao modelo do cálculo e ressaltamos, como reconhece a autora, que a Linguística Cognitiva não concebe o conceito como anterior a tal *praxis*. Entre a versão forte do representacionismo adotado pela Linguística Gerativa – segundo a qual todos os significados possíveis estão especificados nas entradas lexicais, licenciam os usos e, assim, evitam a “dispersão semântica” (MARTINS: 1999: 20) – e o radical não-representacionismo – que vê a representação como quimera teórica devida a “um desejo de generalidade mal orientado” – parece-nos que a Linguística Cognitiva adota uma versão leve de representacionismo, em que as bases estáveis da significação (MCIs e EIs) dependem do encontro com as bases instáveis (espaços mentais e enquadres) para que a significação se realize no uso, e não antes dele. “Nesse sentido, pode-se dizer, talvez, que o cognitivismo inaugura uma forma de *neo-representacionismo* na Lingüística” (MARTINS: 1999: 63).

Se há consenso entre a Linguística Cognitiva e a proposta de WITTGENSTEIN (1953) quanto à “(...) linguagem ser um fenômeno *regulado*” (MARTINS: 1999: 31), o dissenso está no *status* representacional ou não-representacional das regras, o que salva a pretensão de conhecer ao permitir “(...) fazer generalizações, fornecer explicações *sobre* o uso da linguagem – e freqüentemente o fazemos, quando, por exemplo,

ensinamos a alguém o sentido de um termo, corrigimos um uso incorreto, etc.” (MARTINS: 1999: 42). A filiação da Linguística Cognitiva ao Funcionalismo, por sua vez, nos leva a acreditar que também há consenso em torno de que “A explicação que sou capaz de fornecer é, assim como a manifestação de um comportamento aceitável nas circunstâncias relevantes, um *correlato* da regra, mas não é *a regra*” (MARTINS: 1999: 43). E acreditamos em tal consenso, pois identificamos o convite a “(...) questionar nossa tendência a reificar regras” em MARTINS (1999: 43), do ponto de vista não-representacionista, como o combate aos “Dois Dogmas da Semântica Reificatória” em SINHA (1999), do ponto de vista representacionista a que aderimos.

Em outras palavras, se o compromisso com a Linguística Gerativa nos levaria a “Pensar na linguagem como tendo uma função eminentemente representativa (...)” (MARTINS: 1999: 45) – o que dependeria das dicotomias já discutidas, sobretudo a que separa língua e discurso e leva a “(...) falar do uso da linguagem em oposição a alguma coisa” (MARTINS: 1999: 44-45), sendo tal coisa a língua, o sistema preconfigurado que autoriza o discurso, considerado secundário ou discrepante – a Linguística Cognitiva nos leva a pensar na linguagem como tendo uma função eminentemente comunicativa do mundo compartilhado intersubjetivamente – o que depende de uma estabilidade conceitual, não alocada na mente de fora para dentro por imposição de um real dotado de essências ou por uma extrapolação da metáfora computacional (conforme denunciam BAKER & HACKER: 1984; STENLUND: 1990; MARTINS: 1999), e sim resultante de categorizações e conceptualizações do mundo que há, ou que enganosa e coletivamente acreditamos que haja, produzidas pela própria mente.

Assim, a tarefa de “trazer as palavras de uso metafísico de volta para seu uso cotidiano”, proposta por WITTGENSTEIN (1953: § 116), nos parece corresponder à tarefa de trazer as palavras do estado de dicionário de volta para as construções gramaticais que integram, proposta por GOLDBERG (1995, 2006), e exigir o aporte da enciclopédia sugerido por LANGACKER (1987) e PEETERS (2000). Com isso, “A filosofia de Wittgenstein e a Lingüística Cognitiva apontam igualmente para a inadequação da idéia de que a linguagem tem como função básica representar a realidade – de que é algo que existe, por assim dizer, no vácuo, podendo ser compreendida sem a consideração de seu uso pelos homens” (MARTINS: 1999: 64).

Expor nosso entendimento sobre o lugar de WITTGENSTEIN (1953) em relação à Linguística Cognitiva atende ao intuito de justificar por que discordamos tanto de que haja continuidade “De Wittgenstein a Rosch” quanto de qualquer atribuição a esse filósofo de uma inspiração para a Linguística Cognitiva, assim como atende ao interesse de esclarecer “as conseqüências teóricas de concordar com ou discordar das argumentações em questão” (KEMPSON: 1977: ix). E tal esclarecimento nos parece incluir o discernimento entre o mentalismo gerativista, comprometido com a abordagem modular no debate mente/cérebro e, por isso mesmo, filiado à tradição racionalista; o mentalismo cognitivista, comprometido com a abordagem conexionista no debate mente/cérebro, e “O filósofo (...) reconhece facilmente por trás do modelo conexionista um sabor empirista, perfeitamente oposto ao racionalismo chomskyano” (AUROUX: 1998: 313); e o pragmatismo radical proposto por WITTGENSTEIN (1953), onde, antes de haver oposição ou contínuo entre semântica e pragmática, sequer há

semântica, exatamente porque não há espaço para um sistema representacional a sustentar o uso de que o filósofo trata.

Ao dizermos que a Linguística Cognitiva se filia à tradição empirista, podemos criar dúvida sobre como pode ser, simultaneamente, mentalista, já que a única escola empirista até então, o Estruturalismo norte-americano, instituiu uma associação entre comportamentalismo e empirismo. A resposta a essa dúvida depende exatamente do entendimento de que não há qualquer vínculo entre o empirismo e o comportamentalismo; de que tal vínculo se deu acidentalmente na história da Linguística, notadamente em BLOOMFIELD (1933); de que, desde Locke, o empirismo é mentalista, como na Linguística Cognitiva, tanto quanto o racionalismo, como na Linguística Gerativa; e de que o pragmatismo wittgensteiniano não se identifica nem com o racionalismo nem com o empirismo precisamente porque se insurge contra ambos.

4.4. Conclusão do capítulo

Neste capítulo, procuramos evitar a desconfortável situação expressa por QUINE (1980) de que, “Na falta de uma explicação satisfatória para a noção de significado, os lingüistas que atuam na área da semântica encontram-se na situação de não saber do que estão falando”. A saída nos pareceu estar na sugestão de LANGACKER (1987: 1) a que se ceda “(...) prioridade a uma necessidade muito mais básica: esclarecimento conceitual de questões fundamentais”²¹.

²¹ Ver nota 7 do capítulo 2.

Da “ponte entre a linguística e a filosofia”, começamos por explicitar nosso desconforto inevitável ao falarmos de substantivos, em geral, e de substantivos abstratos, em particular, para chegarmos à identificação do papel da reflexividade e da metonímia na nominalização de verbos. Na seção 4.1, afigurou-se a primeira versão da tese da imanência, que, junto com TAYLOR (2000), rejeitamos.

Retomamos, então, a clássica oposição entre dicionário e enciclopédia, que sustenta a oposição entre significado linguístico e significado enciclopédico, para explicitar a implementação da concepção enciclopédica do significado lexical no tratamento da distribuição semântica entre substantivos em -ção e -mento. Na seção 4.2, afigurou-se a segunda versão da tese da imanência, que, junto com LANGACKER (1987), rejeitamos.

Por fim, apresentamos, em linhas muito gerais, a proposta radicalmente não-representacionista de WITTGENSTEIN (1953), a fim de ratificar que a concepção de significado proposta pela Linguística Cognitiva não é conciliável com a concepção de significado proposta pelo segundo Wittgenstein, por mais que ambas apresentem vários pontos de aproximação, sobretudo no que tange à atenção ao uso da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que um único verbo dá origem a mais de um substantivo em português, como *requerimento* e *requisição* a partir de *requerer*, *monitoração* e *monitoramento* a partir de *monitorar*, *recepção* e *recebimento* a partir de *receber*, entre tantos outros exemplos? A partir dessa pergunta, selecionamos algumas das principais contribuições da Teoria Gerativa ao estudo do léxico, com especial atenção às de JACKENDOFF (1975) e ARONOFF (1976), e ensejamos um diálogo entre tais contribuições e as de autores que vêm desenvolvendo a Linguística Cognitiva, como LANGACKER (1987, 1991, 2008) e GOLDBERG (1995, 2006), diálogo este que se iniciou no capítulo 2 e concluiu-se no capítulo 4. Pudemos, assim, fundamentar nosso compromisso com a Linguística Cognitiva e as hipóteses do trabalho, das quais três se sustaram à luz dos dados e uma acabou sendo abandonada.

O compromisso com a Linguística Cognitiva nos levou a tratar a nominalização de verbos não mais como um fenômeno morfológico sensível ao fator semântico, como defendido por BASILIO (1980, 1987, 1993, 1996, 2004), e sim como um fenômeno semântico com repercussão morfológica, dedicado a suprir lacunas de significado no léxico, ou, em termos mais técnicos, a converter escaneamento dinâmico em escaneamento estático (LANGACKER: 1987, 1991, 2008). Sendo assim, não nos parece possível continuar a dizer que *declaração* é a nominalização de *declarar* ou que *diversão* e *divertimento* são nominalizações de *divertir*, e sim que *declaração* é a nominalização de todos os significados de *declarar*, enquanto *diversão* é a nominalização de alguns significados de *divertir* e *divertimento* a de outros. Com isso,

propusemos que a relação V-N passe a ser entendida como uma rede de significados prototípicos e periféricos, em que a mudança de classe é um epifenômeno e a polissemia se manifesta em duas instâncias: a dos verbos derivantes e a dos substantivos derivados.

Dessa forma, a concepção da nominalização de verbos como um fenômeno semântico reafirma o movimento que a teoria linguística vem consolidando no sentido de substituir uma abordagem que privilegia a homonímia por uma abordagem que privilegia a polissemia (SOARES DA SILVA: 2006, CORREIA: 2004), corrobora o pressuposto da motivação semântica da gramática (LANGACKER: 1987, 1991; LAKOFF: 1987; FAUCONNIER & TURNER: 2002, 2006) e cria espaço para a abordagem da inteligibilidade mútua entre variedades nacionais do português, como resultante da polissemia sistemática dos substantivos deverbais (BASILIO: 2004, 2005a, 2005b). Segundo nos parece, permite, ainda, a preservação da distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal, sendo as possibilidades de interpretação verbal correspondentes a diferentes perfilamentos da cena agentiva e a listagem de interpretações nominais devidas à participação da metonímia na constituição do léxico (BASILIO: 2007, PEIRSMAN & GEERAERTS: 2006).

No âmbito descritivo, desenvolvemos duas análises possíveis: uma em que os sufixos -ção e -mento são considerados não-especializados e outra em que são considerados especializados semanticamente. Entretanto, a análise dos dados revelou mais adequada a segunda análise possível. A partir dela, identificamos as seguintes características morfossemânticas: a oposição todo/parte como decorrência da

oposição concluso/inconcluso na origem dos sufixos; a oposição neutro/pejorativo como evidência de expressão morfológica da subjetividade; a alternância da listagem entre substantivos em -ção e substantivos em -mento; o papel da analogia; e a recursividade entre os sufixos.

Do ponto de vista linguístico-filosófico que adotamos, tais propriedades respondem pela distribuição semântica das construções gramaticais em -ção e -mento e convidam a contemplar, unificadamente, a reflexividade, a metonímia, o conhecimento de mundo e a expressão da subjetividade de um ponto de vista mentalista, empirista e representacionista de linguagem.

Iniciamos este trabalho reconhecendo que a nominalização é um tema clássico em Linguística. A nominalização de verbos, especificamente, começou sendo tratada como um fenômeno sintático nos primórdios da Linguística Gerativa. A partir de CHOMSKY (1970), passou a ser tratada como fenômeno morfológico regular, em contraste a um léxico caracterizado pela irregularidade. A partir de BASILIO (1980), consagrou-se nos estudos descritivos do português como fenômeno morfológico a serviço da expansão de um léxico caracterizado pela regularidade. Nossa proposta de concebê-la como fenômeno semântico com repercussão morfológica apenas revela o quão fascinante e relevante é o tema.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Stephen. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1976.

AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKER, Gordon & HACKER, Peter. *Language, sense and nonsense: a critical investigation into modern theories of language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

BARRETO, Beatriz de Castro. *A nominalização no texto dissertativo: um estudo dos padrões sintáticos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, orientadora: Margarida Basilio, 1984.

BASILIO, Marcos. *A função textual da nominalização deverbal em português*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, orientador: Carlos Alexandre Gonçalves, 2003.

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Produtividade, função e produção lexical no português falado. In *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas: UNICAMP/IEL, p. 27-36, 1993.

_____. Formação e uso da nominalização deverbal sufixal no português falado. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de & BASILIO, Margarida (Org.). *Gramática do português falado, vol. IV: estudos descritivos*. São Paulo/Campinas: FAPESP/ UNICAMP, p. 223-233, 1996.

_____. *A Morfologia no Brasil: indicadores e questões*. In Revista DELTA, vol. 15, número especial, p. 53-70, 1999.

_____. *Expressões dar uma x-da: uma verificada informal*. GT Descrição do Português, subgrupo Lexicalização, Encontro Nacional da ANPOLL, Universidade Federal Fluminense, junho de 2000.

_____. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. In OLIVEIRA, Roberta Pires de Oliveira & NICOLACÓPULOS, Apóstolo (Org.). *Semantics: Lexicon, Grammar and Use*, nº 47. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 49-71, 2004.

_____. Polisssemia real e polisssemia virtual em construções lexicais. In HENRIQUES, C. C. & SIMÕES, D. (Org.). *Língua portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005a.

_____. Estrutura lingüística e conhecimento do mundo nas construções lexicais. In MIRANDA, Neusa Salim & NAME, Maria Cristina (Org.). *Lingüística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005b.

_____. Metaphor and metonymy in word formation. In Revista DELTA, vol. 22, número especial, p. 67-80, 2006.

_____. O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português. In Revista da ABRALIN, vol. VI, nº 2, 2007.

BENVENISTE, Émile. Da subjectividade na linguagem. In SEIXO, Maria Alzira (Org.). *O homem na linguagem*. Tradução: Isabel Maria Lucas Pascoal. Lisboa: Vega, edição traduzida sem data, p. 49-57 [1966].

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, reimpressão de 1997 [1933].

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Tradução: Aída Ferraz e outros. São Paulo: EDUC, 1992 [1897].

BRINTON, Laurel J. & TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Lexicalization and language change*. Research Surveys in Linguistics, Cambridge University Press, 2005.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da lingüística*. 4 ed. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.

CHERCHIA, Gennaro. Três abordagens para a semântica e seus limites. In *Semântica*. Tradução: Luis Arthur Pagani, Lígia Negri & Rodolfo Ilari. Revisão técnica: Rodolfo Ilari. Campinas: Editora UNICAMP & Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn & Co, 1970.

_____. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.

CORREIA, Margarita. *Denominação e construção de palavras: o caso dos nomes de qualidade em português*. Lisboa: Colibri, 2004.

DI SCIULLO, Anna Maria & WILLIAMS, Edwin. *On the definition of word*. Linguistic Inquiry Monograph 14. Massachusetts: MIT Press, 1987.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Tradução: Mariarosaria Fabris e Jose Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Kant e o ornitorrinco*. Tradução: Ana Thereza Vieira. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Perseus Books Group, 2002.

_____. Conceptual integration networks. In GEERAERTS, Dirk (Ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. Versão 5.11a. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

FILLMORE, Charles. The case for case reopened. In COLE, P. (Ed.) *Syntax and Semantics 8: grammatical relations*. New York: Academic Press, 59-81, 1977.

_____. Innocence: a second idealization for linguistics. In *Proceedings of the annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. University of California, Berkeley, 1979.

FRASER, Bruce. Some remarks on the action nominalization. In *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn & Co, 1970.

FREGE, Gotlob. Sobre o sentido e a referência. In *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1976.

FROTA, Maria Paula. *A expressão do pejorativo em construções morfológicas*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, orientadora: Margarida Basilio, 1985.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução: Helena Martins. Revisão técnica: Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Editora da Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

HARRIS, Roy. *Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words*. London & New York: Routledge, 1988.

ILARI, Rodolfo. *Linguagem, atividade constitutiva: idéias e leituras de um aprendiz*. In *Revista Letras, Curitiba*, vol. 61, nº especial, p. 45-76, 2003.

JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. In BRIGHT, William *et alii* (Ed.). *Language: Journal of the Linguistic Society of America*, vol. 51, n. 3. Baltimore: Waverly Press Incorporated, p. 639-671, 1975.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. New York: Norton, 1965 [1924].

KEMPSON, Ruth. *Semantic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. The relation between language, mind, and reality. In *Mental representations: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Vol. I. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. *Foundations of cognitive grammar: descriptive application*. Vol. II. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. Sequential and summary scanning: a reply. In *Cognitive Linguistics*, vol. 19-4, p. 571-584, 2008.

LEECH, Geoffrey. *Semantics: the study of meaning*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977.

LEHMANN, C. New reflections on grammaticalization and lexicalization. In WISCHER, I.; DIEWALD, G. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

LEHRER, Adrienne. Polysemy in derivational affixes. In NERLICH, B. *et alii*. *Polysemy: flexible patterns of meaning in mind and language*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003.

LEMOS DE SOUZA, Janderson. *Lexicalização e locuções adverbiais na língua portuguesa*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, orientadora: Margarida Basilio, 2001.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 [1963].

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, reimpressão de 2001.

MACHADO, Mônica de Toledo Piza Costa. *As formações agentivas em português: uma visão otimalista e cognitivista para fenômenos morfológicos*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado, orientador: Carlos Alexandre Gonçalves, co-orientadora: Maria Lucia Leitão de Almeida, 2005.

MARCONDES, Danilo. *A relevância da discussão cética sobre a natureza do signo*. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP, 1999.

MARMARIDOU, Sophia. *Pragmatic meaning and cognition*. Pragmatics and Beyond New Series, 72, 2000.

MARTINS, Helena. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma apresentação não-representacionista*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado, orientadora: Margarida Basilio, 1999.

MINEIRO, Ana et alii. *Hiponímia e meronímia num corpus da Náutica em português europeu*. Comunicação apresentada no IX Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Barcelona, 2004.

MORIN, Edgar. *O método 3: conhecimento do conhecimento*. 4 ed. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado, orientadora: Maria Lucia Leitão de Almeida, co-orientador: Carlos Alexandre Gonçalves, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. Da retórica. Tradução: Tito Cardoso Cunha. In Cadernos de Tradução da USP, nº 4. São Paulo: EdUSP, 1999 [1896].

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. 3 ed. Rio de Janeiro, Enciclopédia Didática Brasileira, série B, nº 2, 1926.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. In *Estudos Lingüísticos XXXVI*, p. 87-96, 2007.

PEETERS, B (Org.). Setting the scene: some recent milestones in the lexicon-encyclopedia debate. In *The lexicon-encyclopedia interface*. Current Research in the Semantics/Pragmatics Interface, 5. Oxford: Elsevier Science, 2000.

PEIRSMAN, Yves & GEERAERTS, Dirk. Metonymy as a prototypical category. In *Cognitive linguistics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, vol. 17-3, p. 269-316, 2006.

QUINE, Willard von Orman. The problem of meaning in linguistics. In *From a logical point of view: nine logico-philosophical essays*. 2 ed. Massachusetts: Harvard University Press, 1980.

REDDY, Michael. *A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem*. Tradução: Ilesca Holsbach, Fabiano Gonçalves, Marcela Miglivacca e Pedro Garcez. In *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, nº 9, 2000 [1979].

REZENDE, Letícia Marcondes. Uma abordagem enunciativa da nominalização. In *HORA, Dermeval da (Org.). Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN*. Vol. 2. João Pessoa: Ideia, p. 3715-3719, 2009.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.

ROBINS, Robert Henry. *A short history of linguistics*. 4 ed. London: Longman, 1997.

SANDMANN, José Antônio. *Competência lexical*. Curitiba: Editora da UFPR, 1991.

SAPIR, Edward. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace, and World, 1921.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 20 ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1997 [1916].

SINHA, Chris. Grounding, mapping and acts of meaning. In *JANSSEN, Theo & REDEKER, Gisela (Ed.) Cognitive Linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, p. 223-255, 1999.

SOARES DA SILVA, Augusto. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

STENLUND, Sören. *Language and philosophical problems*. London & New York: Routledge, 1990.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge studies in linguistics 54, Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, Talbot J. Language constructing language: the implications of reflexivity for linguistic theory. *Language Sciences* 22, p. 483-499, 2000.

VILLALVA, Alina. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VIVAS, Vitor. A instabilidade categorial do particípio passado: uma visão cognitivista. In ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de *et alii* (Org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: PublIt, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. 3 ed. Translation: G. E. M. Anscombe. London: Prentice-Hall International Limited, 1958 [1953].

ANEXO I

1. Co-ocorrência entre -ção e -mento:

➤ <i>abalroação</i>	<i>abalroamento</i>
➤ <i>abandalhação</i>	<i>abandalhamento</i>
➤ <i>abjuração</i>	<i>abjuramento</i>
➤ <i>abolição</i>	<i>abolimento</i>
➤ <i>abonação</i>	<i>abonamento</i>
➤ <i>ab-rogação</i>	<i>ab-rogamento</i>
➤ <i>abstração</i>	<i>abstraimento</i>
➤ <i>acanhação</i>	<i>acanhamento</i>
➤ <i>acareação</i>	<i>acareamento</i>
➤ <i>acasalação</i>	<i>acasalamento</i>
➤ <i>aceiração</i>	<i>aceiramento</i>
➤ <i>aceleração</i>	<i>aceleramento</i>
➤ <i>acendimento</i>	<i>acensão</i>
➤ <i>aclaração</i>	<i>aclareamento</i>
➤ <i>aclimação</i>	<i>aclimamento</i>
➤ <i>acomodação</i>	<i>acomodamento</i>
➤ <i>acompadração</i>	<i>acompadramento</i>
➤ <i>acondicionação</i>	<i>acondicionamento</i>
➤ <i>acuação</i>	<i>acuamento</i>
➤ <i>acusação</i>	<i>acusamento</i>
➤ <i>adestração</i>	<i>adestramento</i>
➤ <i>adição</i>	<i>adicionamento</i>
➤ <i>adjetivação</i>	<i>adjetivamento</i>
➤ <i>adunação</i>	<i>adunamento</i>
➤ <i>aferição</i>	<i>aferimento</i>
➤ <i>afiação</i>	<i>afiamento</i>
➤ <i>aflição</i>	<i>afligimento</i>
➤ <i>afloração</i>	<i>afloramento</i>
➤ <i>aforação</i>	<i>aforamento</i>
➤ <i>afrontação</i>	<i>afrontamento</i>
➤ <i>agarração</i>	<i>agarramento</i>
➤ <i>agenciação</i>	<i>agenciamento</i>
➤ <i>agitação</i>	<i>agitamento</i>
➤ <i>aglutinação</i>	<i>aglutinamento</i>
➤ <i>ajeitação</i>	<i>ajeitamento</i>
➤ <i>alceação</i>	<i>alceamento</i>
➤ <i>aleitação</i>	<i>aleitamento</i>
➤ <i>alfabetação</i>	<i>alfabetamento</i>
➤ <i>alheação</i>	<i>alheamento</i>
➤ <i>aliciação</i>	<i>aliciamento</i>
➤ <i>alijação</i>	<i>alijamento</i>
➤ <i>aliteração</i>	<i>aliteramento</i>
➤ <i>alojação</i>	<i>alojamento</i>

➤ <i>alucinação</i>	<i>alucinamento</i>
➤ <i>alugação</i>	<i>alugamento</i>
➤ <i>aluição</i>	<i>aluímento</i>
➤ <i>aluminação</i>	<i>alumiamento</i>
➤ <i>alvidração</i>	<i>alvidramento</i>
➤ <i>amontoação</i>	<i>amontoamento</i>
➤ <i>amotinação</i>	<i>amotinamento</i>
➤ <i>angariação</i>	<i>angariamento</i>
➤ <i>aniquilação</i>	<i>aniquilamento</i>
➤ <i>apalpação</i>	<i>apalpamento</i>
➤ <i>apartação</i>	<i>apartamento</i>
➤ <i>apassivação</i>	<i>apassivamento</i>
➤ <i>apegação</i>	<i>apegamento</i>
➤ <i>apelação</i>	<i>apelamento</i>
➤ <i>apensação</i>	<i>apensamento</i>
➤ <i>apercepção</i>	<i>apercebimento</i>
➤ <i>aplanação</i>	<i>aplanamento / aplainamento</i>
➤ <i>aporrinhação</i>	<i>aporrinhamento</i>
➤ <i>aposentação</i>	<i>aposentamento</i>
➤ <i>apuração</i>	<i>apuramento</i>
➤ <i>aquilatação</i>	<i>aquilatamento</i>
➤ <i>armação</i>	<i>armamento</i>
➤ <i>arrebentação</i>	<i>arrebentamento</i>
➤ <i>arrecadação</i>	<i>arrecadamento</i>
➤ <i>arrendação</i>	<i>arrendamento</i>
➤ <i>arrepelação</i>	<i>arrepelamento</i>
➤ <i>arruação</i>	<i>arruamento</i>
➤ <i>arruição</i>	<i>arruinamento</i>
➤ <i>aspersão</i>	<i>aspergimento</i>
➤ <i>asseguração</i>	<i>asseguramento</i>
➤ <i>assinalação</i>	<i>assinalamento</i>
➤ <i>assolação</i>	<i>assolamento</i>
➤ <i>assombração</i>	<i>assombramento</i>
➤ <i>atração</i>	<i>atramento</i>
➤ <i>avacalhação</i>	<i>avacalhamento</i>
➤ <i>averbação</i>	<i>averbamento</i>
➤ <i>aviltação</i>	<i>aviltamento</i>

2. Co-ocorrência entre -ção e -agem:

➤ <i>acetinação</i>	<i>acetinagem</i>
➤ <i>adubação</i>	<i>adubagem</i>
➤ <i>aeração</i>	<i>aeragem</i>
➤ <i>aluminação</i>	<i>aluminagem</i>
➤ <i>ancoragem</i>	<i>ancoragem</i>
➤ <i>aparação</i>	<i>aparagem</i>
➤ <i>apropriação</i>	<i>apropriagem</i>

3. Co-ocorrência entre -mento e -agem:

- *açudamento* *açudagem*
- *adoçamento* *adoçagem*
- *aguamento* *aguagem*
- *alfandegamento* *alfandegagem*
- *asfaltamento* *asfaltagem*

4. Co-ocorrência entre -ção e -(d/t)ura:

- *afumação* *afumadura*
- *agrimensão* *agrimensura*
- *amolação* *amoladura*
- *amolgação* *amolgadura*
- *assinacção* *assinatura*
- *avocação* *avocatura*

5. Co-ocorrência entre -mento e -(d/t)ura:

- *açacalamento* *açacaladura*
- *acafelamento* *acafeladura*
- *achatamento* *achatadura*
- *acicalamento* *acicaladura*
- *acotovelamento* *acotoveladura*
- *agatanhamento* *agatanhadura*
- *alambicamento* *alambicadura*
- *alimpamento* *alimpadura*
- *arrasamento* *arrasadura*
- *arrugamento* *arrugadura*
- *assoalhamento* *assoalhadura*
- *atamento* *atadura*

6. Co-ocorrência entre -ção e -nc(i)a:

- *alternação* *alternância*
- *aspiração* *aspirância*
- *audição* *audiência*

7. Co-ocorrência entre -mento e -nc(i)a:

- *abastamento* *abastança*
- *adimplemento* *adimplência*
- *andamento* *andança*
- *ardimento* *ardência*

8. Co-ocorrência entre -ção e -ia:

- *agalactação* *agalactia*
- *agoniação* *agonia*

9. Co-ocorrência entre -mento e -ia:

- *albergamento* *albergaria*
- *assessoramento* *assessoria*

10. Co-ocorrência entre -ção e -tiva:

- *afirmação* *afirmativa*

11. Co-ocorrência entre -ção e derivação regressiva:

- *abusão* *abuso*
- *acessão* *acesso*
- *acumulação* *acúmulo*
- *amanhação* *amanho*
- *arrematação* *arremate*
- *arrenegação* *arrenego*
- *arrumação* *arrumo*
- *atrapalhação* *atrapalho*
- *aumentação* *aumento*
- *auscultação* *ausculta*

12. Co-ocorrência entre -mento e derivação regressiva:

- *abandonamento* *abandono*
- *abortamento* *aborto*
- *acatamento* *acato*
- *acendamento* *aceno*
- *acertamento* *acerto*
- *achamento* *achado*
- *acorrimento* *acorro*
- *acossamento* *acosso*
- *adornamento* *adorno*
- *afincamento* *afinco*
- *aforramento* *aforro*
- *aguardamento* *aguardo*
- *alindamento* *alinde*
- *alvitramento* *alvitre*
- *amuamento* *amuo*
- *anojamento* *anojo*
- *apoioamento* *apoio*
- *aprestamento* *apresto*
- *arejamento* *arejo*

➤	<i>arquejamento</i>	<i>arquejo</i>
➤	<i>arrançamento</i>	<i>arranjo</i>
➤	<i>arrebato</i>	<i>arrebato</i>
➤	<i>arremessamento</i>	<i>arremesso</i>
➤	<i>arrolhamento</i>	<i>arrolho</i>
➤	<i>arroubamento</i>	<i>arroubo</i>
➤	<i>assanhamento</i>	<i>assanho</i>
➤	<i>atalhamento</i>	<i>atalho</i>
➤	<i>ataviamento</i>	<i>atavio</i>
➤	<i>atrasamento</i>	<i>atraso</i>
➤	<i>atracamento</i>	<i>atracamento</i>
➤	<i>atulhamento</i>	<i>atulho</i>
➤	<i>avançamento</i>	<i>avance / avanço</i>
➤	<i>avisamento</i>	<i>aviso</i>

13. Co-ocorrência entre -ção e particípio passado:

➤	<i>aglomeração</i>	<i>aglomerado</i>
➤	<i>atrição</i>	<i>atrito</i>

14. Co-ocorrência entre -mento e particípio passado:

➤	<i>arraçoamento</i>	<i>arraçoado</i>
---	---------------------	------------------

15. Co-ocorrência entre -mento e -a/ida:

➤	<i>azoamento</i>	<i>azoadada</i>
---	------------------	-----------------

16. Co-ocorrência entre -ção, -mento e -agem:

➤	<i>aceração</i>	<i>aceramento</i>	<i>aceragem</i>
➤	<i>acoplação</i>	<i>acoplamento</i>	<i>acoplagem</i>
➤	<i>afinação</i>	<i>afinamento</i>	<i>afinagem</i>
➤	<i>arbitração</i>	<i>arbitramento</i>	<i>arbitragem</i>

17. Co-ocorrência ente -ção, -mento e -nc(i)a:

➤	<i>absorção</i>	<i>absorvimento</i>	<i>absorvência</i>
➤	<i>advertência</i>	<i>advertimento</i>	<i>advertência</i>
➤	<i>aparência</i>	<i>aparecimento</i>	<i>aparência</i>

18. Co-ocorrência entre -ção, -mento e derivação regressiva:

➤	<i>aceitação</i>	<i>aceitamento</i>	<i>aceite</i>
➤	<i>achincalhamento</i>	<i>achincalhamento</i>	<i>achincalhe</i>
➤	<i>afobamento</i>	<i>afobamento</i>	<i>afobo</i>
➤	<i>agravamento</i>	<i>agravamento</i>	<i>agravo</i>

➤ <i>alagação</i>	<i>alagamento</i>	<i>alago</i>
➤ <i>aliviação</i>	<i>aliviamento</i>	<i>alívio</i>
➤ <i>aperreação</i>	<i>aperreamento</i>	<i>aperreio</i>
➤ <i>arrançamento</i>	<i>arranchamento</i>	<i>arrancho</i>
➤ <i>arreação</i>	<i>arreamento</i>	<i>arreio</i>
➤ <i>ascensão</i>	<i>ascendimento</i>	<i>ascenso</i>
➤ <i>atropelamento</i>	<i>atropelamento</i>	<i>atropelo</i>

19. Co-ocorrência entre -ção, -mento e -(d/t)ura:

➤ <i>abafação</i>	<i>abafamento</i>	<i>abafadura</i>
➤ <i>abanação</i>	<i>abanamento</i>	<i>abanadura</i>
➤ <i>abotoação</i>	<i>abotoamento</i>	<i>abotoadura</i>
➤ <i>abreviação</i>	<i>abreviamento</i>	<i>abreviatura</i>

20. Co-ocorrência entre -ção, -nc(i)a e derivação regressiva:

➤ <i>arrogação</i>	<i>arrogância</i>	<i>arrego</i>
--------------------	-------------------	---------------

21. Co-ocorrência entre -mento, -agem e derivação regressiva:

➤ <i>acostamento</i>	<i>acostagem</i>	<i>acosto</i>
➤ <i>ajustamento</i>	<i>ajustagem</i>	<i>ajuste</i>

22. Co-ocorrência entre -mento, -ato e derivação regressiva:

➤ <i>assassinamento</i>	<i>assassinato</i>	<i>assassínio</i>
-------------------------	--------------------	-------------------

23. Co-ocorrência entre -mento, -(d/t)ura e derivação regressiva:

➤ <i>acarretamento</i>	<i>acarretadura</i>	<i>acarreto</i>
➤ <i>afogamento</i>	<i>afogadura</i>	<i>afogo</i>
➤ <i>alcançamento</i>	<i>alcançadura</i>	<i>alcance / alcanço</i>
➤ <i>apojamento</i>	<i>apojadura</i>	<i>apojo</i>
➤ <i>arrastamento</i>	<i>arrastadura</i>	<i>arraste / arrasto</i>
➤ <i>arrepimento</i>	<i>arrepidura</i>	<i>arrepio</i>
➤ <i>arrojamento</i>	<i>arrojadura</i>	<i>arrojo</i>
➤ <i>assopramento</i>	<i>assopradura</i>	<i>assopro</i>

24. Co-ocorrência entre -mento, -(d/t)ura e participio passado:

➤ <i>amassamento</i>	<i>amassadura</i>	<i>amassado</i>
----------------------	-------------------	-----------------

25. Co-ocorrência entre -mento, -(d/t)ura e -a/ida:

➤ <i>arremetimento</i>	<i>arremetedura</i>	<i>arremetida</i>
------------------------	---------------------	-------------------

26. Co-ocorrência entre -mento, -(d/t)ura, derivação regressiva e -a/ida:

➤ *arrancamento arrancadura arranca / arranco arrancada*

27. Co-ocorrência entre -ção, -mento, -(d/t)ura e derivação regressiva:

➤ *apanhação apanhamento apanhadura apanha
apanho*

➤ *arqueação arqueamento arqueadura arqueio*

28. Co-ocorrência entre -ção, -mento, -agem e derivação regressiva:

➤ *açambarcação açambarcamento açambarcagem açambarque*

29. Co-ocorrência entre -ção, -mento, -agem e -(d/t)ura:

➤ *alçação alçamento alçagem alçadura*

COMPARTILHAMENTO DA INTERPRETAÇÃO VERBAL

➤ *internação / internamento*

internação

[De *internar* + *-ção*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de internar(-se); internamento.

internamento

[De *internar* + *-mento*.]

Substantivo masculino.

1. Internação.

➤ *monitoração / monitoramento*

monitoração

[De *monitorar* + *-ção*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de monitorar; monitoramento, monitorização.

monitoramento

[De *monitorar* + *-mento*.]

Substantivo masculino.

1. V. **monitoração**:

"Em sua opinião [De Mário Henrique Simonsen], ao recusar o monitoramento do FMI, o Brasil perdeu mais do que ganhou na rolagem da dívida." (Rubeny Goulart, em *Veja*, 7.1.1987.).

➤ *ordenação / ordenamento*

ordenação

[Do lat. *ordinatione*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de ordenar; ordenamento.

2. V. **ordem** (8).

3. Boa disposição; arranjo metódico; arrumação, ordem.

4. Lit. Colação de ordens eclesiásticas.

5. Mat. Organização dos elementos de um conjunto de acordo com uma relação de ordem com a qual se atribui, em geral, a todo elemento, um antecedente e um sucessor. ~ V.

ordenações.

ordenamento

[De *ordenar* + *-mento*.]

Substantivo masculino.

1. Ordenação (1).

2. Método ou conjunto de preceitos que se devem observar no tratamento e exploração das matas.

➤ *recepção / recebimento*

recepção

[Do lat. *receptione*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de receber:

Você não acusou a recepção da minha carta.

2. Seção, em escritório, hotel, hospital, em congressos, etc., que se encarrega de receber as pessoas, receber e distribuir a correspondência e encomendas, dar informações, etc.:

A recepção do hotel fecha à meia-noite.

3. P. ext. Os empregados da seção de recepção; os recepcionistas:

A recepção o informará dos preços do hotel.

4. Ato de receber convidados em casa:

Reservo as noites de sábado para a recepção de meus amigos.

5. Reunião mundana organizada em casa de residência, em clube, etc., por alguém:

Foi muito concorrida a recepção de ontem na Embaixada da Itália.

6. O receber alguém, ou ser recebido, em círculo literário ou artístico, em academia, em clube, etc.:

O discurso de recepção do novo acadêmico foi proferido por um colega de grande nome.

7. P. ext. Cerimônia em que se processa esta recepção:

As recepções na Academia Brasileira de Letras são, quase sempre, a rigor.

recebimento

[De receber + *-imento*.]

Substantivo masculino.

1. Ato ou efeito de receber.

➤ salvação / salvamento

salvação

[Do lat. tard. *salvatione*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de salvar(-se), ou de remir.

2. Ato ou efeito de saudar; saudação.

salvamento

[Do lat. tard. *salvamentu*.]

Substantivo masculino.

1. Ato, operação ou efeito de salvar; resgate; salvação:

O salvamento dos naufragos processou-se com bom êxito.

2. Segurança, garantia.

3. Lugar seguro, livre de perigo.

4. Bom êxito; sucesso.

➤ *diversão / divertimento*

diversão

[Do lat. *diversione*.]

Substantivo feminino.

1. Mudança de direção para uma e outra parte; desvio, diversionismo.
2. Divertimento, entretenimento, distração.
3. Mil. V. *ação diversionária*.

divertimento

[De *divertir* + *-mento*.]

Substantivo masculino.

1. Entretenimento, distração; recreio.

➤ *isolação / isolamento*

isolação

[De *isolar* + *-ção*.]

Substantivo feminino.

1. Isolamento (2):

"Donzelas até, quantas ... não se estorceriam no leito ..., desvairadas pela isolação?"
(Aluísio Azevedo, *Casa de Pensão*, p. 168.).

isolamento

[De *isolar* + *-mento*.]

Substantivo masculino.

1. Ato ou efeito de isolar(-se).
2. Estado de pessoa isolada; *isolação*.
3. Separação feita entre um corpo eletrizado e os corpos que o rodeiam.
4. Med. Edifício ou pavilhão destinado aos doentes acometidos de moléstias infecto-contagiosas, ou àqueles que se acham em observação por suspeita desse tipo de doença.

➤ *medicação / medicamento*

medicação

[Do lat. *medicatione*.]

Substantivo feminino.

1. Ato de medicar; tratamento mediante o uso de medicamentos.
2. Medicamento(s) prescrito(s) e ministrado(s) a um paciente. [Sin., *obsol.*: *medicamentação*.]

medicamento

[Do lat. *medicamentu*.]

Substantivo masculino.

1. *Terap.* Substância que objetiva curar doença, ou paliar efeito(s) dela. [Muitos medicamentos podem ser apresentados em mais de uma forma farmacêutica, o que os torna aplicáveis por mais de uma via (oral, retal, intravenosa, etc.).]

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)